



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
1  
2

**9ª Reunião da Câmara Técnica de Qualidade  
Ambiental e Gestão de Resíduos.**

Brasília/DF.  
25 de abril de 2013.

*(Transcrição ipsis verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

46 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Bom dia a todos.  
47 Peço desculpas pelo atraso. Já salientei que esse nosso horário de 09h30 é  
48 um horário complicado, porque nós inventamos de passar antes no trabalho e  
49 não conseguimos sair. Eu entendo também que tem muita gente que viaja no  
50 próprio dia da reunião, então fica complicado. Mas de toda forma, me desculpe,  
51 pelo meu atraso. Foi involuntário. Nós temos... Eu acho que todos receberam a  
52 pauta da reunião. Como de praxe, temos como primeiro ponto, a aprovação da  
53 transcrição da 8ª Reunião. Antes de qualquer coisa, deixa apresentar a Maíra.  
54 Está substituindo a Adriana no apoio técnico aqui do DConama a essa Câmara.  
55 Então a partir de hoje nós passamos a contar com o apoio da Maíra em  
56 substituição à Adriana. Eu queria agradecer a disponibilidade dela já na  
57 preparação da reunião. Maíra, eu não sei se foi disponibilizado no *site*. Eu não  
58 sei se alguém tem alguma observação a fazer, alguma consideração em  
59 relação a isso. Como são transcrições, pouco nos resta a acrescentar.  
60 Consideramos aprovada a transcrição e vamos à Ordem do Dia. Antes de  
61 começarmos a apreciar os processos da forma como estão propostos, eu  
62 pergunto se tem alguma sugestão de inversão de pauta. Eu tenho uma  
63 sugestão a fazer, que é a inversão do 3.3 com 3.2. Nós tratamos da revisão da  
64 Resolução 5 após a Resolução do Proconve e antes da Resolução de Tintas,  
65 porque eu acredito que os temas que nos demandarão maior discussão são  
66 justamente o tema de tintas e o tema do Proconve, e assim nós poderíamos  
67 distribuí-los pela manhã e pela tarde e equilibrar um pouco melhor o  
68 rendimento do cumprimento da pauta. Não sei se alguém tem alguma  
69 conotação, se concordam. Pode ser? Então vamos começar então pelo item  
70 3.1, que é a proposta de revisão da Resolução 432 de 2011, que estabelece  
71 novas fases de controle de emissão de gases poluentes por ciclomotores,  
72 motocicletas e veículos similares novos e dá outras providências. Essa  
73 proposição de revisão veio do pedido do PROAM na última Reunião Plenária  
74 do Conama e foi admitida em regime de urgência. Portanto, a tramitação dela  
75 nessa Câmara tramita nesse regime. Nós precisamos apreciá-la com a máxima  
76 brevidade. Eu passaria então de imediato a palavra para o representante do  
77 PROAM para que faça a apresentação da proposta e do pedido.

78

79

80 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom dia a todos. A  
81 proposta basicamente se refere a um ponto específico do PROMOT, que é o  
82 controle de poluição de motocicletas com referência à durabilidade de  
83 catalisadores. Eu já explanei essa questão na Plenária do Conama. Nós  
84 estamos defendendo a tese que o modelo europeu, que seria quilometragem  
85 adotada na Europa e que acabou sendo institucionalizada no Brasil para a  
86 durabilidade dos catalisadores não faz frente à nossa realidade nacional,  
87 exatamente porque no Brasil nós temos a incidência de motofretistas em  
88 regiões metropolitanas. Na Região de São Paulo, por exemplo, nós tivemos  
89 cerca de 250 motofretistas e eles rodam muito mais do que prevê a Resolução.  
90 Eles rodam cerca de 50 a 80 mil quilômetros por ano, segundo dados da  
91 própria Associação dos Motofretistas de São Paulo. O cenário em que essa  
92 questão se insere é justamente um dos piores dos últimos tempos, quando São  
93 Paulo, a região metropolitana de São Paulo, bate recordes de poluição por  
94 ozônio. Nós tivemos, no ano passado, 38 dias onde se superou o limite  
95 aceitável de acordo com os padrões aceitados por São Paulo, que são ainda

96superiores aos aconselhados pela Organização Mundial de Saúde e, portanto  
97nós temos uma situação, eu diria, de emergência, principalmente porque a  
98incidência dos ozônio, e as bicicletas contribuem bastante com  
99hidrocarbonetos, óxidos de nitrogênio, o que acaba acontecendo é que a faixa  
100etária mais atingida, mais vulnerável é de crianças até 5 anos de idade. O  
101Ministério da Saúde parece que já tem um estudo nesse sentido. Eu acho que  
102poderia corroborar essa necessidade de um tratamento diferenciado e urgente  
103para essa questão e, portanto, o que nós estamos tentando fazer é reparar, eu  
104diria, uma informação que não adequada quando se formulou a Resolução 432  
105e que isso precisa ser corrigido. De outro lado, há pareceres por parte da  
106própria Casa, do Ibama, no sentido que essa Resolução necessitaria de um  
107prazo para que a indústria se adaptasse e nós entendemos que isso deve ser  
108feito. A indústria deve apresentar seu cronograma, deve dizer quanto tempo ela  
109necessita para essa adaptação e, portanto nós estamos abertos,  
110absolutamente abertos à razoabilidade de implementação de uma revisão da  
111Resolução que contemple também essa perspectiva do setor industrial. Mas o  
112que nós não podemos fazer no momento atual, nessa entrada de inverno,  
113nesse momento de emergência para qualquer um que pesquisar pela internet  
114ozônio, São Paulo, vai perceber que nós estamos em um índice insustentável e  
115admitimos que uma proposta que não atenda o controle da poluição nesse  
116cenário é, no mínimo, indecorosa. Então eu diria que temos todos os elementos  
117nessa mesa de discussão, temos aqui os atores todos, a indústria está aqui. O  
118Wanderley, o pessoal da área da saúde, temos aqui o Ibama, temos aqui a  
119Cetesb, temos aqui os ambientalistas, temos a sociedade civil, municípios. Eu  
120acho que esse grupo tem condições de se debruçar sobre o assunto e ir buscar  
121e buscar uma alternativa, uma solução para esse grave problema.

122

123

124**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós temos dois pareceres,  
125Márcio, que foram apresentados, que eu acho que talvez fosse importante os  
126conselheiros tomarem... Digamos assim, um resumo dos pareceres e gostaria  
127de pedir ao Ibama e ao Ministério do Meio Ambiente que pudesse fazer uma  
128apresentação dos pareceres aqui, até para nós termos um contraponto à  
129proposta da PROAM e fazer um debate a respeito do tema.

130

131

132**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu pediria ao Dr.  
133Márcio então, que é o Coordenador do Proconve, que faça... Na verdade é o  
134coordenador Substituto da COREM, que trata onde o Proconve está vinculado.

135

136

137**O SR. MÁRCIO VELOSO (Ibama)** – Bom dia a todos. Muito obrigado pela  
138apresentação. Eu gostaria de fazer inicialmente um breve histórico. Realmente  
139o Programa de Controle de Emissões para Motociclos, Ciclomotores e similares  
140e baseou, vejam bem, na regulamentação europeia e vem, desde então, sendo  
141aplicado. Foi iniciado em 2002 e vem, desde então. Embora tenha algumas  
142adaptações às condições brasileiras. Há de se lembrar, por exemplo, que a  
143legislação brasileira estabelece obrigatoriedade para motocicletas andarem  
144com farol ligado. Então são adaptações que a Resolução acabou adaptando,  
145inclusive os testes são realizados. A Resolução 432 foi aprovada depois de um

146 longo trabalho realizado pelo Ibama junto com as outras instituições envolvidas,  
147 inclusive com o apoio da Cetesb e foi aprovada então em 2011. Devemos  
148 lembrar que já em 2011 estava em vigor também a Resolução 418, que  
149 estabeleceu os programas de inspeção veicular e principalmente no município  
150 de São Paulo, aonde se informa o grande volume de veículos, a inspeção  
151 veicular já está em pleno curso. Pois bem. Essa Resolução, a 432, já levou em  
152 consideração o fato de haver programa de inspeção veicular. Então o fator de  
153 degradação que foi estabelecido, seguindo a base europeia, levou em  
154 consideração também essa participação, ou seja, o que um fator de  
155 deterioração... Na realidade, esses 30 mil quilômetros, 18 mil quilômetros para  
156 motocicletas até 130 km/h e 30 mil quilômetros para motocicletas que tenham  
157 velocidade acima de 130 km/h, eles foram estabelecidos para se determinar o  
158 fator de deterioração que vai ocorrer em todo o sistema de controle de  
159 emissões da motocicleta, de tal forma que esse valor é uma taxa em que,  
160 passados esses 18 mil quilômetros, reduz a qualidade de controle das  
161 emissões. Isso não significa que a partir dos 18 mil ou dos 30 mil quilômetros  
162 para motocicletas acima de 130 km/h, automaticamente ou concomitantemente  
163 se perde totalmente a eficácia do sistema. Então os 18 mil ou 30 mil  
164 quilômetros é para saber quanto esse veículo vai deteriorar. É lógico que se  
165 houver uma deterioração de 50%, 80%, isso não será aprovado para receber  
166 uma LCM. Eu posso fazer um paralelo no caso de veículos. No caso de  
167 veículos, realmente dos veículos de quatro rodas, leves, são 80 mil  
168 quilômetros. A nossa experiência dos últimos 20 anos é que o fator de  
169 deterioração que tem sido obtido em veículos de quatro rodas é na faixa de  
170 5%. Então se você tem um limite e emissão de 2 gramas por quilometro e se  
171 em 80 mil quilômetros, reduz 5%, isso significa que aquele conjunto ainda tem  
172 capacidade para continuar reduzindo ou controlando as emissões por um  
173 período mais longo. Não é necessariamente a partir dessa quilometragem que  
174 se declina totalmente. E há ainda o fato de que a Resolução foi aprovada em  
175 2011. Ela deverá iniciar já veículos a serem implementados a partir de 2014...  
176 Já entra em vigor, já têm veículos sendo produzidos para serem  
177 comercializados já a partir de 2014. Os veículos que vão se iniciar atendimento  
178 para 2014 já entram em comercialização e são homologados ainda em 2013.  
179 Então não existe, nesse momento, no nosso modo de entender, alguma  
180 possibilidade de se fazer essa alteração. De toda forma, entendemos que não  
181 há necessidade, porque esses valores já são suficientemente claros para que  
182 atenda às necessidades do Programa do PROMOT.

183

184

185 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu vou só fazer  
186 uma complementação à apresentação do Márcio para quem não está  
187 familiarizado com o Programa e essa questão que ele colocou entre a relação  
188 do Programa e a inspeção veicular, porque isso é importante nós entendermos  
189 como funciona o Proconve e o PROMOT. São emitidas licenças de circulação  
190 para os veículos do ponto de controle de emissões na saída da fábrica. Então  
191 nós controlamos as emissões, digamos assim, na situação de ‘folder’ dele,  
192 antes de ele ser fabricado, um ano antes nós homologamos e o veículo então  
193 pode ser fabricado com aquelas condições. Ele é testado e é aprovado pela  
194 Cetesb, que tem um convênio o Ibama. O veículo, um ano antes, recebe a  
195 licença. Então ele pode ser fabricado e no ano seguinte ele entra em

196circulação. O que nós estamos discutindo aqui é a validade, é a garantia que  
197aquele equipamento de controle de emissões vai garantir aquele nível de  
198emissões durante quanto tempo. Nesse caso da moto aqui, são dois horizontes  
199de acordo com a velocidade máxima do veículo: um de 18 mil quilômetros e  
200outro de 30 mil quilômetros. Então isso quer dizer o seguinte: que aquele  
201veículo tem a garantia de fábrica por esse período de que ele estaria dentro do  
202padrão de emissão com o qual ele foi homologado. Depois desse período, a  
203responsabilidade passa a ser da inspeção veicular, que vai garantir que os  
204veículos que estão rodando, os novos ou usados, tenham condições de  
205emissão de acordo com o que a própria inspeção veicular estabelece. Então é  
206outro controle. É o controle do que de fato está sendo emitido. Uma coisa é  
207responsabilidade do fabricante. Não sei se está claro isso para todos, mas eu  
208acho que é importante nós deixarmos bem claro onde entra o Proconve e onde  
209entra a inspeção veicular. Quer dizer, após o veículo sair de fábrica, a garantia  
210de que aquele padrão de emissão está sendo mantido... Porque ele pode sair  
211de fábrica e ser alterado na hora pelo comprador. O comprador retira, por  
212exemplo, o catalisador e o carro está irregular. A mesma coisa acontece com  
213equipamento de segurança, com qualquer outro equipamento. Seja segurança,  
214seja emissões, seja controle ambiental, os dois tem uma inspeção justamente  
215para garantir isso: pra garantir que aquelas condições de fábrica que foram  
216aprovadas dentro do que a legislação brasileira estabelece, serão mantidas  
217quando o veículo estiver circulando. As alterações que violem e que estão  
218previstas são ilegais e, portanto, têm que ser controladas pela inspeção  
219veicular. Infelizmente nós temos hoje só dois... Inspeção veicular funcionando  
220em duas cidades praticamente: só em São Paulo e no Rio de Janeiro. E há  
221uma obrigação, pela própria Resolução do Conama, de que isso venha a ser  
222implementado nos municípios e isso está ocorrendo com muita dificuldade e  
223razões de... Questões que vocês devem conhecer até da discussão pública  
224que isso muitas vezes traz. No próprio Estado de São Paulo há uma discussão  
225pública nesse momento sobre isso. Então é só para diferenciar aonde nós  
226entramos aqui nessa discussão específica do Proconve e onde entra a  
227inspeção veicular, que são duas... A garantia de continuidade é dada na rua. O  
228que se está discutindo aqui é o horizonte de garantia na saída de fábrica. Há  
229uma proposta da Resolução aprovada em 2011 que vai vigorar a partir de 2014  
230com essa margem de quilometragem e há um questionamento do PROAM em  
231relação a essa margem ser demasiadamente curta em relação às  
232necessidades do país, especialmente na região metropolitana. Então só para  
233esclarecer bem o tema que nós estamos discutindo. Há também m parecer da  
234Cetesb, se não me engano, que é o órgão responsável conveniado com o  
235Ibama para fazer a inspeção. É isso que está aí?

236

237

238**O SR. MÁRCIO VELOSO (Ibama)** – Desculpa interromper, Márcio. Não é  
239necessariamente a inspeção. Faz a parte de execução técnica para o  
240licenciamento dos veículos que vão ser fabricados. Você fala em inspeção,  
241parece que...

242

243

244 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Desculpe. Ele  
245 faz a homologação do valor estabelecido no laboratório da Cetesb. Na verdade,  
246 é um ensaio de emissões com vistas à homologação.

247

248

249 **SR. MÁRCIO VELOSO (Ibama)** – É isso.

250

251

252 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – O que houve  
253 com o parecer da Cetesb? A Cetesb encaminhou um parecer e...

254

255

256 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São  
257 Paulo)** – O parecer da Cetesb foi encaminhado ao Ibama.

258

259

260 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Mas o Ibama  
261 encaminhou também cópia para o... Não foi da minha alçada, mas eu acho que  
262 está junto com o parecer do Ibama. Eu acho que está junto... É uma  
263 documentação conjunta.

264

265

266 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Olha aí:  
267 concerne o aludido, encaminho também o parecer técnico da Cetesb. Quer  
268 dizer, foi encaminhado pelo Ibama ao Conama o parecer da Cetesb. Está no  
269 memorando. Tudo bem. O parecer da Cetesb, só adianto aqui o teor, ele  
270 corrobora com essa posição do Ibama no sentido de que não há razão para  
271 alteração desse valor. Tem o parecer do Ministério também?

272

273

274 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São  
275 Paulo)** – Só a questão do nosso parecer, da Cetesb. Nós achamos que  
276 realmente é interessante procurar sempre evoluir e estar evoluindo no  
277 programa. Agora, porque nós achamos que tem que manter do jeito que está?  
278 Tem algumas questões: primeiro, teve todo um debate já na época, onde tudo  
279 foi ponderado já exaustivamente. Porque não é só a questão de você pegar um  
280 ponto do programa e levar para frente e o resto não conseguir estar atrelado. E  
281 também, na época, foi levantado todo o que tem no mundo. Já é mais  
282 favorável, com relação à situação do mundo, e nós achamos que agora, de  
283 última hora, que já está para por os carros na praça, chegar e falar: não, agora  
284 não é mais isso. É outra coisa, nós não vamos tratar a situação de maneira  
285 realista, porque de qualquer maneira o setor não vai conseguir, daqui até o fim  
286 do ano, se estruturar para por. Então a nossa opinião é continuar desse jeito,  
287 reavaliar após um período e evoluir.

288

289

290 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu gostaria que  
291 ficasse claro aqui, primeiro que nós temos toda abertura, Rocca, para essa  
292 questão de prazos, mas a nossa afirmativa da necessidade de revisão da  
293 Resolução se baseia no fato novo não trazido para a discussão à época, ou

294 seja, se houve, por uma questão de falta de pesquisa, de aprofundamento da  
295 discussão, se compreender melhor a atividade e abrangência de  
296 quilometragem das motocicletas no Brasil, ora, nós estamos tratando de um  
297 fato real, que é a durabilidade dos catalizadores, a rodagem das motocicletas.  
298 Isso não é algo que foi discutido à época, e isso é objeto da Resolução.  
299 Portanto, nós devemos nos debruçar sobre a Resolução baseados na  
300 existência de um fato novo. A segunda questão é que tanto os pareceres do  
301 Ibama quanto da própria casa, do MMA, eles partem do princípio de que não se  
302 deve mexer naquilo que está estabelecido, porque a indústria já está em curso  
303 e etc. A questão não é essa. Então a indústria que apresente um prazo que dê  
304 conta desse problema. Nós estamos aqui abertos para essa discussão. Nós  
305 não estamos aqui fechando a questão na discussão de se estabelecer isso  
306 nesse prazo agora. Então que se apresente a necessidade de adequação.  
307 Outra questão é que não podemos aceitar... Não se pode aceitar em norma a  
308 subjetividade de estabelecer 18 mil quilômetros como obrigatoriedade de  
309 durabilidade e aceitarmos aqui o argumento de que, apesar disso, os  
310 catalisadores duram muito mais. Tem que estar expresso sem subjetividade, de  
311 forma muito clara, na própria Resolução. Esse é um argumento, do ponto de  
312 vista formal, institucional, inaceitável. Então eu insisto que a defesa feita tanto  
313 pelo Ministério do Meio Ambiente, como pelo Ibama, os argumentos são frágeis  
314 diante da nossa realidade, não só da rodagem das motocicletas, da diferença  
315 do padrão europeu, mas também da grave questão de saúde pública que se  
316 coloca hoje nesse processo. Então eu faço um apelo, Wanderley... Me parece  
317 que a questão é a seguinte: eu vejo você muito confortável, porque na verdade  
318 os pareceres estão aí salvaguardando o prazo da indústria. Mas seria muito  
319 importante se você se manifestasse em nome próprio e não que o Poder  
320 Público se manifestasse em defesa da indústria, e que você colocasse a  
321 possibilidade de qual seria o prazo para essa adequação, se vocês  
322 consideraram essa possibilidade sem estudos nesse sentido.

323

324

325 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu vou pedir  
326 antes uma intervenção só para fazer duas ressalvas aqui: primeiro, o Poder  
327 Público não está se colocando do lado da indústria. O Poder Público está se  
328 colocando do lado da Resolução que ele construiu. É diferente. Eu vou justificar  
329 aqui a posição adotada pelo Poder Público, e aí leia-se Ibama, Ministério do  
330 Meio Ambiente, Cetesb e todos os órgãos técnicos que participaram dessa  
331 discussão. Em primeiro lugar, dizer que falar que não houve discussão sobre  
332 esse tema é desconhecer o que aconteceu durante o processo de construção  
333 da Resolução, onde esse tema foi exaustivamente discutido. Segundo, eu  
334 quero mostrar esse quadro aí, onde está a relação da exigência brasileira...  
335 Nós estamos comentando aqui dos 18 e 30 com o que é praticado no restante  
336 do mundo. Então vejam que os valores que nós estamos praticando no Brasil  
337 são coerentes com o que está ocorrendo no restante no mundo, embora não  
338 necessariamente igual. Mas não tem numa discrepância maior. Não vejo  
339 ninguém aqui com 80 mil quilômetros. Nem Coréia, nem Tailândia, que têm  
340 uma situação parecida com a nossa. Terceiro, quando se fala na região  
341 metropolitana de São Paulo, se esquece que somente 5% da frota de  
342 motocicleta do Brasil trafega na região metropolitana de São Paulo, e nós  
343 estamos fazendo uma regulamentação para ao Brasil inteiro. Então nós vamos

344fazer uma exigência de garantia que vai abranger áreas rurais, que é onde as  
345motocicletas, por exemplo, as de menor cilindrada, mais são utilizadas hoje no  
346Brasil. Está substituindo o cavalo, para quem não sabe. Então essa é a  
347situação que nós estamos nos deparando aqui, que foi objeto de discussão  
348dessa Resolução e eu torno a dizer: essa Resolução foi aprovada em 2011. A  
349discussão é extremamente recente ainda para nós estarmos aqui questionando  
350uma discussão da qual houve abertura para participação... Eu não sei qual foi a  
351participação do PROAM na época e das entidades na-governamentais, mas  
352acredito que tenham tido oportunidade de se manifestar na ocasião. De  
353qualquer forma, Eu só queria fazer essa ressalva, e a partir daí então podemos  
354retomar essa discussão.

355

356

357**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só para não criar  
358nenhum mal-estar nesse sentido, é que os pareceres, como eu tenho uma  
359preocupação com a questão da saúde pública, isso que nos motiva a essa  
360discussão, nos parece uma ausência nos pareceres do MMA essa  
361preocupação também. Então quando eu digo aqui que os pareceres  
362referendam a posição da indústria, é porque isso está expresso lá. Mas a  
363questão da saúde pública, do contexto atual, isso não está expresso. Então eu  
364gostaria muito de... E essa é uma discussão muito antiga, de metodologia...  
365Quando a Cetesb foi criada em São Paulo, ela estava profundamente  
366associada à proteção da saúde pública. Depois ela foi para a área de controle.  
367Então ficou uma visão tecnológica e mais afeta a, portanto, possibilidade  
368tecnológica da indústria. Então quando eu me refiro a isso, Dr. Márcio, é uma  
369retomada de metodologia que obrigatoriamente absorva essas questões. Eu  
370faço isso como uma observação e não como uma crítica, porque aí eu estaria  
371falando de improbidade. Eu não estou falando de improbidade. Eu estou  
372falando de enfoque, estou falando de questões referentes à metodologia de  
373abordagem.

374

375

376**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu quero fazer  
377novamente uma ressalva. Eu acho o seguinte: nós temos que cuidar com os  
378termos que nós usamos, porque são complicados mesmo. Dão margem a outro  
379entendimento. Essa questão que o senhor levanta, da questão da origem da  
380área de meio ambiente, toda área ambiental nasceu da área de saúde. Mas  
381hoje nós temos essa divisão administrativa muito clara nos três níveis da  
382federação. Então não vá se querer que nós, na área de meio ambiente,  
383legislemos sobre saúde. Nós legislamos e controlamos a questão ambiental.  
384Então o enfoque da Resolução... Essa é uma Resolução de meio ambiente. Ela  
385não é uma Resolução de saúde, embora haja essa correlação e por isso nós  
386temos a participação do setor de saúde tanto na Câmara Técnica, nessa  
387inclusive, como na própria Plenária do Conama, nos grupos de trabalho e tudo  
388o mais. Então não há uma desconsideração do setor de saúde, mas também  
389não há uma sobreposição e competências. Só para deixar bem clara essa  
390questão. Quanto aos demais, não há problema nenhum.

391

392



393 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Por favor, é uma  
394 questão de intersetorialidade. Eu acho que fica clara a nossa perspectiva de  
395 que essa questão seja feita de forma intersetorial.

396

397

398 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Primeiramente, eu não sei  
399 se todos os conselheiros leram o parecer feito pelo Ministério do Meio  
400 Ambiente e pelo Ibama. E eu solicitei que fossem apresentados, porque  
401 principalmente o parecer do Ibama esclarece muitos pontos que a PROAM  
402 coloca como objeto da sua petição de mudança da Resolução 432. O Márcio,  
403 ao tomar a defesa do trabalho feito pela Câmara Técnica na ocasião da  
404 aprovação da 432, já adiantou muitos dos pontos que eu colocaria, que é bom  
405 dizer que aquela tabela mostrada ali denota o nível tecnológico mundial. A  
406 maioria das fabricantes, para não dizer a totalidade, são multinacionais e elas  
407 seguem uma linha tecnológica mundial. E o que o Brasil está praticando hoje é  
408 padrão mundial. Nós não estamos fazendo nada aquém. Fazer além ou mais  
409 do que o dobro do padrão mundial certamente é algo que nós não podemos  
410 nem estabelecer prazo. Eu não sei primeiro se há viabilidade tecnológica. Eu  
411 não sei se existe essa viabilidade. Tem a questão econômica, que não  
412 podemos nunca dissociar a questão econômica, a questão do tripé da  
413 sustentabilidade é algo que nós sempre defendemos aqui no Conama. Mesmo  
414 muitas vezes nós não sendo considerados, mas eu acho que cada vez mais a  
415 questão econômica é importante, mas o que chama atenção é a relevância do  
416 pedido. Primeiro, a viabilidade... Na nossa visão, há inviabilidade técnica a  
417 curto e médio prazo disso ser feito. Então vir aqui propor um prazo de 5 anos  
418 ou de 10 anos, eu não estaria sendo honesto. Eu não consigo falar isso. Eu  
419 não posso te dar essa garantia, porque os padrões mundiais, a tabela mostra  
420 isso e é o que nós colocamos aqui, que ela já é um avanço em relação ao que  
421 é o PROMOT 3, ela dá claramente a intenção de se evoluir. O representante do  
422 Governo de São Paulo falou aqui que a intenção é sempre estar melhorando e  
423 eu acho que o Brasil melhorou muito nesse aspecto. Então um aspecto que  
424 está no parecer do Ibama e que eu gostaria de ler para os senhores, que eu  
425 acho que é importante também dizer o seguinte: na cidade de São Paulo, que é  
426 um foco... Acredito que é um foco realmente de preocupação da PROAM por  
427 conta das questões de saturação de bacia, relacionados à emissão de  
428 poluentes atmosféricos, impõe, por meio da Portaria SMT 133/2011, que os  
429 motociclistas profissionais, que são aqueles que rodam muito, devem ser  
430 submetidos à inspeção semestral para garantir o alvará denominado  
431 CONDUMOTO, conforme segue. E aqui é dito exatamente a parte da cidade de  
432 São Paulo. Quer dizer, até a sua preocupação, Bocuhy... Art. 1º: a motocicleta  
433 a ser utilizada no serviço remunerado de transporte de pequenas cargas,  
434 motofrete, deverá ser submetida à prévia aprovação na Secretaria Municipal de  
435 transporte e atender às seguintes especificações: ser aprovada em vistoria  
436 semestral realizada pelo Departamento de Transportes Públicos, DTP, ou por  
437 Organismo de Inspeção Acreditado, OIA, credenciado junto ao DTP. Para mim  
438 está muito clara essa questão. Então assim...

439

440

441 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

442

443

**444O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Alguém pode esclarecer  
445isso? Temos alguém que possa esclarecer? Pelo que eu sei, é inspeção feito  
446em relação a se ele retirou ou não a... Se ele alterou o veículo dele. Aqui não  
447fala realmente em inspeção veicular, mas eu imagino que seja. E outra coisa:  
448essa é uma questão importante. Se nós temos um problema no Brasil que está  
449localizado em um município, eu acho que não cabe ao Conama reger o  
450município. É uma questão local dele reger lá. Se não está aqui a inspeção, eu  
451acho que cabe conversar com o Poder Público para que se faça inspeção lá,  
452até porque o município de São Paulo... Mas voltando à questão de foco, que é  
453alteração que você propõe de 18 mil ou 30 mil para 80 mil, eu coloco aqui aos  
454senhores conselheiros a dificuldade que se teria hoje de ir a muito além do  
455padrão mundial, e inclusive estabelecer prazos para o que eu não conheço,  
456porque eu estou mais que dobrando a durabilidade dos equipamentos, que eu  
457tenho certeza que no futuro, Bocuhy, a tecnologia mundial certamente vai  
458avançar e nós aqui no Brasil vamos acompanhar as exigências mundiais. Na  
459minha opinião, o parecer como um todo feito pelo Ibama responde os  
460questionamentos que você coloca. Responde todos. Agora, se existe um  
461problema local na cidade de São Paulo, tem que ser resolvido localmente na  
462cidade de São Paulo.

463

464

**465O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Dr. Wanderley, eu  
466declaro que eu não estou convencido nem do aspecto da inspeção e também  
467de acordo com os nossos argumentos, uma moto rodando 50 mil quilômetros,  
468ela estaria pouco operacional antes dos 6 meses, antes da inspeção veicular,  
469mesmo que ela fosse aplicada. Além disso, essa inspeção veicular não é  
470aplicada em todo território nacional. É de difícil implementação. A tendência de  
471crescimento das motocicletas é em todas as metrópoles brasileiras. Serviços  
472de motofrete tendem a se expandir. Nós temos episódios críticos de ozônio em  
473São Paulo e temos também em Minas Gerais. A Dra. Zuleika, que é de lá, da  
474área de controle, pode atestar isso. Quer dizer, não é uma questão que se  
475refere apenas a São Paulo, mas sim a regiões metropolitanas que são aquelas  
476com bacias atmosféricas saturadas. Então, o nosso pedido... Eu tenho certeza  
477que ele está pleno de razoabilidade no sentido de proteção da saúde pública.  
478Porém, a resposta que nos falta é que da indústria dizer quanto tempo ela teria  
479que realizar essa adaptação. Talvez, Dr. Márcio e Dr. Wanderley, um estudo  
480nesse sentido apresentado a essa Câmara Técnica pudesse nos trazer uma  
481resposta. Com relação ao que foi colocado aqui sobre legislar sobre outros  
482países, sobre a Indonésia, etc., outros países, nós estamos fazendo normas  
483para o Brasil, para a nossa realidade e para salvaguardar saúde pública no  
484Brasil. Não interessa se o padrão da China é baixo, e nós sabemos que é  
485mesmo. O padrão chinês... Eles estão tentando rever alguma coisa lá ou em  
486outros países. Então a questão... O que nos baliza, o que nos motiva é  
487resolvermos baixar o nível de ozônio no Brasil em função da morbidade que  
488existe hoje em São Paulo de 7 mil pessoas por ano, e principalmente atingindo  
489crianças e idosos. Quer dizer, não é uma situação muito simples. Não dá para  
490ficar na subjetividade, não dá para ficar no limbo. Isso tem que ser tratado com  
491seriedade. Eu torno a insistir: é um fato novo, está sendo trazido para essa  
492Comissão. Após a discussão... Eu não estou aqui tirando o mérito nem da

493 discussão que foi feita, do esforço dos técnicos das agências ambientais, das  
494 agências de controle. Entendo que o *delay* necessário para adaptação com  
495 relação a países de primeiro mundo existe mesmo, e é de 3 a 4 anos. Nós  
496 sabemos que isso é necessário, porque a tecnologia surge infelizmente lá, mas  
497 nesse caso específico, nós estamos tratando de duas questões: primeiro, a  
498 rodagem das motocicletas, que eu não estou falando aqui de 5% da frota  
499 brasileira. Estou falando de 250 mil motofretistas na cidade de São Paulo. 250  
500 mil motos só em São Paulo. A outra questão é: a realidade de conurbação das  
501 metrópoles brasileiras, de concentração de populações. O pessoal que trabalha  
502 com os municípios tem absoluta convicção desse processo. Esse crescimento,  
503 esse inchaço, as macrometrópoles se constituindo e, portanto, as bacias  
504 atmosféricas saturadas cada vez mais. Então teremos que ter mais vigor, mais  
505 coragem para atacar de frente esse problema que se apresenta aqui hoje. Eu  
506 não estou aqui colocando uma posição intransigente. Pelo contrário. Eu estou  
507 perguntando à indústria quanto tempo ela precisa para dar essa resposta para  
508 o setor que eu represento. Eu acho que encomendar um estudo nesse sentido  
509 seria bastante razoável e eu queria adiantar uma questão, Dr. Wanderley:  
510 fizemos uma consulta informal ao setor que trabalha com catalizadores e a  
511 resposta foi muito interessante: que adaptação não é difícil. É uma questão de  
512 custo. E aí nós temos que só pesar o custo o processo industrial e o custo da  
513 saúde pública. E vemos para esse Conama o que pesa mais. Vamos adaptar,  
514 vamos salvaguardar a saúde humana ou vamos deixar a coisa como está?

515

516

517 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – De fato a questão  
518 levantada pelo PROAM... Hoje nós temos que ver o seguinte: motocicleta no  
519 Brasil está avançando. Nós podemos chegar a qualquer hora na China. Há um  
520 mês eu tomei conhecimento que a frota de motos no Piauí está maior que a  
521 frota de carro. Como também tomei conhecimento que 70% das internações  
522 hospitalares de Teresina são acidente de moto. Então a moto é um assunto de  
523 grande complexidade e, acredito, para a crise de economia. No Nordeste, não  
524 se usa mais cavalo para pegar boi. A moto é o cavalo da fazenda agora. Você  
525 sabe. Você é do Nordeste, da Bahia. Lá a moto está sendo usada inclusive  
526 pelo vaqueiro. O vaqueiro não usa mais cavalo. O uso está sendo muito... É  
527 barato, é econômico. Todo mundo tem, mas temos que nos preocupar com  
528 isso. Estado de São Paulo e outros estados têm normas de inspeção, têm  
529 prazo, mas e os outros estados, as grandes regiões metropolitanas? Então nós  
530 precisamos ter uma revisão da Resolução que garanta informe geral, porque  
531 até a inspeção veicular, no meu estado, minha cidade, a capital, Teresina,  
532 ainda não está funcionando. É um assunto que também nós temos que debater  
533 aqui para que se coloque em uso as Resoluções que estão sendo aprovadas  
534 pelo Conama. Se depende de equipamento no Brasil, então mande buscar fora  
535 para que os estados e os municípios comecem a trabalhar. Eu acho,  
536 Wanderley, que não podemos fugir dessa realidade. A moto está sendo mesmo  
537 o transporte do futuro. Nós vamos virar uma China. Precisamos nos preocupar  
538 com isso, Bocuhy: ver como garantir para evitar que essa inspeção, que não  
539 tem... Esse prazo de catalisação... Seis meses? Isso já foi superado. 8 mil  
540 quilômetros? Passa rápido. Tem lugar que um mês, dois meses já foi embora.  
541 Um mês, 45 dias. Então vamos aprimorar essa discussão, Márcio, porque é o  
542 transporte mesmo do futuro, é a moto mesmo.

543

544

545 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Dá impressão que nós,  
546 quando é de interesse nosso, nós estamos sempre defendendo o que é melhor  
547 praticado no mundo. O que é melhor praticado no mundo, Bocuhy, é bom que  
548 se diga isso, tem uma razão. Existe uma razão ambiental, existe uma  
549 econômica e tecnológica. Então se algum fabricante de catalisador disse que é  
550 possível, possível eu tenho certeza que é. Agora, em quanto tempo, isso eu  
551 não posso responder. Outra questão que é importante, é bom que se diga, é  
552 que o setor industrial ou o setor fabricante nosso no país nunca se negou a  
553 discutir nada e usou o Conama, e discutiu aqui o PROMOT 4, que é uma fase  
554 mais avançada, com rigores técnicos, de padrão de primeiro mundo para  
555 fabricação e uso de motos. Não pode falar que o nosso padrão aqui é pior que  
556 da Europa, não. Não é, não. É diferente porque nós adaptamos à realidade  
557 brasileira, como o senhor bem mesmo disse. Nós adaptamos. Tivermos que  
558 fazer adaptação, porque não dá para copiar. Sabemos que não dá para copiar.  
559 Deixar claro aos senhores conselheiros que nós estamos colocando aqui o  
560 seguinte: o que ele quer é alterar um padrão de algo que o mundo não faz. E  
561 propor um prazo para isso. Eu não tenho como responder para ele  
562 objetivamente. Não dá para responder isso. Isso não dá para fazer. O setor  
563 fabricante, Márcio, quer se manifestar, porque eles de fato fabricam. Eu queria  
564 consultar se eles podem ser ouvidos nesse momento.

565

566

567 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu acredito que,  
568 na linha do que está se propondo aqui... Eu só queria deixar claro que nós  
569 estamos aqui justamente para discutir isso. A discussão tem que ser  
570 privilegiada aqui. E o que está sendo colocado é a possibilidade, o Dr. Bocuhy  
571 deixou isso claro, de se reabrir a discussão dos prazos da Resolução.  
572 Basicamente é isso. Então o que nós teremos que mais adiante deliberar, o  
573 momento não é agora, mas só para nós entendermos, seria: olha, vamos  
574 rediscutir... Se eu entendi bem a proposta do PROAM, a ideia é: vamos reabrir  
575 a discussão da Resolução. A Resolução voltaria a ser discutida nessa Câmara  
576 no sentido de se propor uma nova linha no tempo de vigor da quilometragem  
577 pretendida pelo PROAM, de 80 mil quilômetros. Me corrija, Dr. Bocuhy, se eu  
578 estiver errado, mas 80 mil quilômetros. Ele disse aqui no início que está  
579 disposto a negociar isso ao longo do tempo. Quer dizer, as questões que foram  
580 colocadas aqui em relação à viabilidade poderiam ser contornadas dessa  
581 forma. Uma coisa que nós viesse a discutir e estabelecer um prazo para vigorar  
582 os 18 mil e 30 mil quilômetros e paulatinamente encaminhar para os 80 mil. Eu  
583 acho que é nessa linha a proposta do PROAM. Então é isso que eu acho que  
584 nós, em algum momento, teremos que deliberar: se vamos rever a Resolução e  
585 se vamos tratar da Resolução aqui e essa proposta de revisão é nesse sentido  
586 basicamente que está colocado, ou se nós não vamos rever e vamos entender  
587 que essa proposta não é pertinente. Só para deixar claro o que precisamos  
588 hoje ter como objetivo dessa discussão que nós estamos levando e que eu  
589 conclamo os demais membros dessa Câmara a se manifestarem também para  
590 que nós não fiquemos com uma polaridade aqui, indústria e organizações não-  
591 governamentais. Vamos adiante com a discussão então. Por favor, pode  
592 passar a palavra para o setor produtivo.

23

12

24

593

594

**595O SR. PAULO FUGIKAWA (ABRACICLO)** – Eu sou engenheiro da  
596ABRACICLO. Eu acompanhei desde o começo o PROMOT. Na verdade, a  
597partir de 2014, nós vamos estar mais evoluídos em relação à Europa, que hoje  
598a EURO4... Nós estamos trabalhando em conjunto, em paralelo para nos  
599alinarmos à EURO4. A EURO4 vai entrar somente em 2016, onde entra  
600também requisito de durabilidade. A partir de janeiro de 2014 nós vamos ter os  
601níveis mais rigorosos. Então nós estamos antecipando aqui. Isso foi bastante  
602ganho e se nós não fazemos isso também... Nós somos a favor de melhorar.  
603Se nós não fazemos isso, não pode ficar a Deus dará. Então nós antecipamos  
604os níveis de emissão. Agora, quanto à inspeção veicular que foi dito, o  
605PROMOT frotista, essa Portaria fala a cada 6 meses. Não é só isso. Um dos  
606pontos é emissão. Além da emissão, existem outros regulamentos, itens  
607regulamentados pela Resolução para trabalhar no motofretista. Por exemplo,  
608ele tem que ser registrado na categoria placa vermelha, que não pode ser  
609comum, ele tem que ter o protetor de motor, protetor de pernas. Então tem que  
610ter antena corta linha. Então e existem outros pontos que vão ser fiscalizados.  
611Além de que os motofretistas vão ter que fazer um curso e tem que ter um  
612certificado. Além disso, em São Paulo já é comum... Todo ano nós somos  
613obrigados a fazer inspeção veicular. Uma vez atendendo os níveis de ruído e  
614emissão de poluentes, eles emitem um certificado assim. Esse é anual e nós  
615temos que fazer. Então eu acho que nós estamos amparados nesse sentido. E  
616outra coisa: o pessoal falou muito que moto polui muito. Na verdade,  
617motocicleta é um motor de 125, 150 cilindradas. Se nós compararmos com um  
618carro popular, que nós temos 1000 cilindradas, é 7 vezes menor a quantidade  
619de volume de gases que ele possa emitir. A concentração é uma coisa. Agora,  
620a quantidade de volume de gás que ele emite, é outra. E tem mais: a  
621motocicleta, por sua característica, não fica presa em trânsito parada, enquanto  
622que carro fica parado horas porque não dá para adiantar. A moto, em baixa  
623velocidade, não para. Ela vai andando e isso ajuda com que disperse. Ele não  
624fica concentrando gases. Isso é uma realidade. Eu sou engenheiro, tenho  
625estudos e acho que é essa linha. Eu acho que nós temos que fazer alguma  
626coisa. Esse é um primeiro passo. Nós vamos ter que evoluir mais na frente,  
627com certeza.

628

629

**630O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Deixa-me fazer  
631uma pergunta técnica, Márcio. A emissão de oxido de nitrogênio mesmo com o  
632veículo em andamento, qual é a distância que ele reage na época da  
633insolação? O senhor tem essa informação? Os óxidos de nitrogênio, uma vez  
634emitidos em qualquer circunstância, parado ou andando, até que distância eles  
635reagem?

636

637

**638O SR. PAULO FUGIKAWA (ABRACICLO)** – Eu acho que nesse momento  
639tentar mudar isso daí, é que representa um desenvolvimento da motocicleta, do  
640veículo, e também da estrutura da fábrica para poder controlar. Então tentar  
641mudar isso daqui vai gerar uma insegurança muito grande, podendo trazer um  
642impacto bastante negativo nesse sentido.

643

644

645 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu gostaria de  
646 saber que tipo de impacto.

647

648

649 **SR. PAULO FUGIKAWA (ABRACICLO)** – De repente, por conta da  
650 alteração, nós temos que postergar a aplicação. São mais pelo menos uns três  
651 anos que nós vamos precisar, porque não é só catalizador. A própria máquina  
652 tem que trabalhar em conjunto com o catalisador. A especificação do modelo  
653 do motor vai ter que trabalhar em conjunto. Então é um desenvolvimento novo.  
654 Como fabricante, nós temos que fazer todo o trabalho para poder garantir.

655

656

657 **A SR<sup>a</sup>. MONICA FRAGOSO (MINISTÉRIO da SAÚDE)** – O setor saúde foi  
658 provocado algumas vezes aqui e eu tenho que me posicionar de alguma  
659 maneira. Primeiro, eu queria agradecer ao Dr. Márcio por esclarecer das  
660 competências ministeriais realmente. Nós não estamos aqui falando de outra  
661 coisa, mas o Ministério da Saúde praticamente se alinha com a posição do  
662 PROAM, porque nos últimos tempos, como o Bocuhy colocou, nós temos tido  
663 um aumento enorme de casos de complicações respiratórias provocadas  
664 realmente por poluições atmosféricas em crianças menores de 5 anos e idosos.  
665 Principalmente essas crianças menores de 5 anos têm preocupado muito o  
666 Ministério da Saúde. Tanto que nós abrimos uma linha de pesquisa nova com  
667 relação a isso para se avaliar o impacto disso na população como um todo.  
668 Então nós não estamos falando só do Estado de São Paulo, mas nós estamos  
669 falando isso como outras regiões também. Eu não poderia deixar de me  
670 manifestar sobre isso e eu acho que uma discussão não está dizendo que nós  
671 vamos caminhar para essa ou aquela direção. Nós também estamos dispostos  
672 a ouvir o setor produtivo. Nós sabemos dos problemas de implementação de  
673 uma Resolução dessas. Então prazos seriam extremamente aceitos pelo  
674 Ministério. Mas, contudo, nós precisaríamos ter um estudo maior desse  
675 impacto. A preocupação dos óxidos nítricos, que nós falamos, realmente para o  
676 impacto dentro da saúde é bastante grave, nós sabemos disso e o Ministério  
677 está preocupado com isso e está atento. Então eu gostaria só de confirmar a  
678 posição do Ministério frente a isso em relação à saúde pública como um todo, e  
679 não só no Estado de São Paulo.

680

681

682 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu gostaria de  
683 privilegiar a palavra de quem ainda não se manifestou.

684

685

686 **SR. PEDRO BAIMAN (Anamma Nordeste)** – Eu queria pontuar que a  
687 Anamma corrobora com o PROAM, com o Ministério da Saúde haja vista que  
688 nós estamos falando de poluição atmosférica e mesmo a questão estar sendo  
689 mais grave em São Paulo ou em Minas, nós sabemos que o ozônio não tem  
690 barreira. As regiões metropolitanas estão crescendo e a FUNPAPI foi feliz em  
691 falar que não é só em São Paulo ou em Minas que as motos estão  
692 aumentando. Em todas as regiões metropolitanas as motos estão aumentando

693e eu acho que a discussão de se levar em conta novos prazos, discutir isso  
694eu acho que não vai atrapalhar a Resolução e vai... Nós temos uma realidade  
695nova. A verdade é essa. A realidade é nova. Todo mundo está vendo os  
696índices de ozônio e eu não quero esperar chegar até Goiânia esses mesmos  
697índices para que eu possa vir aqui e pedir para que seja pensado isso  
698novamente.

699

700

701**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu vou fazer um  
702papel que vai, aos ouvidos do Dr. Bocuhy, de novo vou eu estar aqui  
703defendendo a indústria nacional. Mas eu estou defendendo o interesse  
704nacional. Eu quero dizer para vocês o seguinte: eu fiz aquele discurso da  
705separação entre o padrão de emissão na saída da fábrica e a inspeção veicular  
706justamente para trazer essa responsabilidade. Eu perguntaria para a Anamma  
707o que está sendo feito para implementar a Resolução de inspeção veicular,  
708porque aí é que o bicho pega. A questão não é o que sai de fábrica. A questão  
709é depois. Quer dizer, risco... Uma coisa é potencial de perigo, que isso que  
710você tem no carro quando ele sai de fábrica. Outra coisa é risco. Risco é ele  
711rodando. E aí a responsabilidade é dos órgãos ambientais municipais e  
712estaduais. Então eu faço essa provocação aqui porque nós estamos em  
713esferas diferentes trabalhando com a mesma questão, com enfoques  
714diferentes. Nós aqui do Ibama preocupados com a homologação dos veículos  
715que vão para a rua, mas não adianta nada nós homologarmos... Isso é mais ou  
716menos como eu dizer... O uso que vai se fazer disso é muito mais perigoso do  
717que o que está saindo da fábrica. E na verdade se nós vamos estender essa  
718garantia ao fabricante, nós vamos onerando o produto, que vai ser repassado  
719para o consumidor. Então do ponto de vista de interesse nacional, nós vamos  
720penalizar o consumidor ao final. Então é preciso que a área de controle, e eu  
721falo isso porque eu sou de um órgão de controle ambiental, é preciso que a  
722área de controle funcione, porque senão de nada vai adiantar a especificação  
723de fábrica. Como eu disse, eu posso tirar um veículo de fábrica hoje e o cara é  
724motoboy, gosta do barulho da moto, ele vai lá e tira o silenciador, tira o  
725catalizador. Tira tudo para ficar com a moto envenenada e vai trafegar no outro  
726dia. Essa responsabilidade não é mais do fabricante. Essa responsabilidade é  
727dos órgãos de controle, seja de segurança, seja de emissores. Então eu acho  
728que nós temos que focar também nisso. Eu questiono a Anamma e Abema o  
729que está se fazendo para inspeção veicular, que já passou o prazo de  
730instalação. Como eu disse, nós temos só dois municípios no Brasil que têm  
731isso e a razão fundamental de não implementação é porque é uma medida  
732antipática, é uma taxa a mais, é uma inspeção a mais e aí os governos não  
733fazem e aí nós vamos ficar repassando o ônus para a população brasileira, de  
734onerar isso do ponto de vista financeiro na hora de adquirir o bem? Essa é uma  
735questão que eu acho que nós temos que pensar aqui também como Sisnama,  
736e não simplesmente ficar... Aliás, esse erro nós já cometemos no licenciamento  
737ambiental, que é repassar ao empreendedor todo o ônus do estado não ter  
738informação sobre meio ambiente e acho que nós não podemos fazer isso  
739indefinidamente. Nós já estamos pagando o preço disso no licenciamento  
740ambiental. Não podemos pagar esse preço em outras áreas da produção e do  
741consumo desse país também. É uma provocação que eu faço aqui.

742

29

15

30

743

**744A SRª. CELMA DOS ANJOS (Anamma/CO)** – Eu entendo essa sua  
745colocação, Márcio, e também entendo todas as colocações do Bocuhy e da  
746saúde. Algo precisa ser feito, porque o que está ocorrendo hoje com as  
747grandes cidades com a chegada de mais e mais máquinas com emissões,  
748embora ela saia de fábrica supostamente adequada e tudo, e após o uso. Ela  
749começa com as emissões, mas eu não vejo problema em que isso seja revisto,  
750para que a máquina tenha a adequação necessária conforme o próprio Bocuhy  
751e você falaram que pode sim pensar nessa questão de etapas para essa  
752modificação ou alteração. O que está ocorrendo, e eu estou falando com  
753conhecimento de causa, porque estamos fazendo uns levantamentos com  
754relação a regiões metropolitanas e um dos focos em que mais está o pessoal,  
755quando eu vou consultar as regiões metropolitanas para os seminários da  
756capacidade de suporte, um dos itens que tem pesado é essa questão das  
757emissões. O que nós estamos fazendo? Você perguntou, a Anamma e a  
758Abema. Muitos desses locais, dessas capitais, quem administra, quem toca os  
759projetos com relação aos programas de inspeção veicular é o estado, e não  
760está delegando aos municípios. Muitos. Eu estou falando pela minha região,  
761que está sendo assim. O órgão municipal querer já começar com a  
762implementação, tem os equipamentos, tem tudo, mas o estado pegou para si  
763essa responsabilidade e não está fazendo. O que está ocorrendo no país  
764quase que inteiro. Então precisamos modificar essas questões e eu não vejo  
765problema, perda nenhuma com relação a isso. Aquele custo que vai ser  
766embutido no preço final talvez seja menor que o custo que está se pagando  
767para o SUS.

768

769

**770O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu falei Anamma  
771e Abema porque eu sei que existe essa briga entre estado e município. Por  
772isso que eu botei os dois. Não falei só Anamma.

773

774

**775A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Bom dia a  
776todos. Avaliando todas as ponderações que já foram feitas, voltamos naquela  
777discussão de colocar o padrão acima de tudo, ou seja, existe um teto  
778estabelecido na legislação e ele torna-se mais importante do que quaisquer  
779outras ações subsequentes, complementares de controle. Realmente a  
780implantação da inspeção veicular é um grande problema em Minas Gerais. Foi  
781citado aqui que o ozônio é um problema. É um problema na região  
782metropolitana de Belo Horizonte sim. Existem vários fatores que contribuem  
783para esse problema, não apenas as emissões veiculares. Isso é bom deixar  
784claro também. A formação de ozônio depende de uma série de fatores  
785climáticos, geográficos. Não dá para comparar uma região com outra, de forma  
786nenhuma. Isso seria um absurdo. Mas o que eu gostaria de ponderar com os  
787senhores é o seguinte: a norma foi discutida amplamente baseada em critérios  
788técnicos por um grupo de pessoas com reconhecida capacidade técnica para  
789discuti-la naquele momento. Ela entrou em vigor e o primeiro prazo está para  
790vencer agora, no próximo ano. Eu concordo com as ponderações colocadas  
791pelo PROAM, mas acho que nós não estamos no momento adequado de fazer  
792essa avaliação. Pelo que eu pude compreender dessa discussão, os limites, os



793 dados que foram colocados, os tempos de vida útil dessas motocicletas foram  
794 baseadas em referências internacionais, assim como também para os veículos  
795 automotores na outra Resolução. Então eu fico pensando que seria muito  
796 arriscado mudar de estratégia nesse momento, onde o prazo vai começar a  
797 vigor a partir do ano que vem e que esse prazo não significa apenas uma data  
798 no papel. Significa toda uma adequação que os fabricantes tiveram que fazer  
799 para adaptar a essa nova condição. Então, apesar de não discordar das  
800 argumentações contidas na proposta do PROAM com relação ao aumento da  
801 poluição, principalmente nos grandes centros urbanos, onde há uma grande  
802 concentração cada vez maior desse tipo de meio de transporte, eu acredito que  
803 seria prematuro nós tomarmos uma decisão de fazermos uma revisão agora.  
804 Então a minha proposta seria aguardar mais um tempo. Eu acho que tanto  
805 essa Câmara, o Conama e qualquer ente que participe desse Conselho pode, a  
806 qualquer tempo, buscar essa revisão. Mas nós não temos ainda nem dados  
807 técnicos, históricos para poder avaliar, para subsidiar uma alteração desses  
808 requisitos que foram estabelecidos na Resolução para a qual está sendo  
809 solicitada uma possível revisão.

810

811

812 **O SR. RUDOLPH DE NORONHA (MMA)** – Eu queria fazer um depoimento em  
813 nome do Ministério mais em função... Uma ponderação a respeito do papel, da  
814 responsabilidade e das consequências do Conama como a instância  
815 reguladora no Brasil das emissões atmosféricas. Eu, como sou de origem...  
816 Funcionário de uma agência reguladora, como outros aqui na sala. Está aqui o  
817 Dr. Marcos, que tem anos de ANTAQ nas costas também. Quer dizer, a  
818 responsabilidade nossa, do Ministério do Meio Ambiente obviamente é sempre  
819 em função das consequências ambientais das nossas medidas. Isso passa  
820 muito pela credibilidade desse Conselho como entidade reguladora e uma  
821 entidade que tem peculiaridades que são bastante únicas ao Conama, porque  
822 nós chegamos a um lado, por exemplo, um regulado vota na sua própria  
823 regulação, que é uma coisa que não é usual, e por outro lado, leigos também  
824 votam. Quer dizer, entre esses extremos do próprio regulado e do leigo, você  
825 tem diferentes participações de todos no conhecimento dos assuntos que são  
826 gerados. Mas o que eu acho que é importante... E muitos aqui lembram quando  
827 houve o problema da fase P6 do Proconve, todo o questionamento que houve  
828 sobre o Conama como o regulador das emissões ambientais no Brasil e passa  
829 um pouco, eu acho, como a colega agora estava contando... Um depoimento  
830 da Abema, da ocasião em que as coisas são discutidas aqui. Dr. Bocuhy, eu  
831 adoraria ter tido essa discussão quando nós estávamos discutindo a  
832 elaboração da fase do PROMOT. E não houve. Ninguém falou nesse assunto  
833 aqui. Eu queria confrontar esses seus pontos agora naquela época, com eles,  
834 para que nós ali tivéssemos uma discussão na montagem da fase. Agora, a 8  
835 meses do início da fase, eu acho que é uma desmoralização do Conama, como  
836 instância reguladora, alterar algo que nós temos pactuado, sabido  
837 tecnologicamente necessário que as fases do Proconve e do PROMOT tenham  
838 ao menos três anos, porque elas implicam em profundas alterações nos  
839 parques industriais. Essas fases todas... Nesse caso, nem nos combustíveis há  
840 alteração, mas as do Proconve principalmente, as alterações que trazem as  
841 fases do Proconve e do PROMOT são extremamente relevantes. Por isso que  
842 nós sempre temos esse espaço regulatório de no mínimo três anos, para que

843haja adaptação da indústria automobilística, da indústria de combustíveis às  
844fases que são determinadas aqui. Então o que me preocupa muito é a 8 meses  
845do início de uma fase, uma discussão que eu acho extremamente interessante  
846e que eu queria ter tido naquela época e que não houve, e o espaço houve,  
847porque muitos aqui já eram membros da Câmara na época em que essa  
848Resolução foi discutida aqui por todos e que se chegou ao resultado que agora  
849será implementado pela indústria em 8, 9 meses. Esses veículos já estão, em  
850grande parte, homologados, não é, Márcio? Quer dizer, a fase não começa  
851apenas no dia 01 de janeiro de 2014. É uma preparação que começa no dia da  
852edição dela lá atrás. Então eu não quero desqualificar o conteúdo do que está  
853sendo trazido. Eu acho que poderia ter sido um discurso muito interessante.  
854Agora, a fase começa agora. Para as outras fases nós temos que ter em vista a  
855premência de que tudo seja colocado na mesa no tempo adequado. A minha  
856preocupação é essa. Não é entrar no mérito da proposta, porque eu acho que  
857as discussões todas têm seu espaço. Eu gostaria... Esse tema específico, de  
858ver um confronto com a indústria sobre esses assuntos todos. Mas eu acho  
859que esta em jogo a regra que foi colocada, a segurança que essa instância  
860reguladora trás para a indústria que ela regula e eu acho que do ponto de vista  
861cronológico, é infundada uma discussão sobre isso nesse momento. São 8  
862meses para o início de uma fase que trás grandes impactos e mudanças na  
863indústria brasileira e que me parece sem possibilidades de alteração de uma  
864fase com esse cronograma que nós temos. Eu acho que nós colocamos em  
865xeque um pouco os nossos métodos aqui de estabelecer as regras, que são  
866regras consequentes, importantes para o meio ambiente, para a saúde pública.  
867As regras do Proconve e do PROMOTE também têm uma característica de  
868imposição de inovação tecnológica à indústria brasileira. Então são essas as  
869preocupações que eu queria trazer para vocês. Eu me atrasei um pouquinho  
870porque acabou de me chegar a notícia da aprovação do padrão estadual de  
871qualidade do ar pelo Estado de São Paulo. Não sei se isso já foi dito aqui. É  
872uma notícia extremamente positiva, que saiu no Diário Oficial... Não se se no  
873de ontem, e que eu acho que vem fortalecer um pouco a nossa batalha aqui  
874por colocar na pauta rapidamente a discussão pelo padrão nacional de  
875qualidade do ar. Só uma vírgula aqui na nossa discussão, porque afinal de  
876contas, a qualidade do ar, nós sempre dizemos: não em panaceia, não tem  
877mágica. Não é inspeção veicular que vai salvar, não é renovação de frota, não  
878é rodízio, não é o PROMOT 4, o P7 ou L6. Nós não temos prioridade nesses  
879assuntos. Nós temos que atacar todas as frentes, porque as pessoas estão lá  
880morrendo nas grandes cidades. Os problemas de saúde se agravando, a  
881questão ambiental cada vez pior. Agora, eu acho que o combate a tudo isso  
882passa pela nossa credibilidade como instância reguladora das emissões e pela  
883segurança jurídica que as nossas regras causam.

884

885

886 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria  
887manifestar a minha grande satisfação com a notícia de que São Paulo  
888realmente mudou os padrões de qualidade do ar. Foi proposta do PROAM. O  
889Rocca deve lembrar. Em 2007 nós éramos do Conselho Estadual do Meio  
890Ambiente e fizemos que São Paulo se antecipasse ao Brasil no sentido de  
891impulsionar também o Conama, Dr. Rudolph. Então a nossa perspectiva era  
892essa. Isso me deixa muito satisfeito e também a sua disposição de revermos

893 aqui os padrões defasados de 20 anos. Mas eu não posso deixar de  
894 compreender também as suas palavras no sentido de que o Conama tem uma  
895 atribuição dentro da Política Nacional do Meio Ambiente, como órgão maior do  
896 Sistema, de mostrar a sua eficiência e a eficiência de um órgão como o  
897 Conama, ou do próprio estado, do Poder Público, é de acompanhar com a  
898 velocidade necessária a implementação de políticas. A Política Nacional do  
899 Meio Ambiente tem que ser implementada de acordo com a realidade dos  
900 nossos ecossistemas, com a realidade da nossa poluição e dos desafios que a  
901 sociedade contemporânea apresenta. Eu não vejo insegurança jurídica, Dr.  
902 Rudolph, no sentido da implementação dessa primeira fase que já está pronta,  
903 porque na verdade, se nós propusermos uma revisão da Resolução, ela vai  
904 propor prazo e, portanto, vai dar mais segurança à indústria para que ela se  
905 adapte para que não ocorra abruptamente dentro de 2, 3 anos. Ou seja, o que  
906 nós estamos propondo é a continuidade da discussão diante dos fatos novos.  
907 Nós só não trouxemos esses argumentos há 2 anos porque nós não tínhamos  
908 esses elementos de rodagem dos motoboys na região metropolitana. Isso é  
909 uma tendência atual, está crescendo agora e vai crescer mais. A tendência é  
910 que isso cada vez se acirre mais. Portanto, pelo contrário, nós não estamos  
911 levando a uma situação de insegurança jurídica. Nós estamos dando  
912 segurança jurídica à implementação da norma porque ela vai estar em contínuo  
913 aprimoramento, que é o papel de toda normatização. E por outro lado, o  
914 Conama, tendo notícia daqui que informamos aqui, dos fatos que trouxemos,  
915 não pode cair na inércia de dizer: nós vamos primeiro implementar essa,  
916 porque nós temos que demonstrar que nós, como órgão, somos eficientes, e  
917 depois abrimos outro processo ano que vem. Não. O desafio é agora. O ozônio  
918 está aí agora. Então, portanto, essa iniciativa deve prosperar a partir desse  
919 momento e dos fatos aqui apresentados. Há razoabilidade na nossa proposta.  
920 Ela tem razoabilidade não só em função do mérito, mas também em função da  
921 segurança jurídica, que já fizemos consultas nesse sentido e podemos emitir  
922 um parecer pelo PROAM, se for necessário. Então estamos mantendo a  
923 proposta de revisão com prazo... Discussão de prazo para que a indústria  
924 possa apresentar o seu cronograma, contemplando aí a proteção da saúde  
925 pública. Isso pode ser feito, Dr. Wanderley, ao longo do tempo e não  
926 necessariamente hoje. Eu vejo que o senhor está preocupado. Mas isso pode  
927 acontecer ao longo dos trabalhos da Comissão. Eu acho que não tem nenhum  
928 problema.

929

930

931 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu preciso realmente fazer  
932 um aporte para botar os pingos nos is. Nós estamos desvirtuando as coisas  
933 aqui. Por favor. O Brasil vai implementar o PROMOT 4 e vai ter o padrão mais  
934 rigoroso do mundo em 2014. Mais que a União Europeia. Mais. Detalhe: a  
935 indústria fez o papel dela. Foi falado aqui por um representante do setor público  
936 que nós do setor público não estamos fazendo a nossa parte. Isso é uma  
937 questão importante a ser colocada, porque uma coisa é eu fabricar um  
938 equipamento dentro dos padrões negociados no máximo de tecnologia  
939 mundial. Padrão aqui que nós estamos colocando, gente, é padrão mundial. Eu  
940 avançar um padrão mundial eu não sei se é viável. Pode ser viável e pode não  
941 ser viável, Dr. Bocuhy, porque eu não tenho referência à inovação. E o  
942 seguinte: eu acho que precisamos inicialmente implementar o PROMOT 4,

943precisamos muito sim da inspeção veicular. Não pode ser só a cidade de São  
944Paulo. Não pode. Eu acho que cabe sim ações das organizações não-  
945governamentais em todo país. Vocês estão em todo país, de exigir a inspeção  
946veicular. Eu acho que isso é fundamental, porque não adianta: eu fabrico um  
947equipamento bom, mas se eu tiro a moto da fábrica e tiro o álcool catalizador  
948por qualquer motivo: por achar que aquilo vai dar um rendimento maior, ou  
949fazer um barulhão, qualquer coisa assim, poxa! Isso pode acontecer. Então a  
950fiscalização do Poder Público é algo que é crucial. Eu acho que seria muito  
951oportuno a sua... Eu acho que nem na época da discussão vocês teriam muitas  
952condições de estabelecer algo diferente que o mundo está fazendo. É difícil  
953fazer isso. Mas a discussão... Detalhe, gente: nós podemos trazer para a  
954Câmara Técnica, no momento que nós acharmos adequado, baseado em fato.  
955É fato sim que nós temos problemas com ozônio nas grandes cidades. Isso aí  
956ninguém discute. Agora, quanto... Aí vamos entrar especificamente. Quanto  
957das motos que não atendem os padrões é responsável por isso? Para justificar  
958a coisa. É preciso ter esse número. Precisa ter um estudo para isso. Eu acho  
959que os órgãos de saúde têm que fazer esse estudo. E nos fundamentar disso.  
960A questão é a seguinte: a indústria não se furta, em momento algum, de  
961discutir padrões tecnológicos. Mas o que está sendo colocado aqui, senhores,  
962é padrão mundial. Eu acho que... Ah, vamos modificar... Já vamos modificar a  
963432, porque achamos que temos que melhorar o padrão mundial. Então me dá  
964subsídios para eu poder fazer isso, porque o que eu poderia fazer  
965objetivamente colocar na mesa para a discussão aqui com o PROAM: olha, ei  
966vou gastar 5 anos para fazer essa pesquisa. Tudo bem. Se daqui a 5 anos eu  
967tiver um número aqui que te dê... Eu tenho um documento que eu consigo até  
968avançar, ok. Mas eu não tenho como te dar essa informação agora. O que eu  
969acho que pode ser feito, Bocuhy, é um papel de você... As ONGs junto com o  
970Poder Público, seja federal, é exatamente de propor que se façam estudos  
971baseados na capacidade que se tem de evoluir em cima da construção de  
972novos equipamentos. A dificuldade que nós temos é que... Eu me baseio no  
973padrão mundial. Não tem jeito, gente. O Brasil sempre copiou os outros. É até  
974interessante isso, Bocuhy, que nós sempre usamos normas internacionais aqui.  
975A norma lá é muito mais destrutiva do que a nossa. Nós estamos mais  
976restritivos. Eu lembro muito bem uma discussão que houve na aprovação da  
977432... Eu acho que foi apresentada até pelo Márcio na Plenária, em relação aos  
978padrões que nós estamos estabelecendo para o PROMOT 4 em relação ao  
979mundo e parece que havia apenas um padrão mais rigoroso do que o nosso,  
980que é o da BMW, se não me falhe a memória. No restante, não. Aqui o Brasil  
981não está correndo atrás de ninguém, não. Agora, eu não posso avançar sem  
982antes implementar essa fase. Propor, nesse momento... Olha a insegurança  
983jurídica: todo o processo industrial foi modificado. Ano que vem essa fase entra  
984em operação. Eu já vou propor mudança? Baseado em qual fato? Como eu  
985consigo fazer isso, e dar para os senhores aqui um prazo razoável para eu  
986fazer isso? Então eu não posso concordar com isso neste momento. Eu posso  
987concordar sim a qualquer momento que eu tenho um fato fundamentado para  
988isso. E fundamentado... Eu acho que a questão de saúde eu entendo  
989perfeitamente: é um problema e não é brasileiro, não. É mundial. É mundial em  
990grandes centros urbanos. Agora, falar que a indústria vai responder por 100%  
991disso, aí é difícil, porque o Poder Público tem que cumprir o seu papel também  
992de exigir a inspeção. E aí são os municípios, são os estados dentro da sua

993prerrogativa. E cabe a nós cumprir aquilo que é negociado. Eu negocie. Nós  
994negociamos aqui com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ibama muito  
995tempo e com o Conama, padrões. Aprovamos e foi lá mostrado na Plenária. O  
996Brasil tem hoje o padrão mais rigoroso do mundo. Não é segundo lugar, não.  
997Agora, vocês querem avançar além do padrão mais rigoroso do mundo. Sobre  
998qual falto? Eu acho que nesse momento... Aí que está, Bocuhy. Não é o fato de  
999a indústria poder pesquisar, não. E é importante, sabe? Se você tem alguma  
1000informação de um fabricante de catalizador, que ele se manifeste. Eu acho que  
1001é bom que ele traga fatos que possam mostrar que é viável de fazer. Mas é  
1002aquilo que eu falo: viabilidade técnica... Tem que ter viabilidade técnica, tem  
1003que ter a viabilidade econômica e a viabilidade ambiental. Esses três tripés têm  
1004que ser colocados. E a questão da saúde, eu concordo plenamente. Eu acho  
1005que... Concordo plenamente que nós temos que avançar, sim. Que bom que  
1006nós vamos ter um novo padrão de qualidade do ar no Estado de São Paulo e  
1007vamos discutir isso em nível nacional. Eu acho que isso é bom, porque isso  
1008regra tudo. Isso é macro. Agora, nessa questão específica, eu alterar isso aqui  
1009agora, eu não vejo sentido para isso. Eu vou ser sincero com meus colegas  
1010aqui da Anamma. É pertinente discutir, mas pode ser feito, gente, baseado em  
1011qualquer momento. Eu preciso de um fato para dizer: para onde eu vou? Eu  
1012vou agora de 30 mil para 40 mil. Eu tenho uma referência para fazer isso. Eu  
1013tenho uma necessidade clara identificada. Aí sim nós podemos propor um  
1014prazo... Bota um prazo: três anos, quatro anos para a indústria, porque a  
1015indústria tem que responder tecnicamente se ela consegue, em 4 anos, se  
1016adaptar por completo, porque mexe em tudo. Mexe nos projetos todos: de  
1017fabricação, de produto e tudo o mais. Tem homologação... Os órgãos  
1018ambientais têm que homologar esses equipamentos. Tanto que os prazos são  
1019alongados. E nós estamos antecipando em dois anos o padrão europeu, que  
1020sempre foi referência no mundo para essas questões. Então eu peço aos  
1021senhores conselheiros que avaliem não a pertinência, porque eu acho que  
1022pertinente o assunto de saúde sempre vai ser. Sempre vai ser. Não posso  
1023nunca falar que não. Mas a pertinência não está alterando a Resolução que  
1024nem ainda entrou. Ela nem ainda foi colocada para funcionar. Eu alterar isso  
1025sobre uma base de, digamos assim, de um fato geral, mas não é específico, eu  
1026não consigo dar concretude a isso. 80 mil. Foi o que você colocou, não é,  
1027Bocuhy? É mais que o dobro do padrão mais rigoroso que nós temos. E o  
1028seguinte: tanto para motos que andam até 130, como para as acima delas, que  
1029são padrões diferenciados.

1030

1031

1032**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Antes de passar  
1033a palavra pra Dra. Celma, que tinha pedido, e também naquela linha de  
1034privilegiar os que não polarizam a discussão.

1035

1036

1037**A SR<sup>a</sup>. CELMA DOS ANJOS (Anamma/CO)** – É só uma questão de  
1038esclarecimento mesmo, porque a tabela está baseada com informações, com  
1039dados internacionais, de padrões internacionais. Eu pergunto ao setor: a  
1040tecnologia aplicada naqueles países é a mesma aplicada aqui no Brasil ou ela  
1041é aplicada aqui diferente, com um padrão menor? Porque aí assim, aí eu  
1042preciso saber disso. Temos a mesma tecnologia em todos os equipamentos?

1043

1044

1045 **SR. PAULO FUGIKAWA (ABRACICLO)** – Nós utilizamos as mesmas  
1046 tecnologias. Aliás, para o PROMOT, nós tivemos que adiantar um pouquinho  
1047 mais com as pesquisas para poder atender, porque a PROMOT já prevê um  
1048 método de medição que acaba tornando mais rigoroso, mais apertado os níveis  
1049 de emissão também. Então tivemos que desenvolver nova tecnologia que  
1050 posteriormente nós vamos utilizar para outros países. Então nós antecipamos.  
1051 Além disso aí, nós temos algumas coisas desenvolvidas para o Brasil, que é  
1052 diferenciado. O caso de motocicleta flex também, que não existe em lugar  
1053 nenhum no mundo. São tecnologias que nós temos que desenvolver para  
1054 poder aplicar. Isso daqui vai servir de base para outros países.

1055

1056

1057 **A SR<sup>a</sup>. CELMA DOS ANJOS (Anamma/CO)** – Continuando, é só mesmo um  
1058 esclarecimento, porque a tecnologia tem um custo e o custo de uma moto aqui  
1059 é diferente de um custo de uma moto lá fora. Então eu fico preocupada com  
1060 essas questões, porque baratear custos aqui significa eliminar certos  
1061 acessórios de segurança e de controle de emissões e impostos. Então eu fico  
1062 preocupada com essas questões.

1063

1064

1065 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Em primeiro lugar,  
1066 eu queria dizer que o melhor padrão internacional, o padrão adotado na  
1067 Europa, é o padrão de acordo com a questão do clima. As motos rodam pouco,  
1068 porque você tem um clima muito severo, as pessoas que rodam de moto,  
1069 rodam para lazer. É uma realidade totalmente diferente da nossa. Então a  
1070 melhor tecnologia aí não é bem o que nós estamos tratando aqui. Por outro  
1071 lado, nós temos uma realidade no Brasil, que é a seguinte: as normas do  
1072 primeiro mundo, acima do hemisfério norte, nós descrevemos isso no  
1073 manifesto chamado Manifesto Trópico de Capricórnio, que é bem interessante,  
1074 Dr. Wanderley. Eu aconselho a leitura. É que os padrões e os EIA/RIMA e tudo  
1075 aquilo que foi pensado no hemisfério norte para gestão ambiental, para  
1076 planejamento e licenciamento, não dão conta da nossa realidade biofísica,  
1077 bioquímica, e nem da vulnerabilidade das nossas populações. Por quê? Porque  
1078 quando você faz um padrão de emissão na Europa, você tem um atendimento  
1079 médico fantástico. Você tem pouca poluição, menor poluição e por um lado  
1080 você tem uma população melhor nutrida. Você não tem a vulnerabilidade que  
1081 trás a pobreza no Brasil. Então, no Brasil, a preocupação com a saúde pública  
1082 é mais justificada diante de episódios de poluição. Essa é a questão que se  
1083 impõe. Então a questão de saúde pública é primordial sim nessa discussão,  
1084 porque é linha de corte do que nós estamos tratando aqui. Nós tratamos de  
1085 uma questão de forma intersetorial. Nós estamos tratando aqui do interesse da  
1086 indústria, nós estamos tratando do papel do sistema de licenciamento, mas na  
1087 verdade, nós temos um objetivo que é o objetivo de proteção da saúde pública,  
1088 que é constitucional. Nós não podemos fugir da Constituição. Essa é a nossa  
1089 Bíblia. Nós temos que trabalhar dentro da diretriz maior, que é proteção do  
1090 meio ambiente e da saúde pública. Saudável é qualidade de vida. Com relação  
1091 à complexidade da melhor tecnologia, a informação que eu tenho, me corrijam  
1092 se eu estiver errado, o controle de poluição pelo catalizador é a maior presença

1093de metais nobres dentro do catalizador, que daria maior durabilidade a esse  
1094catalizador. Quando você não tem essa quantidade de metais nobres, ele vai  
1095durar menos. Quando você tem mais metais nobres, ele se desgasta mais  
1096lentamente e, portanto, dura mais. Então o que é colocado aqui como  
1097complexo, alta adaptação tecnológica, na verdade é um princípio de mecânica  
1098bastante simples, hoje reconhecido em qualquer esquina que um borracheiro  
1099que trabalha com um pouco de mecânica. Portanto, não dá para aceitar esse  
1100argumento, Dr. Wanderley. Nós precisamos discutir isso com base científica  
1101sim, com base técnica. E é isso que nós estamos pedindo a vocês. É só isso. É  
1102que se faça essa discussão sem prejuízo da Resolução atual, mas se abra  
1103imediatamente essa discussão diante do fato aqui apresentado. E eu poderia  
1104dar mais algum dado: o padrão adotado em São Paulo a partir de hoje reduz o  
1105ozônio de 150 para 120. O que significa que a desconformidade de ozônio vai  
1106ficar muito pior, ou seja, vai ficar muito mais evidente que as pessoas estão  
1107mergulhadas em um folgue de poluição por ozônio. Então eu queria sustentar  
1108essa posição e queria a sua compreensão, porque na verdade, o que está  
1109faltando aqui é essa posição da indústria no sentido de abrir o diálogo, Dr.  
1110Wanderley. É abrir o diálogo. Permitir que nós continuemos a discussão para  
1111uma contraposição técnica, uma discussão que seja do ponto de vista  
1112conceitual e científico, honesto, para que nós não fiquemos apenas em uma  
1113alegação de que isso é impossível e que isso vai demorar 5 anos.

1114

1115

1116**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nem pode ser assim. Sabe  
1117o que é, Bocuhy? Eu estou tentando dar concretude a essa proposta. Bom, o  
1118que eu entendi inicialmente é uma mudança do padrão, de 18 mil e 30 mil para  
111980 mil. Inicialmente você propôs essa mudança. Isso eu tenho que ir na  
1120Resolução 432 e alterar. Tem que alterar e dar um prazo para isso. A  
1121dificuldade que eu teria para fazer isso, primeiro... Bom, nós estaríamos já  
1122negociando eu acho que não seria nem a alteração da 432. É talvez pensando  
1123PROMOT 5 ou alguma coisa assim. Se é isso, eu acho que aí tem que ver com  
1124o Governo como se dá essa discussão. É aquilo que eu falei inicialmente,  
1125Bocuhy: nós não nos furtamos a discutir de jeito nenhum.

1126

1127

1128**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – A nossa proposta  
1129não é estática. Os 80 mil não são estáticos.

1130

1131

1132**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Deixa-me fazer  
1133uma tentativa de encaminhamento dessa discussão. Eu deixei correr um pouco  
1134aqui, mas eu acho que nós não vamos escapar de fazer uma avaliação  
1135considerando os seguintes aspectos: essa Resolução entra em vigor... Ela já  
1136está em vigor, mas ela passa a colocar veículo na rua em 2014. A fase 5 não  
1137tem ainda um horizonte, mas fala-se ou nós podemos supor que seria lá por  
11382019, que entraria a fase 5. Essa fase 4 tem um novo horizonte, uma nova  
1139linha de corte em 2016, que está colocado ali. O art. 2º está dizendo: a partir de  
11401º de dezembro de 2014 ficam estabelecidos os limites máximos de emissão e  
1141tal. O art. 3º: a partir de 1º de janeiro de 2016 ficam estabelecidos os limites  
1142máximos de emissão...

1143

1144

1145 **SR. MÁRCIO VELOSO (Ibama)** – Deixa-me só... Eu só estou dando um  
1146 reforço, porque lembrar que na última Plenária do Conama foi corrigido um  
1147 pequeno equívoco que se colocou no art. 2º e no art. 3º, em que o que consta  
1148 no art. 2º são para os veículos novos, os novos modelos que passam a ser  
1149 fabricados a partir de 2014. Que passam a entrar em produção a partir de 2014  
1150 e para 2016, aqueles veículos que já vêm em produção e que continuariam em  
1151 produção naquele período. Obrigado.

1152

1153

1154 **SR. RUDOLPH DE NORONHA (MMA)** – O pessoal ali do apoio tivesse o... É  
1155 que não foi editada... A Resolução que foi votada, não foi editada. Mas nós não  
1156 temos o texto dela? Porque esse é justamente o que foi alterado em Plenária  
1157 na última reunião.

1158

1159

1160 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Que motivou  
1161 esse pedido de revisão que nós estamos aqui discutindo. Mas enfim, enquanto  
1162 nós encontramos isso, eu queria colocar o seguinte: essa questão do prazo,  
1163 que no final o que nós estamos discutindo, e eu fiz essa menção já  
1164 anteriormente, o que nós estamos discutindo no final é um prazo. Ninguém  
1165 está tirando mérito e nem a necessidade da discussão, embora nós, como já foi  
1166 dito aqui, lamentemos que essa discussão não tenha ocorrido em momento  
1167 adequado. De qualquer forma, a todo momento se pode retomar essa  
1168 discussão. O que está se colocando é assim: nós estamos com... Os veículos  
1169 estão indo para a rua em janeiro, em 1º de janeiro de 2014 e já estão sendo  
1170 homologados e a linha de produção já está fabricando. Então nós imaginamos,  
1171 e o próprio Dr. Bocuhy concordou com isso... Nós imaginamos que em 2014  
1172 nós possamos alterar, não podemos. Não tem como. Talvez o que nós  
1173 possamos fazer é estabelecer como propostas de encaminhamento... Não diria  
1174 de votação, mas de encaminhamento antes de nós até definirmos o que  
1175 votaríamos aqui, seriam duas alternativas: ou nós trabalharíamos em cima de  
1176 uma revisão da Resolução a partir de 2016 ou alguma coisa parecida com isso,  
1177 mas eu lembro que para isso, nós teríamos que fazer essa discussão  
1178 praticamente no âmbito da Câmara Técnica, porque se nós formos criar grupo  
1179 de Trabalho, pela experiência que nós temos, é muito provável que até 2015,  
1180 que é quando nós teríamos que homologar os veículos para 2016, nós ainda  
1181 não tivéssemos... Ainda mais que está se falando aqui em estudo de 5 anos, 3  
1182 anos. Se nós vamos fazer estudos de 3, 5 anos, já era 2016 também, que na  
1183 verdade é 2015. A outra opção seria nós discutirmos ou iniciarmos uma  
1184 discussão da fase M5. Então como... Eu não sei se alguém tem mais alguma  
1185 proposta de encaminhamento, mas eu, como Coordenador dessa reunião,  
1186 vislumbro essas possibilidades. Quer dizer, ou se trabalha em uma revisão da  
1187 432, com um prazo estabelecido para vigorar, talvez para rever a segunda  
1188 fase, porque a primeira dificilmente nós conseguiríamos incidir sobre ela ainda,  
1189 e aí, no âmbito da Câmara Técnica, tentando trazer estudos e discussões para  
1190 este âmbito aqui. Mas eu não sei como isso fica do ponto de vista de revisão  
1191 da Resolução, porque a rigor, ela está em vigor. Ela estaria em vigor e nós  
1192 estaríamos discutindo uma revisão dela para vigorar a partir do ano que vem,

47

24

48



1193para 2015 nós poderemos homologar veículo para 2016. Então vejam que o  
1194prazo dessa revisão seria um prazo extremamente curto, que talvez não nos  
1195desse margem a criar um Grupo de Trabalho, e sim trabalhar no âmbito da  
1196Câmara Técnica. A outra opção seria nós abrirmos um Grupo de Trabalho para  
1197trabalhar na proposição da fase 5. Se alguém tem outra proposta de  
1198encaminhamento... Eu vejo hoje essas duas possibilidades. Se alguém tem  
1199outra proposta de encaminhamento dessa discussão, eu pediria que se  
1200manifestasse estritamente em relação a isso: propostas de encaminhamento  
1201dessa discussão.

1202

1203

1204**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu acho que o Dr.  
1205Márcio foi muito feliz. Nós compreendemos a razoabilidade do processo. Nós  
1206não queremos, de forma alguma, interferir nessa fase agora e, portanto, nós  
1207abrimos mão da nossa proposta em função da criação de um Grupo de  
1208Trabalho de discussão no âmbito da própria Câmara Técnica para a próxima  
1209fase, e até mesmo entendendo o interesse da indústria, que vocês, uma vez  
1210que se decida, vocês vão ter que se adaptar e vão ter muito esforço nesse  
1211sentido. Então eu acho que aí talvez seja um consenso razoável.

1212

1213

1214**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bocuhy, uma questão  
1215importante: a inspeção veicular, se bem feita e aplicada no país pode até  
1216mesmo induzir que catalizadores mais eficientes sejam produzidos, porque é  
1217mais interessante eu ter um catalizador que dure 50 mil quilômetros do que um  
1218que dure 20 mil quilômetros. Questão do custo, está entendendo? Aí é a  
1219questão do custo até para o consumidor ou mesmo o fabricante, entre  
1220concorrência entre eles. Mas a inspeção é fundamental. Nós achamos que  
1221inspeção veicular tem que ser feita. Nós concordamos com isso. Eu acho que  
1222nesse ponto não há nenhuma discordância em relação às organizações não-  
1223governamentais. Nós, indústria, cumprimos nosso papel produzindo um  
1224produto dentro dos padrões de qualidade homologados pelo Poder Público,  
1225mas o Poder Público também tem o papel dele, porque nós não podemos  
1226fiscalizar, a indústria não pode fiscalizar, esse papel é público, de fazer a  
1227inspeção veicular. E o consumidor que somos nós todos, cumprindo com a  
1228legislação. Eu acho que é isso que nós queremos. Então eu acho que não  
1229pode também achar que nós vamos resolver todos os problemas. Nós não  
1230vamos resolver. Nós não vamos resolver. Nós não temos essa capacidade.

1231

1232

1233**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Márcio, eu vou aproveitar o que o  
1234Wanderley falou sobre a inspeção. Eu moro no Rio de Janeiro e realmente lá  
1235eu acho que foi o primeiro estado a ter a inspeção veicular. Com toda  
1236sinceridade, Bocuhy... Falar com você sobre a inspeção veicular. Vou continuar  
1237falando. O que o Wanderley falou sobre a inspeção veicular é importante pelo  
1238seguinte, dois aspectos: pela segurança e pela emissão de gás. Eu mesmo, lá  
1239no Rio de Janeiro, quando faço a inspeção do meu carro, realmente é o pior dia  
1240da minha vida, porque eles realmente são rigorosos. São muito rigorosos. Não  
1241é só o gás em si, como também é um pneu que está careca, é uma lanterna  
1242arrebentada. Então isso realmente, se for a nível Brasil, realmente isso ia

1243reduzir muito. E outra coisa também: lá no Rio de Janeiro, não sei se vocês  
1244sabem, a utilização do GNV, o gás natural, você tem até uma isenção de 75%  
1245do IPI. Quer dizer, isso faz com que o proprietário de carro utilize. Eu mesmo  
1246tenho um carro com GNV. Não com intenção de reduzir, mas com intenção de  
1247realmente evitar a emissão de gás poluente. É mais por isso. Então a inspeção  
1248realmente, para mim, é super importante em nível de Brasil.

1249

1250

1251**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria só, como  
1252você se dirigiu a mim, dizer que eu concordo absolutamente. Nós temos lutado  
1253pela implementação da inspeção, mas também achamos que a durabilidade  
1254que vem de fábrica deve ser considerada de acordo com a realidade da  
1255rodagem.

1256

1257

1258**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – É em função justamente da inspeção que  
1259eles vão dizer: você não foi aprovado e você vai ter que trocar, ou melhorar, até  
1260de repente uma troca de vela, melhorar alguma coisa no seu carro para evitar o  
1261maior número de poluição.

1262

1263

1264**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
1265**Paulo)** – Eu queria também manifestar, Márcio... É uma coisa que eu queria  
1266dizer. Juntando tudo e já defendendo alguma das propostas que você está  
1267quase encaminhando para votar. Porque assim, quando você discute uma  
1268Resolução, você vê que existe N fatores que interferem naquele objetivo que  
1269você quer. Se você não acertar todos, não vai ter o condão de soltar a  
1270Resolução e aquele negócio acontecer na prática. E para acertar todos, nós  
1271não temos aqui hoje tudo. Precisaria de mais gente que entende mais a fundo  
1272disso tudo discutindo. Então eu acho que a essa altura, melar o que já está, é o  
1273pior dos mundos. Então vamos antecipar a discussão do próximo. Seria o mais  
1274razoável.

1275

1276

1277**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Alguém mais  
1278gostaria de se manifestar? Temos consenso então no sentido de que nós  
1279promovamos a abertura desse... Aí eu questiono o seguinte: nós já partiríamos  
1280para essa... Aí eu questiono inclusive o pessoal do Proconve e do Ministério se  
1281é conveniente nós já decretarmos a abertura desse Grupo ou se nós  
1282estruturamos isso para. Na próxima reunião, termos coordenação, relatoria e  
1283etc. na próxima reunião da Câmara Técnica?

1284

1285

1286**O SR. MÁRCIO VELOSO (Ibama)** – Eu acho que isso precisa de estruturação.

1287

1288

1289**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Nós faríamos o  
1290seguinte: só para registrar a decisão que nós estamos tomando aqui e ver se é  
1291isso mesmo: então nós teríamos aqui acordo no sentido de que a proposta do  
1292PROAM é uma proposta que é pertinente e que merece a abertura de um

1293Grupo de Trabalho para começar a discutir essas questões na próxima fase do  
1294PROMOT, no caso e que nós, na próxima reunião... Até lá dá tempo de se  
1295articular inclusive, porque lembrando sempre que o Coordenador do Grupo tem  
1296que ser um Conselheiro. Então nós, até a próxima reunião teríamos aqui... Na  
1297próxima reunião, a indicação de um coordenador do Grupo de Trabalho,  
1298relatoria do Grupo de Trabalho, propostas para isso e a partir então da nossa  
1299próxima reunião nós instalaríamos esse Grupo de Trabalho para começar a  
1300discutir a fase seguinte do PROMOT. É isso?

1301

1302

1303**A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Eu acho  
1304que talvez fosse mais interessante nós termos, antes de decidir pela instalação  
1305de um Grupo de Trabalho, uma avaliação técnica da pertinência dele ser  
1306instalado nesse momento, porque eu acho que, como o senhor disse, é o  
1307consenso que o assunto é relevante que deve ser discutido na próxima fase.  
1308Mas será que essa próxima fase deve começar desde já? Eu gostaria de ter  
1309um pouco mais de elementos da área técnica do Ibama que trata dessa  
1310questão para avaliar, porque eu acho que seria um pouco prematuro decidir  
1311hoje sobre a criação de um novo grupo técnico. Não sei. Essa é a minha  
1312opinião.

1313

1314

1315**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria reiterar,  
1316entendendo a preocupação da Dra. Zuleika com relação à fundamentação  
1317técnica, mas eu acredito que os fatos estão aqui colocados. Então a motivação  
1318da criação desse GT está clara. Eu acho que esse grupo já entendeu que há  
1319necessidade de mérito de se fazer essa discussão. Agora, os  
1320encaminhamentos e essa articulação técnica vão ocorrer durante o GT. O GT  
1321que vai trazer esses elementos para a discussão que vão nos possibilitar o  
1322encaminhamento. Então é exatamente essas a função do GT, que certamente  
1323nós não poderíamos antecipar.

1324

1325

1326**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – O que a Dra.  
1327Zuleika está trazendo aqui é uma possibilidade de antes da criação do GT, nós  
1328aprofundarmos um pouco a discussão na Câmara Técnica. Eu acho que é  
1329nessa linha. Essa é uma possibilidade também que nós poderíamos, para não  
1330precipitar a criação do Grupo de Trabalho, talvez trazer esse assunto para  
1331pauta da Câmara Técnica mais uma discussão, e trazendo mais argumentos  
1332técnicos, e então criar o GT a partir disso. De qualquer forma, eu não sei se  
1333nós precisamos encaminhar isso agora. Se acharem que precisa, nós  
1334encaminhamos para a votação em uma ou outra proposta. Mas de qualquer  
1335forma, a Maíra está me colocando aqui que nós temos uma questão  
1336regimental, quer dizer, na verdade nós temos uma proposta de revisão da  
1337Resolução tramitando em regime de urgência que nós precisamos deliberar  
1338sobre a pertinência ou não da revisão. Então essa é a primeira questão. E a  
1339segunda é o encaminhamento que vai se dar das questões trazidas aqui. Se  
1340nós faríamos um aprofundamento dessa discussão no âmbito da Câmara  
1341Técnica para depois criar o Grupo de Trabalho ou se nós criamos o Grupo de  
1342Trabalho e no Grupo de Trabalho se dá esse aprofundamento da discussão,

1343podendo o Grupo de Trabalho, como pode sempre, concluir que não... O Grupo  
1344de Trabalho é criado para discutir uma proposta de Resolução. Ele pode  
1345chegar e dizer: olha, não cabe essa proposta de Resolução. Aliás, isso já  
1346aconteceu em outras ocasiões.

1347

1348

1349**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só uma questão de  
1350esclarecimento com relação aos encaminhamentos formais. A missão atribuída  
1351a essa Comissão foi de deliberar sobre a nossa proposta de revisão. Está  
1352havendo um acordo político interno em que se entende a necessidade de se  
1353rever em uma segunda fase e, portanto, isso necessitaria de um  
1354encaminhamento dessa Câmara Técnica ao Plenário do Conama para que ele  
1355deliberasse sobre isso, certo? Então, Dr. Márcio, eu acho que esse seria o  
1356próximo passo: nós encaminharmos essa proposta para o Plenário do Conama  
1357colocando a questão de consenso do grupo com relação à necessidade de  
1358discussão. A Dra. Zuleika levanta apenas uma questão de tempo, de prazo, de  
1359procedimento, mas eu acho que o encaminhamento adequado seria esse de  
1360encaminhamento à Plenária.

1361

1362

1363**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – vê se eu consigo  
1364resumir aqui: a ideia seria a seguinte: nós encaminháramos à Plenária a  
1365decisão dessa Câmara de rejeitar a proposta de revisão da Resolução 423,  
1366mas entender a pertinência do mérito das questões colocadas no sentido de  
1367que precisamos contemplar essas preocupações que o PROAM trouxe  
1368imediatamente nas próximas fases do PROMOT, e que essa discussão viria  
1369para a Câmara Técnica pautada.

1370

1371

1372**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu gostaria só de  
1373colocar uma questão só de forma: que o PROAM retirou a proposta no sentido  
1374de que se fizesse uma discussão nesse...

1375

1376

1377**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Discussão do PROMOT 5.  
1378Eu tenho uma dúvida, e eu acho que é uma dúvida que a Zuleika também tem,  
1379Bocuhy, que o fundamento que você trouxe aqui é a durabilidade de  
1380equipamentos. Tudo bem. Certamente se nós instalarmos um Grupo de  
1381Discussão do PROMOT 5, nós vamos ter que estudar essa questão. E acho  
1382que a indústria vai ter esse papel de estudar essa questão, até para aposentar  
1383informações técnicas à respeito dessa questão. Aí eu queria saber exatamente  
1384dos nossos colegas aí, o Márcio e até o Rudolph: nós temos elementos hoje  
1385para inicialmente começarmos uma discussão do PROMOT 5? É uma dúvida  
1386que eu tenho. Além dessa questão da durabilidade. Ou seria focado nessa  
1387questão da durabilidade? É uma pergunta que eu teria. Porque o que a Zuleika  
1388colocou... Bom, é a mesma dúvida, não é? Porque eu posso instaurar o Grupo  
1389para chegar e falar assim: Bocuhy, eu vou fazer o estudo. Eu gasto dois anos  
1390para fazer o estudo. Em dois anos eu te entrego o estudo com a proposta de  
1391melhoria da qualidade dos equipamentos. Pode ser uma questão. Eu não sei

1392se agora eu consigo responder isso que você está colocando. Eu queria ouvir  
1393os nossos colegas aqui.

1394

1395

1396**O SR. RUDOLPH DE NORONHA (MMA)** – Obviamente nós do Ministério, do  
1397Ibama, ainda não estamos querendo pensar no M5, no P7, no P8, no L7 e tudo  
1398mais. Nós tínhamos um cenário há alguns anos, como nós estamos sempre  
1399três passos atrás da Europa, da Califórnia e não sei o que, que nós  
1400poderíamos, contemplando a experiência de outros países, um pouco que  
1401desenhar as fases brasileiras. Acontece que nesses últimos 3, 4 anos, por  
1402esforço do Conselho, nós adiantamos tanto a tecnologia implantada no Brasil  
1403que hoje nós estamos na linha de frente. Então nós não temos aquela dos anos  
1404920, de ficar olhando o que estava acontecendo nos outros países de bom e de  
1405ruim e de implantar aqui depois as nossas fases com o que tinha de melhor e  
1406descartando alguns problemas que tiveram. Então, por exemplo, para os  
1407pesados: na Europa está lá começando o Euro 6, que a GM está dando uma  
1408série de problemas, que quando nós formos fazer o nosso P8, isso para nós vai  
1409ser um grande ganho. Mas acontece que já estamos em um diferencial  
1410tecnológico muito curto. Nós estamos começando no ano que vem, por  
1411exemplo, a distribuição de uma gasolina nova no país. Qual vai ser o efeito  
1412dessa nova gasolina nesses novos motores? Que emissões sairão dessa  
1413combinação? Hoje nós temos, nos nossos trabalhos internos, principalmente  
1414no nosso grupo de inventários, porque hoje nós temos inventários fidedignos  
1415produzidos pelo Governo Federal nos programas de emissão de São Paulo e  
1416do Rio de Janeiro. O que nos preocupa inclusive alguma alteração nesses  
1417programas que venham a dificultar a obtenção de informações pelo Governo  
1418Federal. Então hoje nós temos um quadro bastante próximo do que acontece  
1419com os motores M3, P7, L5 com os combustíveis brasileiros: com o S10, com  
1420S500, com S1800, com a gasolina atual, com a gasolina, com a gasolina de  
1421800 PPM. Vocês sabem que ano que vem ela vai ter 50 PPM de enxofre. A  
1422nossa gasolina já há muitos anos se livrou do chumbo. A nossa gasolina tem  
1423um teor de etanol que é inédito, ou seja, em questão de gases de efeito estufa,  
1424é única no mundo. Ela, a partir do ano que vem, vai de 800 para 50 PPM e ela  
1425será 100% aditivada. Universalmente. Ao contrário do diesel, que é voltado  
1426para os veículos novos, a gasolina brasileira no ano que vem vai ser  
1427universalmente com essas características todas. E é esse combustível que vai  
1428abastecer, por exemplo, os veículos M4. Então enquanto essa combinação de  
1429fatores que são planejados a longo prazo não se colocam no mercado, eu acho  
1430um pouco difícil prever objetivamente parâmetros para fases futuras. Não  
1431implica que nós não possamos... E nós já estamos fazendo isso, nós  
1432participamos do ICCT, o Conselho Internacional do Transporte Limpo, que é o  
1433que traz para nós fatores mais modernos no mundo inteiro em termos de  
1434emissão. Então nós estamos já antenados no que tem acontecido em outros  
1435países. Mas a combinação “combustível brasileiro e motor brasileiro” só  
1436acontece aqui. E os efeitos dessa combinação especificamente em termos de  
1437PROMOT, nós vamos começar a sentir ano que vem. Então corroborando um  
1438pouco o depoimento da representante de Minas Gerais, eu acho que nada  
1439impede a discussão já nos âmbitos necessários. Nós, por exemplo, que  
1440coordenamos a CAP – Comissão de Acompanhamento do PROCONV, que  
1441tem reunião no mês que vem, já vai estar em pauta uma discussão sobre o que

1442poderá vir a ser um P8, por exemplo. O que está acontecendo na Europa hoje  
1443com essa combinação de tratamentos pós... Enfim, USR, com SR, as  
1444combinações todas que estão acontecendo lá. Então eu estou nesse equilíbrio  
1445aí, de quero sim já discutir tudo. Eu quero saber das experiências  
1446internacionais, eu quero saber o que vai ser nas nossas pesquisas, a  
1447combinação dessa nova gasolina com esses novos motores, mas também para  
1448objetivamente: vamos começar a desenhar uma Resolução com a fase M5? Aí  
1449eu já acho que não é o momento. Eu acho que nós estamos já no momento de  
1450começar a discutir, mas objetivamente de redigir a fase M5, ou a P8, ou a L7,  
1451ainda não seria o nosso passo agora imediato.

1452

1453

1454**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria lembrar  
1455da questão regimental. O que vai acontecer é que essa proposta nossa hoje ou  
1456a informação do resultado dessa reunião volta para Plenária do Conama e o  
1457Conama, se entender pertinente uma nova proposta, enviará de novo à  
1458Câmara Técnica, que aí sim vai instalar o grupo de Trabalho. Eu concordo com  
1459a argumentação do Dr. Rudolph quando é vista do ponto de vista do Ministério,  
1460mas eu, como representante da sociedade civil, que trabalho com vários braços  
1461dentro de universidade, acho que essa construção pode ser mais interessante  
1462com a participação no Grupo de Trabalho, como já fizemos, o Dr. Márcio sabe  
1463o que aconteceu na questão dos micronutrientes: nós fizemos uma  
1464contraposição bastante interessante no sentido de trazer elementos técnicos  
1465para a discussão que o setor do estado de IPC não traria. Então é essa  
1466contribuição que nós gostaríamos de dar a esse processo. Então construir essa  
1467fase junto com a sociedade, diante dos fatos que nós colocamos agora me  
1468parece um avanço e também, Dr. Wanderley, o senhor me desculpe, mas nós  
1469não podemos ficar muito reféns do estudo apresentado pela indústria, porque a  
1470cada ano que passa, a indústria encomenda um estudo e aí nós ficamos  
1471esperando 1, 2 anos. Eu acho que podemos trabalhar de forma independente.  
1472Hoje há universidades envolvidas, há experiências internacionais. O PROAM  
1473tem contratos internacionais bons. Nós pretendemos contribuir bastante para  
1474esse processo. Então eu faria a proposta sim de que nós encaminhássemos  
1475nesse sentido e colocando a nossa disposição de participar ativamente, já a  
1476partir da próxima Câmara Técnica, dessa discussão.

1477

1478

1479**O SR. MÁRCIO VELOSO (Ibama)** – Eu só queria reforçar a lembrança de que  
1480uma Resolução não se pode iniciar a discussão simplesmente por um fator, no  
1481caso a durabilidade. Nós temos que também ter parâmetros para estabelecer,  
1482porque não vamos fazer um Grupo de Trabalho para discutir um único  
1483parâmetro. E a Resolução inclui limites de emissões, mais prazo, quando ser  
1484cumprido, limites para CO, para NOX, para hidrocarboneto. Então nós  
1485precisamos ter parâmetros para que nós possamos não somente discutir  
1486durabilidade, como os outros dados, que poderão ser. Então eu acho que  
1487precisamos ainda ter mais elementos para que nós não desfaçamos uma  
1488discussão no momento com outros parâmetros, outro momento, outra  
1489discussão. Então vai fazendo uma colcha de retalhos. Então é importante sim  
1490uma discussão para a próxima fase, como sempre vem sendo feito com... Nós  
1491colocamos o PROMOT, mas o Proconve, que começou em 1986, sempre se

1492pautou por discutir pacotes, vamos dizer assim. Então quando a Resolução  
1493entrar em vigor, ela entrava completa, abrangendo todos os aspectos, inclusive  
1494da homologação. Eu vou lembrar um fator que já foi colocado aqui, mas é  
1495importante colocar que na Resolução 432, também foi colocada uma mudança  
1496da metodologia de avaliação de homologação dos veículos. Os ensaios a  
1497serem realizados para a homologação dos veículos até a fase M3, ele deixa de  
1498ser utilizado por um ensaio mais rigoroso, que ser aplicado a partir dessa fase  
1499do M4. E nós não sabemos... Isso inclusive é um fator que precisa ser  
1500considerado... Como seria... O que seria desenvolvido, uma nova metodologia  
1501de ensaio, o que fazer para uma fase M5. Então tudo isso depende de acúmulo  
1502de informações, de dados para que nós possamos discutir.

1503

1504

1505**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Se eu estou  
1506entendendo as colocações que foram feitas pelo Dr. Rudolph, pelo Dr. Márcio e  
1507pela Dra. Zuleika, a preocupação com a proposta que nós tínhamos  
1508consensuado aqui é com relação ao fato de que o Grupo que venha a ser  
1509criado ou que o início dessa discussão se enfoque apenas em um aspecto, que  
1510é o aspecto de duração dos equipamentos de controle de emissão. Eu não sei  
1511como efetivamente nós podemos encaminhar essa discussão. Uma  
1512possibilidade... Eu só vou levantar a bola. Depois... Uma possibilidade seria  
1513nós prevermos o início de uma discussão com esse título mesmo, que é a  
1514discussão durabilidade dos equipamentos e essa discussão, o resultado dessa  
1515discussão poderia ser fonte de alimentação pra a nova fase. O Grupo de  
1516Trabalho teria outro enfoque. Essa seria uma possibilidade, embora...  
1517Considerando isso que eles disseram, quer dizer, teriam poucos elementos  
1518para se pensar em uma revisão no todo.

1519

1520

1521**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – O meu conceito de  
1522poucos elementos é um pouco diferente do que está sendo colocado aqui. Os  
1523elementos necessários para mim, para a revisão de uma resolução são:  
1524situações que em você deva exercer controle de poluição, que é o papel do  
1525Conama, estabelecimento de normas, etc. e etc. então a realidade da rodagem  
1526das motocicletas no Brasil e sua relação com a durabilidade dos catalizadores  
1527me parece um ponto de pauta excelente para um Grupo de Trabalho. Isso não  
1528vai se esgotar em menos de 6 meses, eu tenho certeza. Só para nós  
1529levantarmos os dados de rodagem, etc. e etc., isso vai demorar bastante  
1530tempo. E vai certamente poupar esforços do Ministério do Meio Ambiente  
1531quando tiver que se concentrar nos demais pontos da Resolução. Além disso,  
1532eu acho que é uma motivação importante, Dr. Wanderley, para que a indústria  
1533nesse processo agregue sua informação, seu conhecimento desde já com  
1534relação a esse problema específico levantado aqui, que é uma questão de  
1535mérito inegável e relevante. Então pela relevância do tema, eu defendo essa  
1536posição que nós formemos um Grupo de Trabalho sim, mesmo que ele tenha  
1537como ponto de pauta apenas essa questão levantada pelo PROAM.

1538

1539

1540 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
1541 **Paulo)** – Márcio, só uma dúvida mais de feito regimental: porque isso tem que  
1542 ser discutido na Plenária?

1543

1544

1545 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Porque foi a  
1546 Plenária que deliberou pela tramitação disso em regime de urgência. Então  
1547 isso tem que retornar a ela com uma satisfação.

1548

1549

1550 **A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Eu ainda  
1551 continuo na dúvida. Por tudo que foi falado aqui, para mim, o resultado da  
1552 avaliação dessa proposta perdeu o caráter de urgência, já que nós estamos  
1553 chegando à conclusão que nós deveríamos encaminhar melhor, aprofundar  
1554 mais essa discussão à despeito das considerações de que o ponto apenas da  
1555 questão da durabilidade do elemento não seria suficiente para motivar a  
1556 criação de um novo GT. Então eu não sei... Talvez fosse mais interessante que  
1557 nós pudéssemos receber informações por escrito, tanto do Ibama, do  
1558 Ministério, como do setor produtivo sobre esse assunto que está sendo  
1559 discutido aqui agora, para que nós possamos formar uma ideia melhor se esse  
1560 GT deverá ser formado agora ou se ele tem que aguardar mais algum tempo  
1561 para ser incorporado na discussão da nova fase do PROMOT. Eu continuo com  
1562 a mesma dúvida. Eu acho que não temos hoje elementos suficientes para  
1563 justificar a criação de um GT apenas para esse ponto que foi colocado aqui na  
1564 discussão. Então ele perdeu o caráter de urgência.

1565

1566

1567 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria discordar  
1568 da Dra. Zuleika por dois motivos: primeiro porque o Plenário do Conama  
1569 entendeu a importância do tema e encaminhou para a Câmara Técnica.  
1570 Segundo porque o próprio CIPAM, na sua última reunião, deliberou por  
1571 entender que havia mérito suficiente para que essa questão fosse discutida  
1572 aqui. Então já tivemos... Dr. Márcio, me desculpe, mas esses foram os  
1573 encaminhamentos que foram mais dentro do sistema. Outra questão é: urgência  
1574 regimental é uma coisa. Urgência de proteção de meio ambiente e saúde  
1575 pública é outra coisa. Então nós estamos defendendo a urgência de tratamento  
1576 dessa questão não mais no regime de urgência regimental, mas no regime  
1577 possível diante da existência de uma nova fase de adaptação do setor  
1578 industrial e etc.

1579

1580

1581 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – De fato são  
1582 coisas diferentes, mas eu queria só esclarecer que o CIPAM não entrou no  
1583 mérito. Aliás, ele frisou isso muito bem. Ele disse: olha, eu vou remeter à  
1584 Câmara de Qualidade para que julgue o mérito, porque do ponto de vista de  
1585 admissibilidade, não há o que opor. Então a discussão de mérito tem que dar  
1586 aqui. Não se deu lá a discussão do mérito. E é isso que nós estamos aqui  
1587 discutindo. E é o nosso papel. Eu confesso para vocês que eu estou com  
1588 dificuldade de entender as possibilidades de encaminhamento que nós temos,  
1589 porque de fato, do ponto de vista regimental, e o Dr. Bocuhy ajudou a dar mais



1590um toque do nó, porque de fato nós temos uma tramitação em regime de  
1591urgência, entoa sem discutir a urgência do tema, mas discutindo do ponto de  
1592vista processual de encaminhamento, nós temos um processo que chegou a  
1593nós tramitando em regime de urgência, demandado pelo Plenário. Nós  
1594precisamos dar retorno a esse pedido, avaliando o mérito da urgência dessa  
1595Revisão. Isso nós precisamos fazer. Qual é a melhor maneira de fazer isso é  
1596que é a questão.

1597

1598

1599**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Dr. Márcio, eu  
1600queria... Eu acho que nós não podemos perder o acumulo de discussão feita  
1601nessa Comissão. Pelo que eu entendi, o PROAM abriu mão da proposta em  
1602função de um acordo, de um consenso que essa questão fosse discutida e  
1603fosse discutida, pelo que eu entendo, de uma forma ágil. Então eu acho que  
1604esse é o encaminhamento que nós aqui trabalhamos. Então de certa forma, o  
1605que está sendo colocado agora abafa essa possibilidade e remete para um  
1606segundo, um terceiro momento e isso para nós não é aceitável, devido aos  
1607problemas ambientais aqui colocados.

1608

1609

1610**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Vamos ver. O  
1611que eu acho que nós precisamos é entender bem o que está sendo colocado  
1612aqui. Então, na verdade é assim: o PROAM está dizendo... Me corrijam se eu  
1613estiver errado, todos, por favor. O PROAM está dizendo o seguinte: ele  
1614concorda em retirar a proposta de tramitação em urgência. Em todo o caso,  
1615isso terá que ser remetido à Plenária de qualquer forma, mas ele concorda em  
1616retirar desde que seja criado um Grupo de Trabalho que inicie a discussão  
1617desse tema, que é basicamente a durabilidade dos equipamentos de controle  
1618de emissão para que seja inserida, essa discussão contribua já inicialmente  
1619para a discussão da revisão do PROMOT 5, para o seguimento da Resolução  
1620que vai determinar a fase M5 do Programa e essa é a condição para que ele  
1621retire essa urgência. Se nós entendermos que não deve ser criado o Grupo,  
1622teremos que votar então a aprovação ou rejeição da proposta de revisão. Nós  
1623vamos voltar à origem. É isso ou não é isso?

1624

1625

1626**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Porque não seria,  
1627Dr. Márcio, aceitável de que houvesse consenso nessa reunião e de repente se  
1628fizesse um encaminhando de dilação de prazo. O que nós não queremos nesse  
1629processo é dilação de prazo que venha a prejudicar a discussão.

1630

1631

1632**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só uma questão, Bocuhy.  
1633A nossa preocupação, no caso especificamente da indústria, não é nem essa.  
1634A questão de eu ter elementos para colocar na mesa para uma discussão  
1635concreta. Eu fiz a pergunta ao Márcio e ao Rudolph porque conheço  
1636profundamente todo esse desenvolvimento do Proconve e do PROMOT para  
1637saber se nós já teríamos elementos para iniciar uma discussão da fase 5 do  
1638PROMOT. A resposta que eles deram é que nesse momento, agora, abril de  
16392013, não. Não quer dizer que nós não vamos fazer isso. Obviamente que

1640 vamos fazer isso. Talvez o *time* não é agora. Eu não sou contra... Eu vou até  
1641 dizer: eu não sou contra criar o GT para discutir a questão da durabilidade de  
1642 equipamentos. A questão é: se tem algum elemento para a discussão.  
1643 Elemento concreto, técnico. Essa que é a questão, Bocuhy. Porque olho só: eu  
1644 posso discutir sim, criar o Grupo. Vamos fazer um exercício. Eu crio o Grupo. 6  
1645 meses. Vai até o final do ano. Se eu não tiver elementos, e mesmo que eu  
1646 tenha elementos, chegar no final do ano, eu não tenho elementos para  
1647 construir a fase 5. Eu acho que em 2014 possivelmente nós podemos  
1648 encaminhar... Pode ser um encaminhamento da Câmara Técnica, de estarmos  
1649 criando o Grupo de Trabalho para a discussão do PROMOT 5. E aí o subsídio  
1650 desse Grupo de Trabalho vir a alimentar. Isso não prejudica a sua preocupação  
1651 em relação à urgência. Eu acho que é urgente assim, concordância. O que nos  
1652 falta são elementos de fato para estabelecer lá: eu consigo avançar aqui. É  
1653 essa a preocupação. Eu acho que a Zuleika colocou isso. Que fato concreto eu  
1654 consigo colocar na mesa agora para essa discussão? Se eu não tenho esse  
1655 fato, nós podemos postergar o início da discussão e deixar isso para 2014, por  
1656 exemplo. Agora, de qualquer maneira, eu já me coloco aqui, se quiser criar o  
1657 Grupo de Trabalho, nós criamos. Não tem problema nenhum. Mas discutir  
1658 sobre algo que eu não tenha elemento concreto, gente, é complicado. É só  
1659 isso.

1660

1661

1662 **A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Eu gostaria  
1663 de reforçar que eu também não sou contra a criação do Grupo de Trabalho. Eu  
1664 sou desfavorável à criação de um Grupo de Trabalho nesse momento para  
1665 revisar a Resolução. Se o Grupo de Trabalho ficar focado na questão da  
1666 avaliação da durabilidade do elemento de controle, tudo bem. Até entendo a  
1667 preocupação do Dr. Bocuhy de garantir que esse assunto seja discutido,  
1668 porque nós temos que dar atenção a esse assunto. Claro que sim. Mas  
1669 também entendo a sua preocupação, Wanderley, que nós temos que ter  
1670 elementos concretos para discutir. A minha proposta seria no sentido de pedir  
1671 que o Ibama e o setor produtivo trouxessem, em uma próxima reunião, esses  
1672 elementos. Mas se há uma preocupação de que isso fique bem decidido, bem  
1673 sacramentado para não ficar solto, passível de ser item de pauta das próximas  
1674 reuniões, então eu concordaria com o que o Presidente disse na sua última  
1675 fala, de criar um Grupo de Trabalho para essa avaliação, e não para a revisão  
1676 da Resolução, porque eu considero que isso é um tanto quanto prematuro.

1677

1678

1679 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria dar um  
1680 sentido para a palavra “concretude”. A concretude, e eu vivo em um ambiente  
1681 de concreto há muito tempo e nós sabemos que o crescimento exponencial da  
1682 frota de motos que rodam 50 mil quilômetros por ano na região metropolitana  
1683 de São Paulo é universo de 250 mil, é um fato e nós podemos comprovar. Se  
1684 essa concretude que vocês necessitam, eu acho que está plenamente  
1685 justificada a nossa discussão, porque a Resolução anterior não previa essa  
1686 rodagem das motocicletas e não prevê a durabilidade. Então não há algo mais  
1687 concreto, ao que me parece, diante desse fato novo comprovável, que é da  
1688 própria associação dos motofretistas de São Paulo. Então eu não vejo, do  
1689 ponto de vista de motivação para a criação desse grupo, nenhuma dúvida,

1690 porque a questão concreta está colocada. Há outras questões de concretude  
1691 que são mais subjetivas, que são pouco visíveis, que é a questão do ozônio. A  
1692 questão dos elementos lançados na atmosfera por esse conjunto de máquinas,  
1693 e aí o que acontece é que nós temos cada vez mais um fato, que é a  
1694 vulnerabilidade das populações, principalmente as crianças que são de menor  
1695 idade, pouco menos de 5 anos. Não há mais nada concreto do que isso para  
1696 motivar uma decisão de revisão de uma Resolução no âmbito do Conselho  
1697 Nacional do Meio Ambiente. Então esse tema tratado prioritariamente, Dr.  
1698 Márcio, no primeiro período, certamente vai nos dar muito trabalho para que  
1699 nós atinjamos uma compreensão do estado de arte desse processo. E  
1700 certamente isso vai abreviar grandes passos para a fase que se inicia a partir  
1701 do ano que vem talvez de discussão da fase seguinte do PROMOT. E para a  
1702 indústria vai dar segurança no sentido de que esse caminho que vocês têm que  
1703 tomar, esse cuidado que vocês vão ter que tomar. Então todos ganhamos com  
1704 isso. A sociedade ganha. O Conama ganha, porque o Conama está sendo ágil,  
1705 bem motivado e motivado com elementos concretos.

1706

1707

1708 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Concordando com você,  
1709 mas discordando também, não é motivação que nós... Eu acho que a  
1710 motivação está clara. Você deixou claro. Não é a questão da motivação. É o  
1711 concreto. Qual é o concreto? Concreto é, bom... Hoje eu estou em 18 mil e 30  
1712 mil. Para onde eu vou? Até onde eu consigo ir? É essa concretude que eu  
1713 queria, porque o Brasil hoje está implementando um padrão de ponta mundial.  
1714 Quer dizer, eu vou ter que... De fato nós vamos ter que estudar uma evolução  
1715 do padrão mundial e eu não tenho essa referência. Eu não tenho nenhum país  
1716 que tenha um padrão superior ao nosso e para eu discutir isso agora, essa que  
1717 é a questão. Nós montamos o Grupo de Trabalho, escolhemos o coordenador,  
1718 um relator, um vice coordenador. Mas e aí? Eu vou chegar lá eu vou discutir. A  
1719 motivação, para mim, está clara. Eu não tenho dúvida em relação à questão da  
1720 motivação. Eu posso discutir com você é: moto é responsável por quantos por  
1721 cento do problema de ozônio nas grandes cidades: São Paulo, Rio de Janeiro,  
1722 Belo Horizonte? Mas isso vai traduzir em proposta? A questão é proposta. É  
1723 número. Algo concreto.

1724

1725

1726 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Dr. Wanderley, a  
1727 questão, nesse caso, não é até onde eu consigo ir, mas assim, aquilo que deve  
1728 ser informado para sociedade, para o consumidor exigente, para o cidadão, no  
1729 sentido da transparência do processo. Essa questão que me parece primordial  
1730 também. Se a indústria diz: eu não posso chegar ao padrão de rodagem das  
1731 motocicletas por uma deficiência tecnológica, isso tem que ser um fato  
1732 conhecido, reconhecido para que ela faça o esforço necessário para que isso  
1733 compense na inspeção veicular para que isso venha a ocorrer, como um  
1734 elemento de política de proteção da saúde pública. Então a preocupação não é  
1735 apenas a possibilidade de vocês, mas o que a sociedade necessita. E aí, quais  
1736 as outras medidas que seriam necessárias, e isso fica claro no meio do  
1737 processo, para que nós garantamos a proteção da saúde pública. Talvez a  
1738 nossa decisão lá na ponta do GT, Dr. Márcio, me permita colocar, seja  
1739 implementar um pouco mais o PROMOT e segurar mais a questão da

1740tecnologia. Pode ser. Eu não estou descartando essa possibilidade. Mas isso  
1741tem que ser discutido para chegarmos a essas conclusões.

1742

1743

1744**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Nós somos favoráveis  
1745à criação do GT para discutir esses fatos novos que surgiram. Eu acho que se  
1746surgir um fato novo, logicamente ninguém vai querer recusar ser apresentado  
1747por qualquer um dos membros conselheiros. Mas eu acho que o mandato  
1748estaria ligado a esse fato novo. E aquilo que foi trabalhado e foi acordado está  
1749valendo. Não está anulado. Nós precisamos é aprimorar para ficar completa a  
1750proposta.

1751

1752

1753**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Nós temos duas  
1754questões aqui que nós temos que considerar. Uma me foi trazida agora do  
1755ponto de vista regimental, que é a questão da figura GT. Talvez nós tenhamos  
1756que chamar de Mariazinha, e não de GT, porque GT está ligado à questão de  
1757Resolução mesmo, e aí eu não sei. Não existe uma pré resolução, uma pré  
1758discussão prevista, pelo menos no Regimento Interno. Talvez nós possamos  
1759chamar de um seminário, do que nós imaginarmos, mas antes de entrar nessa  
1760discussão em si, nós temos que discutir um pouco o objeto desse Grupo, que  
1761eu acho que é isso que está sendo questionado tanto pela Dra. Zuleika como  
1762pela CNI quando fala em concretude. Aí eu quero fazer uma pergunta para os  
1763nossos amigos do Proconve, porque eu entendo o seguinte: além da questão  
1764de durabilidade dos equipamentos, uma questão que certamente será objeto  
1765desse Grupo é saber qual é o impacto disso sobre a qualidade do ar, porque é  
1766isso que nos importa ao fim, ao cabo. Então já foi discutido aqui, já foi dito de  
1767diversas maneiras o que eu vou repetir. Quer dizer, nós temos uma frota toda  
1768andando nas cidades que são responsáveis por essas preocupações que nós  
1769temos em termos de emissão. No momento em que eu coloco um veículo novo  
1770a circular, qual é o impacto dessa renovação da frota sobre a qualidade do ar?  
1771Essa é uma discussão que nós temos que fazer. E aí vem aquelas questões  
1772todas de custos que foram levantadas aqui. Bom, o custo em saúde pública é  
1773maior, é menor, o impacto disso sobre a própria opção do consumidor, que  
1774acredito que não interessa a ninguém. Eu, por exemplo, como usuário de moto,  
1775não me interessa que eu tenha o veículo individual sendo substituído pelo  
1776veículo individual automotor. Não tenho dúvida de que se todos nós tivéssemos  
1777veículos individuais, nós estaríamos com qualidade do ar melhor nas cidades.  
1778Eu vou defender isso na minha condição de motoqueiro. Ou então coletivo.  
1779Mas para mim ou é individual, ou pé coletivo. Agora, ter um carro com uma  
1780pessoa dentro, é uma coisa anti-ecológica de qualquer forma. Seria preferível  
1781que tivesse ou uma bicicleta ou uma moto e um ônibus para levar bastante  
1782gente. Pelo menos é o meu modelo ideal de cidade. Mas enfim. A questão que  
1783eu estou colocando é a seguinte: não nos interessa, portanto, fazer com que o  
1784crescente número de motocicletas seja substituído pelo crescente número de  
1785automóveis. Esse modelo também não nos ajuda. Nós vamos ter que encontrar  
1786nessa discussão qual é o ponto de corte interessante de nós estabelecermos  
1787para a melhoria dos equipamentos, durabilidade, custo e todas essas equações  
1788que nós estamos discutindo aqui de custo, viabilidade de implementação de  
1789uma inovação tecnológica e o efeito disso sobre a população e sobre o

1790comportamento da população, tanto do ponto de vista de manter seu veículo  
1791nas condições de fábrica, quanto de renovar o seu veículo. Quer dizer, também  
1792tem que entrar aqui as discussões de qual é fluxo, a velocidade de renovação  
1793da frota de motocicleta hoje? Qual é o impacto que essa medida que está  
1794entrando em vigor em 2014 vai ter sobre 2020 na composição das emissões.  
1795Eu me lembro que lá por 2007... Eu pergunto de novo ao pessoal do Proconve  
1796e PROMOT e do Ministério... Eu me lembro que lá por 2007 foi feito um estudo,  
1797que inclusive apareceu, estudo esse de saúde pública da questão de São  
1798Paulo na ocasião. Eu acho que foi na época do aniversário de não sei quantos  
1799anos do Proconve, eu acho que 20 anos do Proconve, que apareceu um  
1800estudo que tinha esse perfil da frota brasileira e o quanto esse perfil contribuía  
1801para a qualidade do ar. Não sei se nós temos dados atualizados disso, e se  
1802nós teríamos elementos, e aí vem a concretude que nós estamos levantando  
1803aqui, para começar a discutir essa questão. Quer dizer, nós temos hoje dados  
1804do perfil da frota brasileira do ponto de vista de ano de fabricação? Eu sei que  
1805de automóvel tem, mas de moto tem? Nós sabemos quais são... Tem isso  
1806pronto ou teríamos que levantar isso?

1807

1808

1809**O SR. RUDOLPH DE NORONHA (MMA)** – O fato é o seguinte: nós hoje temos  
1810muito bem quantificado... Nós temos um inventario nacional de emissão de  
1811poluentes do setor de transporte rodoviário pronto, o ferroviário pronto, o  
1812aquaviário está chegando, o aéreo também. Então hoje nós temos uma  
1813segurança muito grande em termos do comportamento das emissões do setor  
1814de transporte no Brasil. Nós temos dados bastante seguros em relação a frota.  
1815As nossas projeções têm se confirmado. Então todo esse aumento  
1816absolutamente sem precedentes, principalmente no número de motos,  
1817felizmente para nós, que trabalhamos para isso, está quantificado, previsto e  
1818mensurado no nosso inventario. Na nossa página vocês podem acessar esse  
1819que tem os dados de 2010. Nós estamos lançando agora o 2013, que é base  
18202012, que são dados nacionais. São dados globais, nacionais e nós acabamos  
1821de terminar, no ano passado, um método a ser compartilhado com os estados,  
1822de inventários metropolitanos. Esses que vão ser os mais importantes, porque  
1823aí que está o problema mais agudo e você vai aproximando a escala e vai  
1824tendo resultados mais precisos. Nós fizemos um trabalho muito detalhado no  
1825ano passado com os órgãos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas  
1826Gerais e Rio Grande do Sul. Dessa combinação de especialistas veio uma  
1827proposta de inventario metropolitano, que vai nos trazer grandes subsídios para  
1828análise de cada uma das cidades. Conjugando isso com os nossos necessários  
1829programas de inspeção veicular com a questão toda da indústria. Então nós  
1830temos hoje como apresentar para vocês projeções e dados concretos do  
1831comportamento da frota brasileira e das emissões, que por incrível que parece,  
1832muita gente não sente isso no seu cotidiano, as emissões de poluentes têm  
1833diminuído muito, graças ao esforço do Conama em regulamentar com  
1834agilidade, com rigidez as emissões dos veículos. Mas o problema é quando  
1835você olha os gráficos de venda, que são absolutamente sem precedentes. Mas é  
1836isso, Márcio. Eu acho que em relação ao conhecimento da realidade e de  
1837projeções, nós estamos bem calcados sim.

1838

1839

1840 **SR. ALDO (INEMA/BA)** – Só para esclarecer, esse mês nós estamos  
1841 soltando lá na região metropolitana, o edital do inventário da região  
1842 metropolitana de Salvador com base nessa metodologia que foi feita... Que ele  
1843 citou aí. E a inspeção veicular na Bahia atualmente está sendo feita somente  
1844 para veículos à Diesel com aquele convênio com a Petrobrás. A inspeção  
1845 veicular propriamente dita, mais completa, no segundo semestre.

1846

1847

1848 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Dr. Márcio, eu sou  
1849 partidário da discussão da política maior, da discussão de um modelo de  
1850 sustentabilidade, de um conjunto de ações do estado e também da  
1851 implementação das normas do Conselho Nacional de Trânsito, com uma nova  
1852 Resolução, que é a 427, de 05 de dezembro de 2012, que entra em vigor  
1853 agora. É do CONTRAN. Não é do Conama, mas possibilita multar, reter  
1854 caminhões, veículos em desconformidade ambiental. Mas eu acho que nesse  
1855 caso aqui, nós vamos ter que voltar para a nossa proposta e fazer um recorte  
1856 para fazer esse encaminhamento. Eu acho que o crescimento da frota no Brasil  
1857 de motos é muito significativa. Nós temos que nos debruçar sobre a questão  
1858 das motocicletas. Nós temos a notícia hoje sendo veiculada de que as motos  
1859 devem ser mais espartanas no futuro, sem equipamento para uma questão de  
1860 barateamento do custo e isso vai implicar em maior possibilidade desses  
1861 veículos na cidade. Então eu volto a insistir que nós encaminhe isso e  
1862 enfim, que tenha uma definição quanto a esse caso. As questões referentes à  
1863 poluição ambiental brasileira, certamente nós vamos ter condições de discutir o  
1864 conjunto de medidas na revisão dos padrões de qualidade do ar, que deve  
1865 acontecer agora em São Paulo. Infelizmente já aconteceu e o Conama agora  
1866 que pelo jeito vai se debruçar sobre o assunto. Então aí nós vamos para esse  
1867 plano mais macro, mais geral. Mas enfim, eu acho que seria importante nós  
1868 conseguíssemos objetivos... Nós temos uma pauta carregada e temos  
1869 questões importantes, como ambientes hídricos, ogicidas, etc. e gostaria de  
1870 saber se todo mundo já tem uma opinião formada sobre a necessidade dessa  
1871 discussão, se seria oportuno então estabelecermos isso para a Plenária, para  
1872 remeter de novo para a formação de um Grupo de Trabalho, e aí objetivamos.

1873

1874

1875 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – O problema é o  
1876 encaminhamento. Nós temos duas alternativas. Aliás, nós temos uma proposta  
1877 consensuada no sentido que o PROAM retire a proposta de revisão na  
1878 oportunidade de criação de um grupo de Trabalho. O problema é: que Grupo  
1879 de Trabalho é esse. Ou um Grupo de Trabalho para a proposição... A revisão já  
1880 está descartada. Seria para a proposição da fase M5, ou teria que não ser um  
1881 Grupo de Trabalho. Teria que ser um seminário ou alguma coisa para discutir  
1882 durabilidade dos equipamentos de segurança como subsídio para revisão da  
1883 M5.

1884

1885

1886 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – É só para  
1887 esclarecimento, Maíra. Você tem conhecimento de alguma Resolução que  
1888 algum Grupo de Trabalho foi formado para colher subsídios? Por exemplo,  
1889 micronutrientes nós tivemos uma discussão longa. Eu acho que o Rocca está

1890aí ao longo do tempo que praticamente colheu subsídios ao longo de mais de  
1891um ano, quase dois anos de trabalho.

1892

1893

1894**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
1895**Paulo)** – No caso dos micronutrientes foi criado um Grupo de Trabalho  
1896motivado pela solicitação da Abema e a primeira rodada do Grupo de Trabalho  
1897foi realmente discussão de trazer subsídio. Não chegou a nenhuma proposição  
1898de Resolução.

1899

1900

1901**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Mas aí eu  
1902destaco a diferença aqui, porque lá era uma discussão de subsídio para ver se  
1903cabia uma Resolução regulamentando uma situação. Aqui nós vamos abrir  
1904uma discussão não com subsídio em relação a se vale pena propor a fase M5  
1905agora, porque isso também é consenso, ou pelo menos eu entendi que era, de  
1906que não cabe agora criar o Grupo de Trabalho da fase M5, porque pelo que foi  
1907dito, tem muito mais fator em discussão para a fase M5 do que nós temos  
1908elementos hoje para discutir. Então essa é a dificuldade, quer dizer, nós  
1909estamos no meio do caminho. Se fosse para nós criarmos um Grupo de  
1910Trabalho, que foi inclusive a minha proposta inicial. Vamos já criar um Grupo  
1911de Trabalho da fase M5. Depois me disseram: olha, não tem o que discutir para  
1912a criação da fase M5 a não ser a questão da durabilidade dos equipamentos.  
1913Aí, bom, eu fazer um Grupo de Trabalho para discutir durabilidade de  
1914equipamento, não é regimental. Então eu teria que criar... Esse é o impasse  
1915que eu estou colocando. Nós teríamos que criar então talvez um seminário  
1916dentro da Câmara Técnica e não mais um Grupo de Trabalho, abrir essa  
1917discussão, esse ponto, que seria discutir durabilidade de equipamento dentro  
1918da Câmara Técnica, que também não é uma coisa usual. Nós estamos  
1919inovando bastante aqui. Mas enfim, essa seria a possibilidade, porque criar um  
1920GT, pelo que me disseram aqui, do ponto de vista regimental, está vinculado a  
1921uma Resolução, que pode ser até um GT para discutir se precisa ou não da  
1922Resolução.

1923

1924

1925**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Dr. Márcio, eu  
1926fiquei meio confuso agora. Porque se nós entendemos a pertinência do tema,  
1927há uma pertinência que foi reconhecida pela Câmara Técnica. Nós temos uma  
1928questão a ser equacionada. Ela só pode ser equacionada nas fases posteriores  
1929do PROMOT e não agora. Se esse Grupo de Trabalho é criado no sentido de  
1930fornecer subsídio para as novas fases do PROMOT, não há problema  
1931regimental algum. Não existe nenhum óbice regimental.

1932

1933

1934**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu não conheço  
1935o Regimento a esse ponto.

1936

1937

1938**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu acho que criar um  
1939Grupo de Trabalho seria a melhor decisão. Agora, o seminário pode ser. Não

1940impede de se realizar um seminário para que se possa colher subsídio, porque  
1941diante da complexidade de discussão. É até melhor para o Grupo de Trabalho.  
1942Seria uma ferramenta muito boa para esse Grupo de Trabalho ser trabalhado  
1943precedido de um seminário. Convidaria pessoas e técnicos das áreas para  
1944trazer esse subsídio e discutir. Então eu acho que esse GT pode ser  
1945assessorado já pelo seminário.

1946

1947

1948**A SR<sup>a</sup>. MAIRA LUISA MILANI DE LIMA (DConama)** – Regimentalmente os  
1949grupos de trabalho são criados para: analisar, estudar e apresentar propostas  
1950sobre as matérias de competência da Câmara Técnica que ao instituiu,  
1951assessorando-a, e auxiliando-a de forma não deliberativa. Então geralmente os  
1952grupos são criados a partir da apresentação de uma minuta. Mas não  
1953necessariamente. Nós temos o Grupo de Capacidade de Suporte Ambiental,  
1954que ele foi criado pela Câmara Técnica de Gestão Territorial. Não existe uma  
1955minuta, mas ele foi criado com o escopo específico de desenvolver uma minuta  
1956e apresentar à Câmara Técnica. Então o importante é que o Grupo seja criado  
1957com uma determinação específica da Câmara Técnica: para que, aonde se  
1958quer chegar e em qual prazo.

1959

1960

1961**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Então eu  
1962entendo, por essa leitura, que se nós criarmos um escopo específico bem  
1963definido para o Grupo de Trabalho, podemos criar o Grupo de Trabalho. Não  
1964vai ferir o regimento. A questão é: qual é esse escopo. O escopo é: rever... Vou  
1965ensaiar um aqui: rever os prazos de validade ou a viabilidade...

1966

1967

1968(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

1969

1970

1971**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – É isso que eu  
1972estava querendo dizer. Nessa linha da Dra. Zuleika.

1973

1974

1975**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não é nem rever. É discutir  
1976a evolução da durabilidade desses equipamentos. É aquilo que nós falamos  
1977aqui: nós hoje vamos... Praticamos o que tem de melhor. Vamos evoluir? Ok.  
1978Podemos evoluir? Como? Para aonde? Quanto? Que prazo? Eu acho que a  
1979discussão seria essa. E o que eu questioneei, Bocuhy, na verdade não é fugir  
1980dessa discussão. Eu não sei se agora, se eu estabeleço esse Grupo agora, eu  
1981consigo concretamente discutir não a motivação. Motivação tem de sobra. A  
1982outra questão é eu discutir concretamente essas questões. Eu ter elementos  
1983para: eu fiz tal pesquisa e tal, assim e assado. Eu não consigo te trazer essa  
1984informação. A indústria aqui, o senhor pode perguntar ao pessoal especialista.  
1985Eles não conseguem trazer agora essa informação. Agora, eu não sei se é  
1986viável, Márcio... A Câmara Técnica, muitas vezes, deixa determinados  
1987assuntos em, digamos assim, banho Maria ou suspensão para que seja  
1988retomado determinado prazo para, por exemplo, a criação do Grupo de  
1989Trabalho que vai discutir o PROMOT 5.



1990

1991

1992 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Só colocando  
1993 aqui: vamos deixar o... O PROAM já deixou claro que em banho Maria ele não  
1994 aceita. Então nós temos duas possibilidades de encaminhamento: ou nós  
1995 votamos pela aprovação ou rejeição da Resolução... Eu poderia até ser  
1996 casuístico aqui, e não serei, em colocar uma coisa em votação antes da outra,  
1997 porque não é o caso. Está bem claro aqui qual é a condição que o PROAM  
1998 colocou para a manutenção ou retirada da proposta dele. Então o que eu acho  
1999 que nós temos que discutir aqui é o seguinte: a proposta concreta é: o PROAM  
2000 aceita retirar a sua proposta de revisão da Resolução 432, de 2011, que está  
2001 tramitando em regime de urgência, desde que a Câmara Técnica concorde  
2002 com a criação de um Grupo de Trabalho que teria como escopo discutir a  
2003 viabilidade da extensão do prazo de validade dos equipamentos de controle de  
2004 emissões em motocicletas. É isso? Eu estou tentando encaminhar.

2005

2006

2007 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Extensão do prazo  
2008 de validade... Não teria um termo mais...

2009

2010

2011 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Se tiver, por  
2012 favor, mas nós temos que fornecer esse escopo aqui. Eu vou repetir o que eu  
2013 disse. A minha proposta... Eu estou tentando sintetizar o que nós discutimos. O  
2014 mote do Grupo...

2015

2016

2017 **A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Presidente,  
2018 na Resolução que está em vigor hoje, isso aí está definido como fator de  
2019 deterioração. Então eu acho que o Grupo de Trabalho teria como objetivo  
2020 avaliar a possibilidade de alteração dos fatores de deterioração contidos hoje  
2021 na Resolução Conama 432. “Prazo de validade” fica meio estranho.

2022

2023

2024 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Mas o entendimento que  
2025 eu tive, Zuleika, é que nós não mexeremos na 432. É avaliarmos a  
2026 possibilidade da fase 5 adotar novos valores.

2027

2028

2029 **A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Não ainda.  
2030 Seria avaliar a possibilidade da alteração desses fatores de deterioração, que  
2031 por seguinte, entraria em uma discussão, em um Grupo de Trabalho para a  
2032 proposição da outra fase do PROMOT. Eu acho que é isso que está sendo  
2033 conversado.

2034

2035

2036 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Vamos tentar de  
2037 novo. A proposta da Dra. Zuleika, buscando o nosso consenso aqui, seria:  
2038 discutir a viabilidade da extensão do fator de deterioração nos equipamentos  
2039 de controle de emissões de motocicleta previstos na Resolução 432, com

2040vistas à fase M5 do PROMOT. Vamos tentar redigir isso, por favor, para ficar  
2041bem claro. Vamos escrever para nós podermos levar para a Plenária já a  
2042decisão. E aí essa discussão de coordenação e tudo, nós fazemos na próxima  
2043reunião para nós também não prolongarmos esse tema. Nós temos outros  
2044pontos de pauta aqui, como o Dr. Bocuhy lembrou, que são importantes. Então  
2045nós vamos dizer assim: o PROAM retirou a proposta de revisão, em caráter de  
2046urgência, da revisão da Resolução 432, de 2011 por ter a Câmara Técnica ter  
2047decidido por consenso na criação de um Grupo de Trabalho para discutir a  
2048viabilidade da extensão da alteração do fator de deterioração dos  
2049equipamentos de controle de emissões de gases poluentes por ciclomotores,  
2050motociclos e veículos similares novos, previstos na Resolução 432, com vistas  
2051à fase M5 do PROMOT. Depois o português nós corrigimos até levar à  
2052Plenária. O importante é saber se é isso mesmo.

2053

2054

2055**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2056**Paulo)** – Podia acertar lá: decidido por consenso pela criação. Não fica  
2057melhor?

2058

2059

2060**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Por ter a Câmara  
2061Técnica decidido, por consenso, pela criação de um grupo de Trabalho.  
2062Pergunto a todos se está bem assim.

2063

2064

2065*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2066

2067

2068**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Está  
2069disponibilizado na página do...

2070

2071

2072**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Na página, eu não consegui vê-lo ontem. Hoje  
2073foi disponibilizado? O parecer que o Ibama... Ontem não estava. Hoje está?  
2074Obrigada. Retiro o que eu falei.

2075

2076

2077**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – É para consignar  
2078na ata, Dr. Márcio. O PROAM... É para constar em ata que nós abrimos mão  
2079da urgência da revisão em função dos prazos já estabelecidos para entrada em  
2080vigor e por entendemos que deveria haver então razoabilidade na proposta,  
2081porque quando foi feita a proposta de urgência, nós não atentamos para o  
2082prazo da revisão da entrada da fase do PROMOT 4. Então é nesse sentido que  
2083nós abrimos mão. Não é função de questões... Nós não retroagimos em  
2084relação à proposta de mérito e da nossa reivindicação.

2085

2086

2087**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Ok. Está  
2088registrado. Eu acho que vencemos esse ponto de pauta. São 12h30.  
2089Naturalmente vamos fazer um intervalo para o almoço e eu queria combinar o

2090horário de retorno. Vamos retornar 14h? Eu quero cumprimentar todos aqui  
2091porque talvez seja a primeira reunião que nós realizamos com quórum total de  
2092conselheiros. Nós estamos hoje com membros da Câmara. Então eu acho que  
2093nós temos que festejar isso. Isso é mérito de todos nós que conseguimos  
2094tornar os nossos assuntos atraentes aos membros. Também salientar que eu já  
2095fiz uma brincadeira com a Adriana nesse sentido, de que essa Câmara aqui  
2096garante pauta de discussão *ad eternum*. Eu disse para ela que conosco em  
2097campo, não tem placar em branco e a diversão é garantida, ou seu dinheiro de  
2098volta. Então nós vamos dar pauta para o Conama até o final da gestão dela.  
2099Obrigado a todos e até 14h. Cumprimento a todos pelo desempenho hoje aqui.  
2100Obrigado.

2101

2102

2103(*Intervalo para o almoço*)

2104

2105

2106**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Bom, estamos  
2107no horário, temos quórum, acho que podemos iniciar. Vamos fazer um esforço  
2108no sentido de tentar vencer a pauta hoje, sem prejuízo da nossa avaliação  
2109qualificada, aí, dos pontos. Conforme aquele pedido que eu havia feito, então,  
2110de inversão de temas entre o 3.3 e o 3.2, agora nós trataremos da revisão da  
2111Resolução Conama nº 05, de 93, que dispõe sobre o gerenciamento de  
2112resíduos sólidos gerados nos portos e aeroportos, terminais ferroviários e  
2113rodoviários. Se vocês estão lembrados, essa Resolução passou por essa  
2114Câmara, foi aprovada, oriunda do Grupo de Trabalho, foi aprovada, aqui, foi a  
2115CTAJ. Na CTAJ, a crítica que a Resolução sofreu é de que ela não trazia  
2116nenhum procedimento, ela se propunha a estabelecer critérios e  
2117procedimentos, no entanto, não criava critérios e procedimentos além daqueles  
2118já previstos em lei, decretos etc.. E essa foi a crítica acres ilusão sofreu lá, e  
2119nos devolveram a Resolução com essas duas observações. Caso a Câmara  
2120entenda a urgente necessidade de revogação da 05, que seria um dos  
2121fundamentos da sua revisão, que nós elaboremos uma minuta de resolução  
2122com esse fim específico. E a outra observação é de que aprofunde no  
2123disciplinamento relação aos critérios e procedimentos do plano de  
2124gerenciamento de resíduos sólidos, bem como no que toca nos padrões  
2125ambientalmente adequados para essa hipótese a que se propõe o pretendido  
2126instrumento normativo. Eu me lembro quando nós discutimos esse tema, aqui.  
2127Ficou um pouco essa sensação, mas a argumentação colocada, na época...  
2128Lembro-me de que houve uma discussão com relação à classificação dos  
2129resíduos, se caberia nós mantermos aquela classificação, o pessoal do Grupo  
2130de Trabalho argumentou que não era necessário, porque isso já havia sido  
2131revisado pela portaria da Anvisa, e que, portanto, o importante era revogar a 05  
2132naquilo que ela conflitava com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com  
2133todas as outras regulamentações posteriores que davam uma insegurança  
2134para quem fosse se valer da norma. Então, basicamente, esse é o nosso  
2135mandato, que nós avaliemos sobre esses dois aspectos, e se cabe  
2136simplesmente a revogação da 05 ou se instituímos ou devolvemos ao Grupo de  
2137Trabalho, com um mandato de aprofundar os critérios e procedimentos que  
2138justifiquem a Resolução. Nós estamos, aqui, com o coordenador de Grupo de  
2139Trabalho, que eu acho que poderia se manifestar em relação a isso.

2140  
2141

2142 **O SR. MARCOS MAIA PORTO (ANTAQ)** – Boa tarde a todos. Eu acho que  
2143 está dando para ouvir. Foi feito, então, senhor presidente, a síntese do  
2144 trabalho. O grupo, em si, eu queria só fazer, aqui, um relato sobre o trabalho do  
2145 grupo. Nós fizemos basicamente quatro reuniões e tínhamos um termo de  
2146 referência para cumprir, e procuramos, assim, do ponto de vista do Regimento,  
2147 do ponto de vista da maneira de nós montarmos e executar o trabalho, nós  
2148 procuramos seguir exatamente aquilo que nos tinha sido proposto. E o grupo  
2149 teve uma participação substancial, nós percebíamos que todos os segmentos  
2150 interessados estiveram presentes nas reuniões, e eu, como coordenador,  
2151 procurei ao máximo manter sempre o contado e a ligação com todos os  
2152 setores. Eu sou do setor de transporte, eu trabalho na Agência Nacional de  
2153 Transportes Aquaviários, então tinha um duplo papel. Ou seja, eu tinha que ser  
2154 minimamente isento, ao mesmo tempo em que tinha que observar os  
2155 interesses. Por acaso, nessa Resolução específica, ela é de 93, ela institui a  
2156 questão do tratamento de resíduos em instalações diversas, portais,  
2157 aeroviários e alfandegários, enfim. O setor portuário é um setor, assim, vamos  
2158 dizer assim, majoritário em termos de escala, em termos de instâncias  
2159 portuárias. E é um pouco diferenciado dos nossos irmãos formais,  
2160 aeroportuários e terrestres. Então, também, até conhecendo o setor  
2161 minimamente, nós, do setor, evitamos, também, meio que ser majoritários na  
2162 discussão. Ou seja, se fosse trazer a Resolução para o setor portuário, ela teria  
2163 que ter mais detalhes, mais profundidade. Nós temos isso, acho que já foi  
2164 comentado aqui, nós temos um conjunto de instalações, assim, extremamente  
2165 diversificadas. Agora, com a Medida 595, e ontem parece que foi fechada, nós  
2166 criamos mais uma figura de uma instalação industrial. Uma estação portuária  
2167 que detém a carga, que processa a carga, que é dona da carga. Então, isso  
2168 criava, de certa forma, para o grupo, dois mundos: um mundo portuário, e o  
2169 outro... Um mundo, assim, no bom sentido. Então, o próprio setor, com quem  
2170 eu conversei inúmeras vezes, disse “olha, vamos tentar ter, nessa Resolução,  
2171 já que tem que se fazer a Resolução”, existia aquela crise existencial, se faria  
2172 ou se não faria a Resolução, e nós fomos convidados a fazer esse trabalho.  
2173 Não que o setor tivesse pedido, nós fomos convidados, aceitamos e tentamos,  
2174 ao máximo, dizer assim “olha, vamos resolver os nossos problemas”. O que  
2175 significativa isso, resolver os problemas do setor? Estou comentando só  
2176 conversas que eu tive com o setor. Era não criar nada de novo, porque o setor  
2177 se sentia muito bem regulado. Então, quando veio a Política Nacional de  
2178 Resíduos Sólidos, e nós até brincávamos que a culpa da crise da 05 é a  
2179 política, que foi tão bem escrita que não deixava espaço para fazer muita coisa.  
2180 Então, nós abrimos o grupo da 05 com esse espírito e com essa forma de  
2181 trabalho. Realmente existe, no conteúdo do documento, muita coisa de  
2182 legislação, e essa foi uma forma que nós encontramos de resolver muitos  
2183 problemas, muitos conflitos. Na verdade, tivemos alguns conflitos, no bom  
2184 sentido. Reportava-se à legislação. Então, quando se disse que ele tem um  
2185 conteúdo de legislação, o grupo se sente até valorizado, se sente até honrado,  
2186 porque disse “Olha, não erramos, não pecamos em escrever coisas”. E ao  
2187 olhar, por exemplo, uma discussão que nós tivemos no grupo, não foram  
2188 muitas reuniões, mas uma, principalmente, a questão de onde o plano de  
2189 resíduos sólidos se encaixava no licenciamento. Não houve consenso, e aí nós  
2190 buscamos política dizendo “olha, se encaixa no momento do licenciamento. Se  
2191 é licença prévia, se é licença de instalação de operação, aí cabe ao órgão

2192ambiental”. E aí, talvez isso tenha sido muito transparente, como eu disse, o  
2193setor é licenciável e licenciado. Quer dizer, existe o processo de licenciamento,  
2194e ele está submetido e cumprindo o processo de licenciamento. Essa questão  
2195do detalhamento de procedimentos, o setor se sentiu confortável – eu estou  
2196falando, agora, por todos, porque todos estavam representados e ninguém  
2197disse nada contra –, já que eu tenho um processo de licenciamento, para que  
2198eu vou escrever uma coisa que o órgão ambiental já me disse como é? Então,  
2199aí vem aquela questão do esvaziamento da Resolução. Disse “Olha, se eu  
2200estou me sentindo confortável, eu não trago”. Zilda, depois você me ajuda se eu  
2201estiver sendo... E eu tinha ao lado a especialista em resíduos. Quer dizer, não  
2202tinha como a coisa dar errado, vamos pensar assim. Então, o grupo resolveu  
2203dizer: olha, conflitos existiram. Até nós brincávamos dizendo que nós  
2204conseguimos resolver todos os nós. Que conflitos, que a Câmara Jurídica deu.  
2205É possível que tenha. Claro que, se alguém diz que tem coisa que não foi  
2206abordada, é porque sabe de alguma coisa que não foi abordada. Agora,  
2207infelizmente, talvez não tenha vindo para o grupo. Aí eu acho que não é  
2208pecado do grupo. Eu estou defendendo o grupo, até porque um coordenador  
2209deveria fazer isso, mesmo, se eu tivesse incompatibilidade com o grupo  
2210deveria ter pedido para sair (eu não tenho). Eu vejo, assim, o grupo tratou de  
2211tudo que podia tratar. Agora, claro, nessa questão de transporte, agora mesmo  
2212tem uma Medida Provisória. Então, o setor está sempre sujeito a novidades. De  
2213repente, existe alguma coisa que esteja acontecendo, esteja ocorrendo, que  
2214justifique alguma outra coisa. Mas eu conversei ontem com o Ministério do  
2215Transporte, estive aqui, também, no Ministério do Meio Ambiente, e, assim, nós  
2216achamos que fizemos o que podíamos fazer, com a preocupação realmente de  
2217inventar, não criar um conflito jurídico, tentando definir. Eu me lembro, por  
2218exemplo, glossário, nós fizemos tiramos tudo que era do glossário. Foi uma  
2219coisa, assim, era meio que um martelo. Nada que já exista, nós vamos repetir  
2220aqui. Então, foi, realmente esse espírito. Se, realmente, cometemos algum  
2221pecado, eu peço mil desculpas a vocês.

2222

2223

2224**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – O Alfredo estava  
2225presente na reunião, a Zilda também; vou fazer uma brincadeira, mas a crítica  
2226que a Câmara Jurídica fez... Bom, é fácil conseguir consenso quando não se  
2227regulamenta nada. Então, todo mundo concorda, porque não afeta nada. O  
2228consenso foi obtido, mas o objetivo, não. Enfim, não sei... Zilda, nós já  
2229discutimos, aqui, um pouco antes da tua chegada, e até mesmo antes do início  
2230formal da reunião, que, na verdade, nós temos dois caminhos, e a própria  
2231Câmara Jurídica nos apontou esses dois caminhos: um caminho seria nós  
2232recriarmos o grupo, devolver ao Grupo a tarefa de aprofundar essa  
2233regulamentação e introduzir, de fato, instrumentos regulatórios nela, e  
2234disciplinadores de procedimentos, nesse sentido, tem toda aquela discussão  
2235que você mesmo colocou lá na Câmara Jurídica, de que está havendo uma  
2236discussão do termo de referência para gestão de resíduos, que isso, nesse  
2237caso, talvez fosse interessante aguardar a evolução dessa discussão no âmbito  
2238do setor regulado, para nós, depois, virmos a propor uma Resolução. E outra  
2239encomenda da Câmara Jurídica era... Bom, se o objetivo dessa revisão da 05,  
2240que não introduziu nenhuma normativa diferente das já existentes, era  
2241simplesmente revogar a cinco, então, por favor, revoguem a 05 e pronto, deixa

2242o barco andar. Então, na verdade, nós temos esses dois mandatos. Eu não sei  
2243se queres colocar alguma coisa, Zilda. A Zilda, como está lidando diretamente  
2244com a regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, está  
2245acompanhando os acordos setoriais e toda essa discussão, pode nos ajudar a  
2246esclarecer os próximos passos e o que temos pela frente. Obrigado.

2247

2248

2249A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) – Boa tarde a todos e a todas.  
2250O que eu coloquei na Câmara de Assuntos Jurídicos, eu vou tentar transmitir,  
2251aqui. Quando nós começamos esse processo de revisão da 05, e ele foi  
2252começado pelo Ministério, aí parou com a edição da política... Rememorando  
2253para aqueles que não estavam por aqui naquela época: ele parou, aí depois  
2254nós tivemos algumas conversa com a CNT, e achamos que era possível nós  
2255retomarmos e fazermos a revisão da Resolução. Diferentemente da 05 que  
2256está publicada hoje, Márcio, nós imaginamos, no grupo, Marcos, que nós não  
2257repetiríamos a classificação de resíduos, modos de gerenciamento e tudo.  
2258Então, nós fomos trabalhando no sentido de deixar o texto mais limpo, e  
2259acabou ficando um texto bem enxuto. Na reunião da Câmara de Assuntos  
2260Jurídicos, nós começamos a discutir, o relator começou a sugerir, nós  
2261começamos a contrapor... Eu estava presente o tempo todo, e, lá pelas tantas,  
2262quando nós falamos no prazo, no finalzinho, que dá o prazo de doze meses, aí  
2263começou uma discussão legal, dizendo assim “O que é que é que essa  
2264Resolução está trazendo de novo, que já não tem na política ou no decreto?”  
2265Eu digo assim “Pouco, O prazo, mas o prazo não pode ser diferente do da lei,  
2266se a lei fala que tem que ser imediatamente, eu não posso dizer que eu vou dar  
2267doze meses”. Nós fizemos isso no sentido de adequar, dar um prazo para o  
2268licenciamento, sinalizar para que aqueles... Principalmente para aqueles que já  
2269eram licenciados. Não é o que está lá no texto, mas foi aquela nossa leitura  
2270que nós tivemos no grupo. Só que, quando iniciamos esse processo, tinha  
2271outro processo em curso no comitê interministerial, se os senhores estão  
2272lembrando, houve algumas apresentações, houve pelo menos uma que eu me  
2273lembro, do Silvano, que foi quem me antecedeu no departamento, explicando  
2274que a política tem dois comitês. Tem o Comitê Interministerial e Comitê  
2275Orientador para sistema de logística reversa. Logística reversa é só logística  
2276reversa. Pneu, pilha e bateria, que entra nessa Câmara Técnica quando nós  
2277revemos ou propomos Resoluções relacionadas com o assunto. O outro comitê  
2278interministerial é um comitê mais generalista, vamos dizer assim. A primeira  
2279tarefa que ele teve foi elaborar o plano nacional, aí depois vieram cinco grupos  
2280de trabalho para discutir a parte que requer regulamentação da recuperação  
2281energética, que é o § 1º do art. 9º da lei, a parte de áreas contaminadas órfãs,  
2282dizendo o que é que vai ser considerado área órfã e o que é que vai se  
2283proceder, que isso é outro grupo, é o grupo quatro em curso. Incentivos  
2284econômicos financeiros e creditícios. É bom que o Wanderley está aqui, nós  
2285trabalhamos juntos. Em uma área contaminada órfã, nós pegamos e juntamos  
2286esse grupo de resíduo perigoso, teoricamente, a área contaminada, e a  
2287necessidade de se regulamentar o termo de referência de resíduos perigosos.  
2288Pois bem, foi um trabalho que a CNI nos ajudou, fui eu e o Ministério da Saúde  
2289coordenando, o Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Saúde, e a CNI  
2290nos ajudou nessa parte do termo de referência do plano de gerenciamento de  
2291resíduos perigosos. Por quê? Porque a lei fala que isso vai fazer parte do  
2292licenciamento. Então, eu nunca tive um plano. Eu já tive planos de  
2293gerenciamento de resíduos em Resolução do Conama, mas nunca tive um  
2294plano de gerenciamento de resíduos perigosos. Então, como é que esse grupo  
2295vai dizer como é que vai ser construído? A CNI nos deu apoio, o Wanderley  
2296nos deu total apoio para essa tarefa, chegou à conclusão o seguinte: nós não  
2297tínhamos Resolução nenhuma em outro regulamento, nada que tivesse um  
2298termo de referência para o plano da gerenciamento de resíduos, como um



2299todo. Então, essa não era a ideia. Por isso que eu estou dizendo, quando eu  
2300mandei essa proposta para a revisão, eu não sabia direito disso, que foi uma  
2301coisa que surgiu – setembro, outubro...? Não é, Wanderley? – até o final do  
2302ano, e nós entendemos, é o nosso entendimento técnico, aí já falo, Ministério  
2303da Saúde, CNI e os membros desse pequeno Grupo de Trabalho, de que isso  
2304deve ser uma Resolução do Conama. O termo de referência... O mandato era  
2305resíduos perigosos, e foi gerado um termo de referência para o plano de  
2306gerenciamento de resíduos. Vai englobar o perigoso dentro, mas é uma coisa  
2307mais geral. Quando nós começamos a nossa discussão, volto a discussão da  
2308Câmara de Assuntos Jurídicos. Eu digo “Bom, então eu posso antecipar... Não  
2309é antecipar, eu ainda não fiz essa Resolução, eu estou entendendo que vai ser  
2310uma Resolução parecida com aquela de espersantes”. Cadê o Robson?  
2311Porque o Robson coordenou esse grupo. A de espersantes é uma Resolução  
2312muito curta, dois ou três artigos, e o manual de uso dos espersantes, em  
2313anexo, tem que ser seguido. Então, o que é que eu estou entendendo? Que vai  
2314ser alguma coisa que deve passar por aqui, pela Câmara de Controle, porque  
2315vai ter implicações diretas no licenciamento ambiental, pode ser uma proposta  
2316nossa, dois ou três artigos e o termo de referência em anexo. Nós temos uma  
2317reunião do Comitê Interministerial, uma Reunião Extraordinária, na terça-feira,  
2318e nós devemos... Nós já tivemos uma discussão preliminar, não é, Wanderley?  
2319E que nós devemos bater o martelo. Aí o Ministério elabora isso, faz os  
2320condicionantes, e, com isso, eu estaria trazendo para essa Câmara Técnica  
2321uma Resolução mais abrangente que revogaria essa daí, a 05. E nós... Agora,  
2322Márcio, do ponto de vista prático. Eu não sei qual é o mandato que foi  
2323devolvido para fazer isso. Se nós podemos... Pedir vistas, não, porque isso aí  
2324já foi aprovado. Se podemos aguardar até a próxima reunião, para, daí, eu já  
2325mandar, junto, esse outro. Eu não sei o que é que faz, do ponto de vista do  
2326regimento. Pode? A Marina entende que, pelo regimento, pode aguardar até a  
2327próxima reunião. Isso está pronto, não é, Wanderley?

2328

2329

2330**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não, mas eu vou  
2331fazer outra colocação. Eu entendo o seguinte... Porque, vejam, de fato, quando  
2332houve o novo regimento interno do Conama, as atribuições das Câmaras...  
2333Porque antes era Controle e Qualidade, Resíduos e Saneamento, Saúde e  
2334Saneamento e tal. Agora, a nossa interface com a Câmara de Controle, hoje, é  
2335bem tênue. Tem alguns assuntos, inclusive, que estão lá, e eu vou tentar trazer  
2336para cá, e eu acho que, isso, nós devemos, mesmo, tentar lidar com essa  
2337fronteira tênue, com o devido cuidado, mas também definido. Eu acho que um  
2338dos objetivos que nós temos que perseguir, além de ter uma organização  
2339adequada das Câmaras do Conama, é nós, também, localizarmos, até por  
2340conta da representatividade e da pertinência das discussões, o tema de  
2341discussão. Se essa Resolução vai virar um termo de referência para o  
2342licenciamento, eu acho que ela tem que ir para a Câmara de Controle, e, aqui,  
2343nós simplesmente a cinco, e remeteríamos esse assunto para a Câmara de  
2344Controle. Porque eu acho que, aí, vai sair completamente da nossa alçada.  
2345Porque, se nós vamos simplesmente estabelecer critérios para o licenciamento,  
2346nós não vamos estar com nenhum parâmetro, aqui, de qualidade, nenhuma... É  
2347resíduo, mas aí? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Deixa eu só  
2348complementar. Eu vou querer ajuda, sim; eu estou levantando a polêmica de

2349propósito. Eu acho que, assim, a mudança – como eu disse no início – do  
2350regimento é nova, nós temos que amadurecer essas questões, aí. Eu tenho  
2351uma briga muito grande, vocês sabem, é declarada, pública, com essa visão  
2352limitada da gestão ambiental, que, aliás, ficou bem espelhada na manifestação  
2353do nosso companheiro da ANTAQ. Parece que, para a área ambiental, só  
2354existe licenciamento. Eu sou absolutamente contrário a esse negócio. O  
2355licenciamento, para mim, e nada, é a mesma coisa, do ponto de vista de gestão  
2356ambiental. Ele é a porta de entrada, é antes de o empreendimento começar a  
2357operar. Então, até aí, não tem punição nenhuma, não tem controle ambiental  
2358nenhum, não tem gestão ambiental nenhuma, a não ser de planejamento.  
2359Então, reduzir a gestão ambiental e o licenciamento foi o nosso pecado mortal;  
2360e eu sou inimigo número um dessa visão que, infelizmente, tomou conta do  
2361País, e reduziu a nossa capacidade de gestão ambiental. Enfim, então, eu acho  
2362que, nessa linha, nós temos que trazer, para a área da qualidade, exatamente  
2363todos os outros instrumentos que nos acabem, aqui, para gestão e para  
2364controle da qualidade, a questão do monitoramento, a questão da avaliação da  
2365qualidade, a questão da manutenção da qualidade ambiental, que são as  
2366questões que, se não estão pegando, hoje, é porque ninguém está olhando  
2367para isso. Mas é aí que pega, não é em outro lugar que pega a questão  
2368ambiental. Então, eu acho que nós poderíamos fazer essa divisão, porque,  
2369mesmo em se tratando de – aí eu torno a dizer, eu acho que nós não nos  
2370organizamos na área ambiental dessa forma compartimentada, até porque  
2371resíduo por resíduo, nós vamos cair até no Ministério das Cidades. Então, eu  
2372acho que essa questão não é tanto pela temática, mas, sim, do instrumento de  
2373gestão. Em todo caso, vamos lá. Wanderley, me ajuda.

2374

2375

2376**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom, Márcio, a Política  
2377Nacional de Resíduos Sólidos, a lei 12.305, tem um art. 21 que disciplina como  
2378devem ser elaborados os planos de gerenciamento. Só o que o decreto não  
2379tratou disso, não regulamentou nada, e não explica o que quer dizer a lei. Quer  
2380dizer, cabe interpretação. Qual é que é a nossa ideia? Eu sou o principal  
2381impactado nessa história. A indústria, sabidamente, faz, sim, o licenciamento  
2382ambiental. O plano de gerenciamento de resíduos faz parte do processo, é um  
2383documento que integra o documento do licenciamento, só que ele vai além  
2384disso, porque a lei disse que qualquer empreendimento dentro das categorias  
2385elencadas por ela, tem que elaborar um plano de gerenciamento de resíduos  
2386independente do licenciamento. Então, a questão de foco de gestão de  
2387resíduos. Assim, eu faria a defesa de que a nossa Câmara fizesse a análise  
2388disso, embora, nos casos onde houver o licenciamento ambiental, o plano  
2389descrito, lá, tenha que obedecer à lei de resíduos. Mas, lá, eu não estou  
2390tratando de licenciamento, não. Eu estou tratando de plano de gerenciamento  
2391de resíduos. É claro que é a minha interpretação. No caso, nós contratamos  
2392uma consultoria, fizemos um trabalho intenso com várias entidades  
2393empresariais para analisar uma proposta e tentamos... Bom, será que nós  
2394conseguimos criar um termo de referência para o plano de gerenciamento de  
2395resíduos? Geral? Nós conseguimos, digamos assim, uma minuta, que seria um  
2396pontapé inicial à discussão, só que nós não podemos tirar isso, também, das  
2397regras de dispensa do plano, não tem nada a ver com o licenciamento, ou  
2398simplificação, porque a lei prevê, também, um plano simplificado, desde que

2399você atenda a indeterminadas regras. Nós fizemos esse arcabouço,  
2400apresentamos, dentro do GT 4. A Zilda, a Daniela, e outras pessoas  
2401participaram; fizemos algumas modificações e isso foi caminhado ao comitê  
2402interministerial. Achamos que isso é fundamental para poder nivelar, em termos  
2403de entendimento dos planos no Brasil. É realmente importante pôr esse nível e  
2404tudo o mais. E eu acho que essa Câmara teria essa competência, sim, mais...  
2405Eu acho que as duas têm competência, mas essa tem um pouco mais, porque  
2406é um pouco mais técnico, envolve mais gestão de resíduos, nem tanto o  
2407licenciamento. Porque o que a Zilda colocou é: nós vamos estabelecer alguns  
2408critérios realmente mandatórios de Resolução, e o grosso que vão ser anexos  
2409que vão conter o que, conteúdo. É como se interpreta aqueles itens que estão  
2410na lei. Está certo? Agora, isso é uma proposta que cabe amadurecimento,  
2411principalmente dos órgãos de controle ambiental, porque eles são quem, de  
2412fato, lidam com essa questão. Então, assim, o que falta nessa proposta é a  
2413contribuição dos órgãos de controle ambiental, das ONGs e de outras  
2414entidades aqui. É o que faltaria para termos um texto mais harmonizado e que  
2415possa sair um termo de referência. A minha visão é essa.

2416

2417

2418**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu me sinto  
2419esclarecido. Se a ideia é um termo de referência para elaboração do plano de  
2420gestão de resíduos, aí é aqui, e não é lá, aí é diferente, inverte completamente.  
2421Agora, se a ideia é um termo de referência para o licenciamento da gestão de  
2422resíduos, aí é outra história. Vamos deixar bem claro, porque essa é a história.  
2423Quer dizer, se, depois disso, vai ser a condição exigida para o licenciamento, aí  
2424é outra questão. É por isso que eu digo, aí não precisa nem passar na Câmara  
2425de controle, porque aí... Se a lei diz que tem que ter o plano e nós, na nossa  
2426competência de gestão de resíduos, estabelecemos quais são os conteúdos do  
2427plano, as diretrizes para elaboração, etc. e tal, os parâmetros para a  
2428elaboração do plano, aí nós estamos na nossa competência e aí não é  
2429competência do licenciamento e nem precisa passar por lá, no meu  
2430entendimento. Porque, aí, nós estamos absolutamente tratando só do plano de  
2431gestão.

2432

2433

2434**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Agora, eu queria fazer duas  
2435colocações, até pra ouvir, aqui, as pessoas. Eu não pude de participar do GT  
2436diretamente. Primeiro, me parece que a Resolução nº 5 está defasada, e, mais  
2437do que isso, é conflitante com a lei. Se ela é conflitante com a lei, eu acho que  
2438é até uma questão de, digamos, urgência, de não poder deixar um marco legal  
2439conflitando com a lei. Aí eu quero fazer uma pergunta a vocês, do Governo,  
2440que participaram dessa discussão. Não seria importante, de imediato, nós já  
2441prevermos a revogação dela? Porque ela é conflitante com a lei e com o  
2442decreto. E discutirmos um termo de referência? É aí, gente, termo de referência  
2443eu coloquei, a princípio, geral, mas, aqui, cabem vários entendimentos. Se for  
2444colocado que não, que cada tipologia caberia um termo de referência diferente,  
2445porque não é exatamente igual... Nós podemos caminhar para isso, sabe,  
2446Zilda? Colocar as peculiaridades do setor de transporte e fazer uma normativa  
2447sobre isso. Mas eu acho que caberia criar um grupo e discutir isso, também.  
2448Agora, essa questão de fundo, sabe, Márcio, eu acho que é importante. Nós

2449podemos manter, nós deveríamos manter essa Resolução vigente se ela é  
2450conflitante com a lei? É a minha pergunta, que eu faria a vocês.

2451

2452

2453 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2454 **Paulo)** – Márcio, quando eu cheguei aqui na Câmara e estávamos discutindo  
2455 aquela Resolução, parecia que ali tinha uma encomenda muito clara, quem  
2456 estava fazendo aquilo sabia bem qual era aquela encomenda, e aí nós  
2457 embarcamos nessa; e, de repente, apesar de ter uma encomenda, o pessoal  
2458 achou que isso não estava adequado. Eu vou esquecer todo esse processo e  
2459 vou trazer essa coisa para outro enfoque. Qual é o enfoque? Usando a minha  
2460 experiência como órgão ambiental controlador de resíduos, de portos,  
2461 aeroportos... No Estado de São Paulo, o que eu esperava de uma Resolução  
2462 sobre resíduos de portos e aeroportos? Tudo bem, a questão de licenciamento  
2463 nós já discutimos; o plano, é importante ter um plano... Mas, para o plano ser  
2464 bom, está faltando um pedaço, que é dizer o que fazer adequadamente com  
2465 cada tipo de resíduo. E outro pedaço, dizer quais são todas as categorias de  
2466 resíduos que são geradas lá. Por quê? Olha, nós, na qualidade de órgão  
2467 ambiental, temos acompanhado de perto as dificuldades do aeroporto de  
2468 Guarulhos de lidar com os seus resíduos. Por quê? Vocês não imaginam a  
2469 gama de coisas que são apreendidas em malas de pessoas. Desde carnes,  
2470 presunto, o diabo, de um monte de coisas cruas que eles trazem porque é  
2471 gostoso, e sei lá o que, que entra e interfere na pecuária... Presta a atenção  
2472 aonde vou chegar. Interfere na pecuária, questão econômica, importante, que  
2473 afeta a importação, exportação etc.; espécies exóticas, parte, assim, vegetais,  
2474 até, outro dia eu estava voltando, eu falei “Está aí! Não pode introduzir  
2475 vegetais, porque vão ter pragas na agricultura”, estou falando de aeroporto.  
2476 Vou falar um item dos bizarros, que orientais trazem: ratos torrados. Acreditem  
2477 se quiserem. Por quê? Porque lá, no país dele, rato prolifera, é muito fértil.  
2478 Então, para eles, o pó do rato é afrodisíaco e aumenta a fertilidade. Nessa  
2479 linha, vai dos mais diversos. Então, olha, por que é que nos procuraram. “Como  
2480 é que nós vamos organizar toda essa bagunça?” Então, isso aqui é um pedaço  
2481 do aeroporto, o que vem em mala de pessoas. Sem contar o que vem em  
2482 contêineres e (...), sei lá o que, que vem como carga dentro do avião. Agora,  
2483 vamos pegar o pedaço do porto. Aí a desgraça é total. Por quê? Qual é o tipo  
2484 de caso do qual vivemos correndo atrás? De repente, desovam algo exótico,  
2485 estapafúrdio em algum canto, e vai descobrir que é algo que nem se sabe bem  
2486 que é que foi desovado no porto. Ou, então, nós somos chamados pelo porto,  
2487 porque, lá, sobrou algo que venceu, não se sabe o que é; um exemplo, uma  
2488 madeira bichada com um treco que veio lá da China, não sei de onde, e, se  
2489 aquilo saísse, acabava com a madeira no país. Então, é verdade, isso é o  
2490 nosso dia-a-dia. O dia-a-dia de quem lida com porto e aeroporto. Então, se  
2491 você fosse pensar o que eu esperava de uma Resolução dessa, eu fiquei  
2492 decepcionado. Quando você falou, eu fiquei animadíssimo; na hora em que eu  
2493 olhei, eu fiquei decepcionado, porque eu esperava algo que desse um  
2494 ordenamento mínimo para essas coisas, e dizer o que fazer com cada uma  
2495 dessas coisas. É complicado, porque você vai envolver agricultura, você vai  
2496 envolver... Sei lá mais que áreas você vai envolver. Mas é nessa massa que  
2497 nós estamos tendo coragem de pôr a mão. Eu não sei se é nesse momento, se  
2498 essa nessa Resolução, mas, na minha visão, é isso. Agora, eu vou fazer um  
2499 paralelo com o que aconteceu com as questões dos resíduos da saúde. Tinha  
2500 lá, bonitinho, nós passamos anos supersatisfeitos com a Resolução 005.  
2501 Beleza! Tinham, lá, as categorias, segregava, dizia que tal categoria tinha que  
2502 fazer tal tratamento de destinação, tal categoria, tal tratamento de destinação...

2503 Certo. Daí, o que é que acontece? De repente, separaram as duas. Riscou  
2504 tudo de saúde da 005, fizeram uma... Tem Anvisa de saúde que, realmente, é  
2505 muito melhor, muito mais abrangente, muito mais detalhada... Só que, daí, lá  
2506 em São Paulo... Agora eu vou dar a nossa experiência. É um jogo de empurra-  
2507 empurra. Por quê? Quando alguém vem nos questionar sobre gerenciamento  
2508 de resíduos e serviço de saúde, se é dentro da unidade geradora, nós falamos  
2509 que é responsabilidade da Anvisa. Nós jogamos para a Anvisa. Daí, se fala que  
2510 é o tratamento, a disposição final, eles falam que é responsabilidade do órgão  
2511 ambiental. Então, o que é que acontece? Precisa ter, sim, claro, o papel órgão  
2512 ambiental no tratamento e no destino final. Se vocês verem, na saúde, apesar  
2513 de ter tido uma Anvisa, é melhor ter uma Resolução nova Conama de saúde; e,  
2514 se vocês olharem para ela, o que ela faz, ela define melhor essas questões do  
2515 tratamento e da disposição final. Então, analogamente... Como?

2516

2517

2518 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Ela é anterior à lei, e as  
2519 competências de casa setor. Essa outra Resolução, aí, tinha todo um  
2520 detalhamento. Ela foi elaborada antes da avaliação da Anvisa, antes da criação  
2521 da ANTAQ, antes da criação da ANTT.

2522

2523

2524 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2525 **Paulo)** – Eu estou falando isso, que seria o aprofundamento, o disciplinamento  
2526 dessa Resolução que nós vamos fazer agora, tinha que focar nesse pedaço,  
2527 como disciplinar os resíduos para propor por categoria, forma, tratamento e  
2528 disposição final. Isso falta, porque, se não, se faltar na área ambiental, alguém  
2529 vai dizer assim “Ah, bom, se não tem, eu não preciso fazer”, e quem vai  
2530 fiscalizar? Então, essa é a minha visão de lacuna nesse sistema de resíduos  
2531 de portos e aeroportos. Bom, eu trouxe a posição da nossa experiência no  
2532 Estado, da nossa necessidade do Estado, da nossa expectativa da lacuna.  
2533 Então, se perguntar “Tem que revogar a cinco?”, eu acho que tem. Mas vamos  
2534 tomar cuidado para não revogá-la e ficar cinco anos sem absolutamente nada  
2535 que vá regular alguma coisinha que está lá. Porque, se há uma coisa que todo  
2536 mundo busca com maior facilidade, é justificar que não fez porque não estava  
2537 escrito em nenhum lugar que tinha fazer, ou como fazer. Então, é isso. A  
2538 experiência para nós pensáramos, aqui, no que seria isso. Inclusive, foi a  
2539 minha expectativa quando eu ouvi falar de resolução Conama de porto e  
2540 aeroporto. Frustrou-me, também, quando falava só de plano. Eu acho que  
2541 temos que ir muito mais à frente pensar nisso, porque, pelo porto, além das  
2542 doenças, coisa que, de alguma maneira, cobre, vai entrar praga na agricultura,  
2543 doença para o gado, fungo para madeira, e sabe lá Deus mais o que vem  
2544 desses lugares do mundo dentro desses contêineres. E muita coisa realmente  
2545 não tem disciplinamento nenhum. Se o cara arruma um jeito discreto de  
2546 desovar, ele desova; se ele não consegue, daí só que ele vai chamar o órgão  
2547 ambiental para ir lá. Foi o caso, por exemplo, das madeiras com esses fungos  
2548 malucos, aí. Você entendeu? Eu acho que é nessa linha que devemos pensar  
2549 alguma coisa, aqui. Se não, nós vamos ficar discutindo semântica, e a essência  
2550 técnica, que é o que jurídica está nos cobrando, vai escapando por entre um  
2551 pedaço e outro de Resolução.

2552

2553

2554 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Dconama)** – Eu só queria pontuar  
2555 dois aspectos. O primeiro é, voltando um pouquinho as discussões da Câmara  
2556 de Assuntos Jurídicos, quando foi feita essa ideia. Então, talvez, a Câmara  
2557 Técnica devesse propor uma Resolução que revogue a 05 e sempre foi  
2558 levantado que existiam coisas, alguns comandos, na Resolução, que não estão  
2559 em lugar nenhum e que eram importantes. Então, eram necessários.  
2560 *(Introdução fora do microfone. Inaudível.)* Então, exatamente! Mas, se não  
2561 estão em lugar algum, têm que aparecer em algum lugar. Não é simplesmente  
2562 revogar. Se elas são importantes e estão lá, têm que ser aproveitadas, é isso  
2563 que eu estou falando, retomando a ideia de São Paulo. Porque o caos, não ter  
2564 qualquer regulamentação, é pior que não existir nada.

2565

2566

2567 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu concordo  
2568 com isso, mas veja, esse foi o tema de discussão, da nossa discussão da  
2569 Câmara Técnica.

2570

2571

2572 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Dconama)** – Isso. O segundo  
2573 ponto é apenas uma sugestão. Em, podendo-se aproveitar alguns aspectos da  
2574 Resolução 05, e podendo, também, ir mais a fundo sobre essa questão do  
2575 plano de gerenciamento de resíduos sólidos, talvez fosse interessante trabalhar  
2576 com aspectos gerais, que abrangem todos os setores, e trabalhar, também, ou  
2577 dentro de uma Resolução, ou em anexo, as particularidades, para poder,  
2578 então, os setores se verem dentro da Resolução. Porque, muitas vezes, as  
2579 coisas ficam juntas e ficam conflituosas. Talvez pudesse fatiar os assuntos e,  
2580 também, alguns que ficassem genéricos. Muito obrigado.

2581

2582

2583A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG) – Eu  
2584concordo com as observações do Alfredo, mas eu queria acrescentar outra  
2585questão. Tem um ponto que não foi tratado nessa minuta de resolução que  
2586causa, realmente, muita preocupação dos órgãos ambientais, que é aquilo que  
2587o Alfredo estava falando, dos produtos apreendidos e cargas apreendidas ou  
2588deterioradas. E isso não está explícito, lá, e isso, para mim, é o ponto.  
2589(*Introdução fora do microfone. Inaudível.*) Mas ela não trata da gestão desses  
2590resíduos, dessas coisas que, no final, viram resíduos, do ponto de vista do  
2591encaminhamento para uma disposição final adequada. Pelo menos, essa é a  
2592minha visão superficial desse tema. Porque nós temos, como o Alfredo falou, o  
2593plano é um instrumento superimportante. Se, nesse trabalho do Comitê  
2594Interministerial, foi dado esse encaminhamento da criação de um termo de  
2595referência, ótimo, porque, em Minas Gerais, nós já estávamos começando a  
2596pensar em fazer um. Porque, hoje, o que está acontecendo é uma verdadeira  
2597confusão. Ninguém sabe aplicar direito o que a política nacional determina, e  
2598ela já está em vigor. Todo mundo tem que fazer. E se você for olhar com  
2599bastante cuidado, o Wanderley até comentou aqui, hoje, todo empreendimento  
2600é gerador de resíduos perigosos, só que você não pode tratar todos de forma  
2601igual. Tem que haver uma diferenciação pela natureza da atividade, pelo porte  
2602do empreendimento e outras coisas mais, mas que, também, não poderemos  
2603deixar, em minha opinião, a cargo somente do licenciamento ambiental. Porque  
2604o licenciamento ambiental tem um foco, pelo menos até hoje, está tendo, de  
2605controle de acompanhamento da geração, do armazenamento temporário e da  
2606destinação daqueles resíduos todos classificados em determinado  
2607empreendimento. Mas o que nós queremos com o plano? Nós queremos metas  
2608de melhoria, metas de redução da geração, ampliação do reuso, da reciclagem,  
2609dos resíduos, discussão de novas tecnologias... É isso que nós queremos.  
2610Então, o plano tem que trazer uma coisa a mais do que o simples  
2611acompanhamento da entrada do fluxo de resíduos de um determinado  
2612empreendimento. Então, eu percebo o seguinte: se essa condução, pelo comitê  
2613interministerial, vai acabar vindo para essa Câmara, por tratar-se de um plano  
2614de gestão, que eu, aí, acredito que é um instrumento de... Aliás, um plano de  
2615gerenciamento que é um instrumento de gestão de resíduos e de uma forma  
2616geral, talvez fosse conveniente seguir a proposta da doutora Zilda. Aguardar  
2617isso vir aqui para que nós possamos reavaliar. Porque não só no caso dos  
2618portos, aeroportos, terminais, etc., que configuram uma das categorias de  
2619empreendimentos geradores de resíduos, talvez essa regra geral tenha que ter  
2620uma ou outra especificidade. Então, aí, nós teremos mais condições de avaliar  
2621se esse termo de referência pode ser tão genérico assim, se é viável ter uma  
2622Resolução genérica destacando alguns pontos, ou ter uma genérica e depois  
2623algumas outras complementares mais específicas. Mas, eu volto a destacar,  
2624também acho, no caso dos portos, graças a Deus Minas Gerais não tem, mas  
2625aeroportos e terminais... (*Introdução fora do microfone. Inaudível.*) Portos  
2626pequenos, é. Mas são os empreendimentos de porte pequeno, cujos problemas  
2627são diferentes e, obviamente, o plano de gerenciamento de resíduos também  
2628vai ter que ser diferenciado. Mas, existe um projeto de governo bastante  
2629relevante, que transformará o aeroporto de Confins em um grande aeroporto de  
2630carga de mercadorias. Ou seja, o foco não será mais apenas o transporte de  
2631passageiros. Então, existe todo um projeto sendo desenvolvido, que é  
2632denominado Masterplan da região metropolitana de Belo Horizonte. E isso nos



2633traz muita preocupação, porque, se já temos problemas no gerenciamento de  
2634resíduos no aeroporto de Confins, lá no futuro teremos mais ainda. E esses  
2635casos pontuais que o Alfredo citou, que, às vezes, a Cetesb vai ajudar a apagar  
2636um incêndio, a FEAM também vai. E eu acho, também, que os gestores desses  
2637empreendimentos nem chamam o órgão ambiental todas as vezes, não. Não é,  
2638Alfredo? Então tem resíduo que...

2639

2640

2641**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2642**Paulo)** – Em geral, chamam quando alguém descobriu...

2643

2644

2645**A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Pois é, não  
2646sei, não vamos fazer julgamentos aqui. Mas, enfim, concordo, tem que haver  
2647uma regra, sim, básica, para orientar como fazer. Porque uma coisa são os  
2648resíduos gerados na operação do empreendimento porto ao aeroporto, na sua  
2649operação rotineira; outra coisa é aquele resíduo que não está previsto no plano  
2650de gerenciamento, que é o produto apreendido, a carga deteriorada, porque  
2651ninguém tem bola de cristal para saber o que é que vai aparecer. Então, a  
2652minha proposta vai ao encontro do que a doutora Zilda disse, de esperarmos  
2653vir esse novo encaminhamento para avançarmos nessa discussão.

2654

2655

2656**O SR. MARCOS MAIA PORTO (ANTAQ)** – Só dois esclarecimentos. Primeiro,  
2657concordo com o senhor presidente na questão da visão de que licenciamento  
2658não é tudo. Inclusive, no setor, nós trabalhamos com a questão da gestão.  
2659Essa questão de resíduo é apenas um detalhe. Nós estávamos vinculados ao  
2660Ministério do transporte, agora vinculados à Secretaria de Portos, e, tanto o  
2661Ministério como o... Então, é uma agência que dá apoio a essa (...), tanto com  
2662o Ministério como a Secretaria, nós trabalhamos sempre a questão da gestão.  
2663E a própria secretaria tem um programa, em cima dos portos, de verificar  
2664cadeia completa de resíduos. Esse programa nos foi prometido até trazer na  
2665reunião, mas ainda não está fechado. Um programa com diversas  
2666universidades, capitaneada pelo COP. Então, realmente, o nosso pensamento  
2667não é ficar (...). Porque muita gente... Nós falamos em licenciamento porque o  
2668empreendedor sempre diz “Olha, eu estou cumprindo o básico”. Agora, eu só  
2669vou discordar um pouco do Alfredo, naquela questão que ele coloca. Todos  
2670esses problemas que foram colocados por ele, são, assim, de conhecimento do  
2671setor portuário. Inclusive, aqui no grupo, nós tivemos a participação da Anvisa  
2672e da Vigiagro. Uma preocupação que nós tivemos no grupo, por ter essas  
2673instruções, também, fazendo simulação de resíduos de diversas formas, é que  
2674– até a Zilda levantou isso –, não interferir em legislações que aconteceram  
2675depois da Resolução 05. A ANTAQ também tem uma regulação até muito  
2676simples, em relação a resíduos... Então, o que nós percebemos, é que, se nós  
2677começássemos a detalhar demais tipologia, competências, a Anvisa ia levantar  
2678“Espera aí, mas isso daqui eu regrei assim”, aí já essa questão dos animais  
2679que vêm com madeira, com essas coisas, isso tudo nós acompanhamos, mas  
2680acompanhamos em (...). Tem mais ou menos umas 12 ou 15 autoridades  
2681portuárias dentro do (...). Inclusive, a questão da receita, a questão da polícia  
2682federal... Nós percebemos, assim, que, volto a repetir, o grupo não entendeu

2683que o setor portuário deveria ser preponderante, muito embora fosse, em  
2684questão de escala. Que, se fosse assim, a Resolução teria um desdobramento  
2685que seria complicado para ter uma uniformidade. Mas que, como existem os  
2686outros órgãos regulando, nós ficamos, assim, meio que apertados, e, olha,  
2687vamos criar uma regulação, já que existe outro órgão que... Quer fazer, houve  
2688essa questão, houve essa consciência, essa ciência de que muita coisa veio  
2689posteriormente à Resolução. E aí, quando veio a política, ficou mais espremido  
2690ainda, no bom sentido. Quer dizer, nós achávamos que estava tudo... É só um  
2691esclarecimento.

2692

2693

2694A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) – Não, eu só queria... Eu  
2695sempre me confundo, aqui. Da reflexão do Alfredo, e foi uma coisa que nós  
2696discutimos no grupo, assim. Primeiro, nós procuramos nos fixar no nosso  
2697mandato, que era o plano, a primeira coisa. Mas chegou a se discutir essa  
2698possibilidade de se retomar isso. Aí, nós vimos que era muito complicado você  
2699seguir a mesma maneira como a 05 foi montada, que, na época em que ela foi  
2700montada, eu não tinha os outros órgãos que davam respaldo, era basicamente  
2701a área ambiental. Por isso que o premente, ali, foi o resíduo serviço de saúde,  
2702que, antes, dela e gerou outras Resoluções, já está na segunda revisão; e,  
2703respondendo à pergunta, vai precisar ser revisto, ou revogado, ou revisto. O  
2704que nós achamos que talvez não fosse para produtor, fosse repetir o  
2705gerenciamento que já existe em outros órgãos que regulamentam a matéria.  
2706Porque o que é que eu estou entendendo? Anvisa, MAPA, Vigiagro, ANTT,  
2707ANTAQ, tem um regulamento da unidade. Elas precisam disso. O que nós  
2708estamos tentando fazer com essas Resoluções é ver o que é que o  
2709licenciamento ambiental precisa para aquilo que sai daquela unidade. É isso  
2710que eu estou entendendo. Então, foi isso que o grupo entendeu, e teve  
2711dificuldade de... Eu acho que, lá 1993, essa Resolução foi super positiva,  
2712porque não tinha nada; ela trouxe a luz. Com a criação desses outros órgãos  
2713de controle, eu acho que tem algumas coisas que ficaram etéreas, elas não  
2714têm mais a mesma importância que teriam. Eu concordo com você, com a  
2715Zuleica, sobre esse problema das cargas deterioradas. Talvez, nós precisamos  
2716esperar aquela Resolução muito antiga, que é anterior a essa, que é de 91 ou  
271792, 05 ou 08 de 91. É isso? *(Introdução fora do microfone. Inaudível.)* Foi  
2718evocada. *(Introdução fora do microfone. Inaudível.)* É, eu sei lá! Mas é uma  
2719Resolução... *(Introdução fora do microfone. Inaudível.)* É a 02 de 91. Fazem  
2720cargas deterioradas ou fora de especificação. Essa não foi revogada, nós não a  
2721revogamos quando fizemos a... *(Introdução fora do microfone. Inaudível.)* É.  
2722Fora de especificação. Nós já aplicamos essa Resolução algumas vezes, lá no  
2723Ibama, já até autuou gente por causa disso. Há muitos anos atrás, mas autuou.  
2724Mas talvez fosse o mote disso daí. E agora... Eu também estou entendendo,  
2725Alfredo, que o fato de a Cetesb ser chamada em eventos desse tipo tem a ver  
2726com alguma provocação dessas coisas que saem na imprensa. Porque o plano  
2727de resíduos já era exigido por essa Resolução desde 93, e, nesse plano, tem  
2728que estar previsto o que fazer, também, com cargas apreendidas. Eu estou  
2729entendendo isso. Não estou justificando, estou entendendo que isso, de  
2730alguma forma, já deveria estar previsto hoje. E, se estão chamando... Eu tive  
2731uma oportunidade, no período em que eu estudei na Alemanha, de visitar a ala  
2732do aeroporto de Frankfurt que tem material apreendido. Mas não é esse tipo de  
2733apreensão, assim, de cargas vivas ou perecíveis. É aquilo que é regulado por  
2734legislação, por exemplo, eu vi um jogo de malas de couro de elefante que era  
2735uma coisa fantástica! Só que completamente antiecológico, antiambientalista,  
2736anti-tudo, mas é fantástico. Então, eles têm isso quase que como um museu,  
2737para mostrar aquilo que não é permitido trazer para o seu país. Isso é  
2738divulgado na imprensa periodicamente e tal. Eu, como estudante, fui lá, visitei e  
2739vi de tudo. De apreensão de animais empalhados, objetos feitos com animais  
2740em extinção, essas coisas desse tipo, que é uma coisa grave, porque eles têm  
2741uma legislação forte, na Europa e na Alemanha, há muitos anos, sobre isso.  
2742Mas, essa tua expectativa... Foi uma expectativa tua, válida, mas nós seguimos  
2743o termo de referência. E, outra coisa que nós avaliamos, é que não cabia eu

2744repetir a classificação de resíduos que já estava na política. Não é, Mac? Nós  
2745fizemos isso várias vezes. Não cabia repetir, ou repetir a NBR 2004. Então,  
2746realmente, eu acho que nós temos que avaliar. Eu acho que talvez seja uma  
2747boa ideia nós... Eu garanto que não vai demorar muito tempo para chegar aqui,  
2748porque nós temos essa reunião do Comitê, Extraordinária, na terça-feira. É só  
2749o tempo de nós decidirmos. Isso já está praticamente aprovado, não é,  
2750Wanderley? Nós, da última reunião, eu acho que praticamente nós aprovamos  
2751e deixamos mais foi a parte de áreas contaminadas.

2752

2753

2754**O SR. WANDERLEY BAPTSTA COELHO (CNI)** – Exato. O que nós vamos ter  
2755que fazer, não é, Zilda... Ou melhor, acho que é um papel do próprio Ministério  
2756do Meio Ambiente, é dar o formato de um marco legal, que não tem, e ver  
2757essas questões todas, específicas, e até mesmo a questão de resíduos  
2758perigosos. Vamos particularizar dentro do termo de referência e tal. É isso que  
2759falta, e eu acho que, nesse caso, Zilda, não dá para vir direto para a Câmara,  
2760não. Precisa passar por um GT. Até porque colocava lá que quem mais vai  
2761poder contribuir, quem mais vai utilizar esses instrumentos não somos nós, são  
2762os OEMAs, os órgãos ambientais que vão fazer o controle, estaduais e  
2763municipais. Nós, aqui, fizemos apenas uma, digamos assim, minuta inicial para  
2764discussão de ideias, porque aí você consegue trabalhar mais fácil em cima de  
2765alguma coisa concreta, do que ter que criar alguma coisa nova. Bom, o Alfredo  
2766colocou, aqui, e eu queria até um entendimento disso, vou perguntar, aqui,  
2767novamente. Quer dizer, temos normativas sobre gerenciamento de resíduos  
2768pelas diversas entidades responsáveis, dentro dos seus estabelecimentos.  
2769Fora dos estabelecimentos, eu creio que não. Detalhes, não. Então, talvez seja  
2770a lacuna que ele colocou. Ou não?

2771

2772

2773**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2774**Paulo)** – Era justamente isso que eu queria dizer. Exatamente. Olha, tem os  
2775planos de gerenciamento. Então, se você pegar resíduo de porto e aeroporto,  
2776ele tem naturezas diversas, implicações diversas, regramentos diversos,  
2777realmente. Mas, depois de feito isso, o que sobrou e está saindo, para onde  
2778tem que ir? E mais, como eu sempre vi, desde que eu comecei a trabalhar no  
2779Cetesb, a resolução, “ah, eu não sei bem como fazer isso; deixa-me ver se tem  
2780Resolução”, e a Resolução meio que me dizia o que eu tinha que fazer e o que  
2781eu tinha que ver. Então, é nessa linha. Está meio tênue, aí, ficar claro  
2782especificamente qual é o... O que é que o órgão ambiental tem que olhar disso,  
2783e quem está fazendo a gestão dentro do porto saber a mesma coisa que o  
2784órgão ambiental. Porque se não fica uma coisa está aqui, está ali, está lá, mas  
2785ninguém sabe onde está tudo, e, de repente, um pedaço sempre vai  
2786escapando. Talvez, aí é que está faltando uma coisa. Costurar essas coisas  
2787mais no viés do papel do órgão ambiental, não de quem está gerenciando o  
2788resíduo lá. Não sei.

2789

2790

2791**O SR. WANDERLEY BAPTSTA COELHO (CNI)** – Então, Márcio, nós  
2792poderíamos, talvez, encaminhar para a ideia da Zilda. Colocar esse assunto em  
2793suspensão, aguardar manifestação formal por parte do Ministério do Meio

2794Ambiente, em relação à questão da 05, se vai haver revogação, não vai haver,  
2795parcialmente... Eu acho, pelo menos... Calixto não está aqui, mas, pelo menos,  
2796os itens que conflitam com a lei têm que ser colocados no radar como algo  
2797importante. Aquilo que não conflita, tudo bem, mas vemos, realmente, a  
2798questão... Porque aqui não é gerenciamento, é a destinação final, mesmo, dos  
2799resíduos sólidos, se pode passar por tratamento, incineração, aterramento e  
2800tudo mais. Talvez seja essa a normativa que ele queira dar, mas aí cabe,  
2801realmente, ao (...) do Ministério para nos pautar, para nós tomarmos algumas  
2802definições a respeito disso.

2803

2804

2805**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2806**Paulo)** – Coisas do tipo a madeira com fungo exótico que acaba com a  
2807produção de madeira do Brasil. A princípio, eu tenho que queimar. Mas aonde?  
2808Faço uma fogueira no porto? Faço uma fogueira não sei aonde?

2809

2810

2811**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Aí a política tem regras muito  
2812claras, e eu não vou regulamentar uma coisa que política já diz. Primeiro ponto,  
2813a grande falha que essa Resolução teve que nós vimos logo depois, e por isso  
2814a parte de saúde foi revisada, foi dar receita de bolo. Porque ela colocou, lá,  
2815que os resíduos do grupo A, se não me falha a memória, tinham que ser  
2816incinerados. Tudo quanto é unidade de saúde, posto de saúde de país,  
2817resolveu comprar um incinerador. E aí comprava o que? Com o pessoal do  
2818Ministério da Saúde mesmo falava, era uma churrasqueira que eles chamavam  
2819de incinerador. Então, assim, eu não vou poder ter uma regra de bolo dentro de  
2820uma Resolução no que tange ao gerenciamento de resíduos, de dizer “esse  
2821tipo”... E tem uma briga histórica, que nós temos desde o assunto da gripe  
2822suína, da gripe aviária, em que o pessoal que trabalha com porto e aeroporto,  
2823aí eu generalizo tudo, diz que tem que incinerar tudo! E aí esquece que nós  
2824estamos no Brasil! E aí eu vou colocar incinerador em um lugar isolado, lá no  
2825meio, que não tem condições de gerenciar esse equipamento. Então, eu não  
2826posso dizer isso em uma Resolução! Eu vou induzir alguém a um tipo de  
2827tratamento que eu estou entendendo que, no licenciamento ambiental, é que  
2828isso vai ser determinado. Dependendo do porte da atividade, depende da  
2829geração de resíduos, de uma série de coisas que só o licenciamento é que  
2830traz.

2831

2832

2833**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2834**Paulo)** – Mas me deixa falar. Primeiro, eu não falei que nós vamos exigir que  
2835incinere tudo. Nós vamos fazer um apanhado do que existe, para dizer as  
2836possibilidades corretas, e para o órgão ambiental fiscalizar. Agora, eu torno a  
2837insistir, no licenciamento, até para licenciar, você precisa saber o que é  
2838adequado ou não, para dar a licença ou não. E você não sabe! Desculpe-me,  
2839nós não sabemos. Hoje, se cair um plano para gerenciar todos os resíduos que  
2840podem ser gerados em um porto, nós vamos ter que fazer um trabalho de  
2841aprendizado, lá, de levantamento, de biografia, as coisas, porque nós não  
2842temos isso. Eu acho que, se já tem tanta coisa como vocês estão falando, está  
2843na hora de lançar um olhar mais aprofundado para elas e fazer um resumo do

2844que não está bem dito aí, que é o papel deles e do órgão ambiental com  
2845relação à questão ambiental, para não ficar solto em um mosaico de coisas  
2846espalhadas.

2847

2848

2849**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Só um  
2850momentinho. Eu acho que, assim, por uma questão de ordem, eu acho que nós  
2851já estamos avançando em uma discussão de um tema que será objeto de  
2852criação para o Grupo de Trabalho. Vamos deixar para o Grupo de Trabalho,  
2853essa discussão. Só vou propor isso para nós podermos encaminhar e otimizar  
2854o nosso tempo, aqui, porque essa discussão, com certeza, vai ter que  
2855prosperar em um ambiente mais especializado.

2856

2857

2858**O SR. MARCOS MAIA PORTO (ANTAQ)** – Nós fizemos – não sei se cabe  
2859aqui – no grupo, cada setor fez uma apresentação, cada órgão fez uma  
2860apresentação para dizer “olha, o que é que eu faço, o que é que eu regulo”, até  
2861para uma atualização de informação. Fizemos isso exatamente para entender  
2862as regras que já estavam vigentes, mas não sei se cabe isso aqui, enfim.

2863

2864

2865**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Vamos deixar,  
2866porque, assim, eu estou entendendo que há um consenso – pelo menos um  
2867aparente consenso – no sentido de que nós não devemos revogar a cinco,  
2868vamos aguardar o que virá, em termos de proposta de regulamentação do  
2869plano de gestão de resíduos sólidos, e, também, para mim, está muito claro  
2870que cada um está com uma ideia, uma expectativa diferenciada, aqui, e,  
2871certamente, o que chegar não vai ser pacífico. Então, eu já entendo que nós  
2872temos, mesmo, que partir para um Grupo de Trabalho, e eu vou me adiantar  
2873um pouco. Como a nossa programação de reunião vai nos remeter,  
2874provavelmente, para junho, porque nós temos, em maio, um calendário  
2875bastante complicado, do Conama, com outras questões, inclusive plenária ao  
2876final do mês de maio, portanto, nós vamos cair nas primeiras semanas de  
2877junho. Eu, particularmente, tenho problema na primeira semana, então talvez  
2878nós vamos para a segunda. Mas eu não vou discutir isso agora, não, só estou  
2879dizendo que, como nós estamos com uma perspectiva de lá de junho, eu acho  
2880que já podemos pensar em pautar, na próxima reunião, a criação do Grupo de  
2881Trabalho. E eu estou fazendo essa provocação para já irmos pensando quem  
2882coordena, como coordena, como é que nós vamos pensar a exemplo do que já  
2883fizemos com o tema anterior.

2884

2885

2886**A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Presidente,  
2887para que nós possamos avaliar com cuidado essa questão da incoerência da  
2888Resolução 5 com a Política Nacional, seria possível solicitar que a Área  
2889Jurídica do Ibama fizesse uma comparação do que fere a legislação atual, o  
2890que não, para nós decidirmos o que revoga ou o que não revoga?

2891

2892

2893 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Área Jurídica do  
2894 Conama?

2895

2896

2897 **A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Do Ibama,  
2898 desculpa.

2899

2900

2901 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Do Ibama, do  
2902 Ministério do Meio Ambiente que você quer dizer.

2903

2904

2905 **A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Do  
2906 Ministério que seja, do Ministério.

2907

2908

2909 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Vamos colocar a  
2910 César o que e de César.

2911

2912

2913 **A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Alguém que  
2914 tenha conhecimento das questões de compatibilidade, e está trazendo para ser  
2915 distribuída antes da próxima reunião.

2916

2917

2918 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Dconama)** – Deixa-me falar uma  
2919 coisa. Recentemente nós fizemos uns pedidos relativos à Resolução 302. 369  
2920 que estavam dependentes com relação ao Código Florestal, e as análises que  
2921 chegaram não foram uma análise de estudo comparativa, é estudo comparado,  
2922 foi dizendo o seguinte, aonde a Resolução não conflita com a lei ela pode ser  
2923 aplicada. Basicamente é essa a resposta, e outra no sentido de que disseram  
2924 algo mais claro, por exemplo, essa Resolução, hein Márcio! Na outra  
2925 Resolução eles disseram o seguinte, que essa Resolução continua válida, só  
2926 que ela não pode ser revisada pelo Conama porque isso foi dado ao Poder  
2927 Executivo Federal, ou seja, foi mais clara, mas geralmente é isso, onde não  
2928 conflita, ela continua válida.

2929

2930

2931 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Perguntar para a  
2932 Jurídica é mais ou menos como perguntar para o oráculo ou perguntar para a  
2933 Consultora. Normalmente vem uma resposta que você já sabe e diferente do  
2934 que você perguntou.

2935

2936

2937 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Dconama)** – No que for válido ela  
2938 continua vigente, tem que ter um caso concreto, uma situação concreta para  
2939 verificar se de fato aquilo se aplica ou não se aplica. Se você quiser adicionar  
2940 alguma coisa...

2941

2942

2943A **SRª. MAÍRA LUÍSA MILANI DE LIMA (Dconama)** – Deixa-me explicar.  
2944Zuleika, nada impede que tramite no Conama uma proposta de revogação,  
2945pode tramitar, se tiver uma proposta, uma Minuta que diga fica revogada a  
2946Resolução 5 ela vai tramitar e vai passar. O que a Conjur não faz é dizer  
2947especificamente quais os artigos que conflitam com a lei X, ou com a lei Y. Isso  
2948a Conjur do MMA não quer fazer.

2949

2950

2951**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2952**Paulo)** – Eu acho que nós não podemos simplesmente revogar a 5 sem ter  
2953uma ideia do que está lá e não podemos perder.

2954

2955

2956**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu brinco aqui,  
2957mas é verdade, o setor jurídico é igual oráculo, ele devolve uma pergunta mais  
2958complicada para você.

2959

2960

2961**A SRª. MAÍRA LUÍSA MILANI DE LIMA (Dconama)** – Qualquer Conselheiro,  
2962qualquer entidade pode fazer essa pesquisa e propor. Não tem problema  
2963nenhum só não vai partir da Consultoria Jurídica do Ministério.

2964

2965

2966**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Esse tipo de avaliação  
2967normalmente é feito pela área técnica e se couber, se tiver alguma dúvida é  
2968que ele é remetido à Jurídica. Não é a Área Jurídica que faz esse tipo de  
2969avaliação, é sempre a área técnica. Eu estava aqui refrescando a minha  
2970memória e o processo de revisão disso ele remonta uma outra questão que  
2971surgiu com a gripe aviária, aquilo que eu falei, foi com a gripe aviária, mas com  
2972a edição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, ela tem algumas coisas que  
2973merecem ser revistas, assim como nós revimos a de resíduos da construção  
2974civil, os nomes que são dados aos planos de gerenciamento não são mais  
2975esses, a forma de classificação muda um pouco. Quer ver uma coisa aqui? Se  
2976cabe, o Márcio não está querendo entrar nesses detalhes, mas eu acho que  
2977tem umas coisas nela que eu acho que não cabem, hoje nós não faríamos um  
2978texto dessa forma. Vou dar uma lida aqui. O transporte de resíduos sólidos,  
2979objeto dessa Resolução será feito em veículos apropriados, compatíveis com  
2980as características de resíduos, atendendo as condicionantes de proteção do  
2981meio ambiente e a saúde pública. O que diz disse isso? Nada. Hoje nós temos  
2982normas específicas que controlam. Então, tem coisas que foram feitas à época.  
2983Eu participei da elaboração dessa resolução, foi a primeira que eu participei  
2984mais diretamente. Mas isso na época foi um avanço, porque não havia isso.  
2985Então, hoje nós olhamos e vemos que algumas coisas nós não escreveríamos  
2986dessa forma. Não é propriamente assim, por exemplo, ela fala nos resíduos  
2987pertencentes ao grupo A, B e C, resíduos do Grupo D, alimentos in natura, nós  
2988temos outras normas, no Pronar que as emissões, o padrão de emissão dos  
2989processos de tratamento de resíduo, ela não é uma Resolução para tratamento  
2990de resíduos, ela misturou muita coisa, nós já temos outras resoluções só para  
2991tratamento interno de resíduos, outra para co-processamento. Então, Zuleika, é  
2992tudo. Talvez nós não precisássemos hoje votar a revogação da 05, ao política



2993já tem quase 3 anos, nós esperamos mais um pouco até vim essa proposta e  
2994traz as duas cartas na manga, a revogação da 05 e a nova proposta de  
2995Resolução. Para a próxima reunião que deve ser em junho, pelo que o Márcio  
2996fala. Então, talvez daqui até lá, se eu não tiver isso eu peço que a Maíra inclua  
2997na pauta e que eu faço o informe, se porventura nós ainda não tivermos  
2998conseguido fechar totalmente o texto e fazemos um informe de qualquer forma,  
2999fica o com o compromisso do Ministério em dar sequência a esse termo de  
3000referência na forma de uma Resolução e trazer as questão de revogação ou  
3001não da 05.

3002

3003

3004**A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Está certo.

3005Entendi. Obrigada.

3006

3007

3008**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Olha gente, tem  
3009uma série de questões surgindo aqui, e eu acho que não devemos entrar nessa  
3010discussão agora, porque já está claro, eu acho que já ficaram claras algumas  
3011coisas. A primeira é de que nós precisamos de uma nova Resolução que trate  
3012dessa questão de resíduos, que envolva a questão do Plano de Gestão de  
3013Resíduos Sólidos, mas eu não consigo ainda ver que seja uma Resolução  
3014específica do plano. Eu acho que pelo que está se discutindo aqui, inclusive  
3015essa questão que o Alfredo levanta, o Gilberto, do Ibama, está levantando que  
3016essa questão que o Alfredo levanta já está contemplada em outras Resoluções  
3017também. Assim, nós precisamos trazer os especialistas para discutir e isso e  
3018definir o enfoque com mais precisão. Ficamos nós aqui tentando agora  
3019levantar essa questão não dá. Nós precisamos tomar uma decisão só, e é  
3020nesse sentido que eu quero encaminhar. Nós temos duas opções, ou  
3021revogamos a 5, ou suspendemos isso até a nossa próxima reunião, e na nós  
3022próxima reunião vamos ver se trazemos o assunto para a pauta novamente e  
3023vamos ver se criamos o Grupo de Trabalho, porque eu acho que nem adianta  
3024discutirmos esse tema neste âmbito. Acho que temos que de fato criamos um  
3025Grupo de Trabalho, pela adversidade de temas que estão abrangidos aqui e  
3026pela diversidade setores envolvidos com essa Resolução que pega dentro da  
3027área de transporte.

3028

3029

3030**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Dconama)** – Só para clarificar,  
3031Márcio. Você está falando em criação de um novo Grupo de Trabalho ou  
3032retomar o anterior?

3033

3034

3035**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Com clareza um  
3036novo Grupo de Trabalho.

3037

3038

3039**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Dconama)** – Está ok.

3040

3041

3042 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu não remeteria  
3043 ao anterior não, até porque eu acho que temos aí outras questões que estão  
3044 sendo trazidas que precisam ser abrangidas. Não é mais uma revisão da 5, na  
3045 verdade, se eu b entendi bem a encomenda é uma nova Resolução que vai  
3046 revogar a 5, mas não é uma 5, quer dizer, a 5, e aí respondendo um pouco da  
3047 preocupação da Doutora Zuleika. Eu acho que nem precisamos entrar nessa  
3048 questão, vamos, a rigor o que nós vamos fazer, poderíamos fazer é revogar a 5  
3049 agora e depois fazemos uma nova Resolução. Como é entendimento dos  
3050 setores aqui envolvidos? De que 5 se ela não está adequada hoje pior a sem  
3051 ela. Então, mantemos a 5 em estado de latência aí e vamos trabalhar numa  
3052 nova Resolução que não será a revisão da 5, será uma nova Resolução, por  
3053 isso que eu digo que não é o mesmo grupo, e essa nova Resolução vai revogar  
3054 a 5.

3055

3056

3057 **SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Dconama)** – Só por questão de  
3058 procedimento, em sendo uma nova Resolução, não na abordagem anterior...

3059

3060

3061 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Vai passar pelo  
3062 Cipam, não tem problema.

3063

3064

3065 **SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Dconama)** – Vai ter que percorrer  
3066 todo um outro caminho.

3067

3068

3069 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Mas nós vamos  
3070 construir pelo menos uma minuta aqui para que possa remeter ao Cipam. Eu  
3071 não sei como é que está esse novo regimento, que é complicado porque o ovo  
3072 e galinha ficaram bolados.

3073

3074

3075 **SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Dconama)** – Se for a questão só  
3076 de gerenciamento de resíduos sólidos, focado no resíduo é só ter uma  
3077 proposta de um conselheiro, vai entrar no Cipam, vai ver a admissibilidade e aí  
3078 vem para Câmara Técnica, pode ser o grupo de Trabalho. Agora, se for de fato  
3079 uma Resolução que vincule alguma questão relacionada ao licenciamento  
3080 ambiental, como estava sendo discutindo inicialmente, aí tem que ter a  
3081 anuência do Ibama, a concordância do Ibama primeiramente, para depois ser  
3082 mandado para a admissibilidade.

3083

3084

3085 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Está tranquilo?  
3086 Então, temos consenso em relação a esse encaminhamento? Não precisamos  
3087 votar? Então, está encaminhado dessa forma. Então, nós vamos trazer esse  
3088 assunto como pauta da próxima reunião para a criação de um Grupo de  
3089 Trabalho, e a elaboração de uma Minuta a ser submetida ao Cipam. O nosso  
3090 próximo ponto de pauta é o processo 02000.001299/2011-14, proposta de

3091revisão da Resolução Conama número 307/2002 para reclassificação dos  
3092resíduos de tinta.

3093

3094

3095**O SR. WANDERLEY BAPTSTA COELHO (CNI)** – Márcio, como eu tinha  
3096conversado com você antes, eu queria ponderar aqui com os Conselheiros, nós  
3097somos demandantes do pedido de reclassificação, apresentamos em 2011 um  
3098estudo que a Câmara julgou não ser suficiente para se tomar uma posição, aí  
3099nós fizemos um contato com o Ibama e com o Ministério do Meio Ambiente  
3100para tentar ver quais informações seriam mais adequadas para se ter um  
3101estudo mais abrangente sobre a questão, fizemos um estudo, temos aqui até o  
3102resultado, mas ainda ficaram algumas dúvida, os pareceres, tanto do Ministério  
3103do Meio Ambiente, quanto do Ibama relacionavam algumas dúvidas. E nesse  
3104caso nós gostaríamos de estar trazendo o tema sem dúvidas. Isto é, eu como  
3105propositor estaria propondo agora a retirada do tema de pauta, e dessa  
3106maneira, explicando aos senhores Conselheiros que estaríamos propondo a  
3107fomentar mais informações, tanto ao Ibama quanto ao Ministério do Meio  
3108Ambiente, para que não se tenha mais, digamos assim, qualquer dúvida com  
3109relação à questão que acho que é uma questão importante que venha para cá  
3110sem dúvidas, que possamos explicar e explicitar toda a questão da importância  
3111da reclassificação, não só do ponto de vista técnico, como também o  
3112rebatimento que isso vai ter para que esses materiais que são embalagens de  
3113tintas possam ser recicladas em sua totalidade, a proposta seria essa. E,  
3114gostaria de saber se os Conselheiros concordariam com isso, nós podemos até  
3115fazer a apresentação hoje, mas ficariam esses pontos, digamos assim, nós  
3116podemos responder, mas não documentar para que os técnicos possam  
3117analisar com calma e emitir um parecer. Então, como eu sou o maior  
3118interessado no tema, a minha proposta é retirar de pauta nesse momento, dou  
3119mais subsídios de informações ao Ibama e ao Ministério do Meio Ambiente,  
3120para estando ok, trazeremos novamente à pauta, com tudo resolvido e fazer a  
3121apresentação.

3122

3123

3124**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Ok. Só  
3125esclarecendo aos demais membros da Câmara que porventura não tenham  
3126maior intimidade com o assunto exercido, como o Doutor Wanderley colocou, o  
3127Ibama e Ministério do Meio Ambiente pediram uma melhor caracterização, me  
3128corrijam se eu estiver errado, caracterização dos resíduos de tinta para poder  
3129fazer essa reclassificação das embalagens, mas está vinculados ao resíduos. E  
3130aí foi apresentado um estudo e Ibama e Ministério do Meio Ambiente não  
3131ficaram satisfeitos com a metodologia e com a abrangência do estudo que foi  
3132feito, basicamente é isso. Então, é nesse sentido que agora a CNI está  
3133propondo a retirada para que essas dúvidas, os questionamentos aos  
3134procedimentos, abrangência, metodologia sejam esclarecidos para uma nova  
3135apresentação. Não sei se fui feliz no resumo, mas só para deixar mais claro  
3136onde é que está o nó, para não ficar parecendo que seria um novo estudo,  
3137alguma coisa assim.

3138

3139

3140 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Bem objetivamente Márcio,  
3141 só uma diversidade um pouco maior de amostras, nós não estamos  
3142 questionando o jeito como as amostras foram feitas, mas é uma diversidade  
3143 em termos de marcas e cores de tinta só isso. E isso aí baliza... O resto do  
3144 estudo, o estudo está muito bem montado, é um estudo bem feito. O que  
3145 ficamos inseguros de nos manifestar, e isso vai ser sinalizado para o País  
3146 inteiro, é só com relação a isso. Nós entendemos que isso pode ser  
3147 complementado.

3148

3149

3150 **O SR. WANDERLEY BAPTSTA COELHO (CNI)** – Não pode pairar dúvida  
3151 sobre essa questão. Então, para nós isso é um ponto pacífico.

3152

3153

3154 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu acho que as  
3155 dúvidas, só para esclarecer, para nós não entramos nessa discussão agora, a  
3156 proposta da CNI é que nós não discutimos, eu não quero discutir. Mas eu acho  
3157 que é importante deixarmos claro o que estamos decidindo. Então, só  
3158 questiono o seguinte, os dois pareceres são de conhecimento da CNI, quer  
3159 dizer, aquelas dúvidas estão colocadas lá.

3160

3161

3162 **O SR. WANDERLEY BAPTSTA COELHO (CNI)** – Por exemplo, uma das  
3163 dúvidas seriam o Plano de Amostragem, que não foi colocado no documento,  
3164 nós temos o plano, mas assim, é muito ruim eu trazer o plano entregar aqui ao  
3165 Gilberto, está aqui o plano. Eu ia analisar isso e tomar uma posição, eu acho  
3166 que tem que ter um tempo pra isso. Então assim, nós vamos responder outras  
3167 questões de representatividade, nós não queremos é que parem dúvidas sobre  
3168 essa questão.

3169

3170

3171 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Temos acordo  
3172 em relação a essa proposta então de retirada de pauta? Está tranquilo? Então,  
3173 retirarmos de pauta e esperamos que retorne para a próxima reunião. Que  
3174 esse tempo seja suficiente.

3175

3176

3177 **O SR. WANDERLEY BAPTSTA COELHO (CNI)** – Márcio, eu gostaria de fazer  
3178 um pedido à Câmara, os temas que devam vir na próxima reunião são de alto  
3179 interesse nosso. Se for possível não marcar nas duas primeiras de junho, seria  
3180 muito importante, muito importante cadê o DConama aqui?

3181

3182

31830 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Vamos ver se  
3184nós conseguimos fazer um ajuste de datas interessante, porque está todo  
3185mundo com problemas, eu acho que nós vamos acabar em dezembro desse  
3186jeito. Vamos então, para a pauta de informes. O primeiro informe é a proposta  
3187de Resolução que dispõe sobre o controle de utilização de produtos ou  
3188processo, para recuperação de ambientes hídricos e dá outras providências.  
3189Bom, na reunião, se vocês estão lembrados, na reunião de dezembro nós  
3190deliberamos pela criação desse grupo, eu fui eleito como coordenador do  
3191Grupo de Trabalho, nós fizemos ontem a terceira reunião do Grupo de  
3192Trabalho, o grupo está com bastante representação, como sempre estamos  
3193sentindo a falta das Organizações Não Governamentais, que não tem  
3194participado. Os demais segmentos do Conama tem se feito representar,  
3195principalmente o setor governamental com bastante com bastante frequência  
3196dos Estados de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, uma série de  
3197representações, Minas Gerais não está vindo também, mas temos uma  
3198representação bastante significativa, o Ministério da Saúde, Ministério da  
3199Agricultura. Então, como eu estava dizendo, nós tivemos a 3ª Reunião, o grupo  
3200está avançando bastante nas discussões, está suscitando uma série de  
3201dúvidas em relação à própria definição de remediadores ambientais, isso é  
3202uma questão que eu acho que nós vamos ter que trazer a essa Câmara, o  
3203processo em relação, quando o Ibama solicitou abertura desse Grupo de  
3204Trabalho em 2010, solicitou também a revisão da Resolução, não estou  
3205lembrado o número agora, que é uma Resolução de 2002, se não engano, que  
3206trata de remediadores ambientais. Eu acho que é 314/2002, uma coisa assim,  
3207ou 341/2002. E na ocasião, o Conama entendeu que não cabia revisão naquele  
3208momento, remeteu novamente ao Ibama, houve toda uma discussão de  
3209regulamentação do processo de registro de produtos químicos, e remeteu esse  
3210assunto novamente ao Ibama. O Ibama discutiu essa questão com o Ministério,  
3211porque eu vou ter que me alongar um pouquinho nessa explicação, porque é  
3212importante nós entendermos. 314/2002. Acertei o número. Só para nós  
3213entendermos o que está por trás dessa complexidade, no Brasil nós temos hoje  
3214uma legislação que estabelece para alguns produtos a necessidade de registro  
3215antes para comercialização, isso começou com agrotóxicos que foi o caso, mas  
3216emblemático em 89, com a lei de agrotóxicos, e esse caminho acabou sendo  
3217trilhado por outros produtos químicos, julgados perigosos ou que mereciam  
3218algum tipo de cuidado, como foi o caso de preservativos de madeira e  
3219remediadores que acabou o Conama regulamentando isso. Dispersantes  
3220químicos também. E essa forma de se trabalhar ela pode se adequada para  
3221alguns produtos e para outros não, o que nós estamos verificando no Ibama é  
3222que a ideia de nós regulamentarmos produtos, registrar produtos em função do  
3223uso do produto, que é esse o fundamento dessa legislação, é muito complicado  
3224e nenhum país do mundo faz isso, com exceção de agrotóxicos que sim, em  
3225agrotóxico esse é o procedimento adotado no mundo inteiro. Para as outras  
3226substâncias e produtos químicos perigosos, o que os países costumam fazer é  
3227estabelecer uma metodologia de controle, que basicamente eles chamam de  
3228registros, mas é na verdade um cadastro com uma ficha química do produto, e  
3229depois alguns desses produtos, de acordo com... Principalmente com a  
3230quantidade com que os produtos são utilizados, ou com a característica  
3231toxicológica do produto, esse produto venha a ser então avaliado, aí sim teria o  
3232registro no sistema que nós fazemos de registro hoje. A grande dificuldade que

3233 nós temos entre um modelo e outro, é que no nosso modelo nós estamos  
3234 falando de uso. Então, eu pego um produto que é utilizado, por exemplo, como  
3235 agrotóxico, esse mesmo produto pode, e esse mesmo produto pode ser  
3236 utilizado como remediador. E esse mesmo produto pode ser utilizado como  
3237 componente de tinta, esse mesmo produto pode ser utilizado como substância  
3238 química saneante, ou domissanitário, ou mesmo para uma estação de  
3239 tratamento de água, de esgoto e etc.. Então, se nós ficarmos regulamentando  
3240 pelo uso, nós vamos estar com o mesmo produto tendo três, quatro  
3241 classificações, e requisitos distintos e o fabricante muitas vezes, não tem  
3242 interesse num determinado uso, vamos imaginar que eu forneço um  
3243 componente de tinta, o meu mercado de tinta, mas o mercado de tinta é muito  
3244 mais importante do que o mercado de cosmético, se o mercado de cosmético  
3245 exige que eu tenha o registro, eu não vou nunca encaminhar para o registro,  
3246 porque não me interessa, o mercado para mim não é interessante. Isso tem  
3247 acontecido na área de remediadores com muita frequência, e esse tem sido um  
3248 dos pontos mais discutidos dentro da nossa Resolução, e está remetendo  
3249 então a necessidade de nós revermos a Resolução de remediadores no  
3250 sentido de buscar um novo enquadramento. Mas na época em que isso foi  
3251 mandado para o Ibama, eu acho que foi em 2011, nós provocamos ao  
3252 Ministério do Meio Ambiente, sobre o necessidade de estabelecer uma  
3253 legislação de segurança química, uma legislação que criasse esse marco legal  
3254 mais ao modelo europeu. E o Ministério acatou isso, criou esse grupo,  
3255 contratou o consultor nesse sentido, o programa de implementação dessa  
3256 legislação está hoje fundamentado em uma série de visitas técnicas, na  
3257 semana passada esse grupo visitou seis países da Europa, verificando como  
3258 são feitos esses procedimentos lá, retornaram para cá, semana passada teve a  
3259 Suécia com a área de segurança química deles discutindo conosco uma  
3260 possibilidade de convênio. Então, nós estamos evoluindo no sentido de tentar  
3261 uma legislação mais abrangente, de mais fácil execução, eliminando a questão  
3262 do registro. Mas, essa Resolução especificamente que nós estamos  
3263 trabalhando vai implicar em nós regulamentarmos o uso, que é isso que nós  
3264 estamos discutindo na Resolução de uso em ambientes hídricos, a  
3265 regulamentação do uso de agrotóxicos e remediadores para remediação e  
3266 recuperação ambiental de ambientes hídricos, e vai também exigir que a nós  
3267 revejamos a própria definição de remediador, porque do jeito que ela está hoje  
3268 na Resolução 314/2001, ela pega desde desincrustação de tubulação, até  
3269 estação de tratamento, resíduos, e ambientes naturais. Então, pelo menos o  
3270 escopo da Resolução nós vamos precisar redefinir. Em linhas gerais é isso. Eu  
3271 fico à disposição para tirar maiores esclarecimentos com relação a essa  
3272 Resolução, por favor.

3273

3274

3275 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – O primeiro  
3276 esclarecimento que eu gostaria de ter é sobre a composição do GT, no sentido  
3277 da entidades não governamentais, ficou decidido à época qual a participação.

3278

3279

3280 **SR<sup>a</sup>. MAÍRA LUÍSA MILANI DE LIMA (Dconama)** – Nós tivemos indicação  
3281 da Abes e da Furpa, de ONGs.

3282

3283

3284 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – No caso a Abes  
3285 porque participa desse agrupo ou como suplente da Furpa?

3286

3287

3288 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Os Grupo são  
3289 abertos.

3290

3291

3292 **A SRª. MAÍRA LUÍSA MILANI DE LIMA (Dconama)** – Os Grupos são abertos,  
3293 os próprios... Qualquer Conselheiro ou membros da Câmara Técnica podem  
3294 fazer indicação.

3295

3296

3297 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – A minha  
3298 preocupação é porque o nosso custeio a pelo...

3299

3300

3301 **A SRª. MAÍRA LUÍSA MILANI DE LIMA (Dconama)** – Aí o custeio do Grupo  
3302 de Trabalho, geralmente é garantido o custeio de um representante. Então,  
3303 geralmente, os participantes da sociedade civil na Câmara Técnica entram em  
3304 acordo e indicam para o Departamento.

3305

3306

3307 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Mas quem está  
3308 formalmente indicado para essa convocação agora? No momento das não  
3309 governamentais?

3310

3311

3312 **A SRª. MAÍRA LUÍSA MILANI DE LIMA (Dconama)** – Não existe uma  
3313 indicação formal, Bocuhy, nós temos duas indicações de pessoas da sociedade  
3314 civil que fazem parte do GT. Quando uma só manifesta interesse, nós  
3315 custeamos essa pessoa, no caso da na última reunião nós custeamos a Abes.  
3316 Quando mais de uma pessoa da sociedade civil manifesta interesse, nós  
3317 entramos em contato com os membros da Câmara Técnica, para que eles  
3318 entrem em acordo e escolham uma para ser custeada.

3319

3320

3321 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria saber,  
3322 do Francisco. Eu queria saber do seu interesse em continuar na Câmara  
3323 Técnica?

3324

3325

3326 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Continuar.

3327

3328

3329 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Você vai fazer  
3330 essa indicação? Então, fica certo que a Furpa fará essa indicação para  
3331 convocação. Só para ficar bem claro.

3332

3333

3334A **SR<sup>a</sup>. MAÍRA LUÍSA MILANI DE LIMA (Dconama)** – Sim. Então, para fins de  
3335custeio, na próxima, na próxima reunião do GT de Ambientes Hídricos, a Furpa  
3336é quem vai indicar o membro. É isso?

3337

3338**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – O que eu entendi é  
3339que já tinha sido decidido isso. Foi isso? Porque você me falou Furpa e Abes.

3340

3341

3342**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Só um  
3343pouquinho. Nós estamos discutindo uma questão administrativa do Conama  
3344nesse segmento de Câmara Técnica? Eu não estou entendendo, a participação  
3345é aberta. Gente, não vamos discutir isso aqui, lamento. Não vou discutir isso  
3346aqui. Vocês estão discutindo custeio, isso vocês discutam lá no Conama, não é  
3347aqui. Lamento.

3348

3349

3350**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Foi colocada aqui a  
3351questão da não participação. Eu só estou querendo esclarecer...

3352

3353

3354**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu estou  
3355esclarecendo aqui que a participação nos Grupos de Trabalho é aberta, quem  
3356quiser vai ao Grupo de Trabalho. A questão do custeio é uma questão  
3357administrativa com o DConama, vocês resolvam lá, aqui não. Aqui não. Nós  
3358estamos discutindo aqui questões do Grupo de Trabalho, questão temática  
3359aqui. Se a questão é quem vai pagar o quê, pelo amor de Deus, isso não é de  
3360interesse dos outros Conselheiros, isso é um interesse específico da Furpa e  
3361do DConama.

3362

3363

3364**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – É para saber o que  
3365foi decidido. É só esclarecimento. Por favor.

3366

3367

3368**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – O que foi  
3369decidido vocês discutam... Não foi decidido nessa Câmara, por essa Câmara,  
3370essa Câmara não tem mandato para isso, não é tema desta Câmara. O que  
3371nós vamos discutir? Essa Câmara não decidiu. Não. Essa Câmara não decide  
3372nada, em relação à participação nada. O Grupo de Trabalho, nós decidimos  
3373aqui pela criação do Grupo de Trabalho, pela nomeação do relator, pela  
3374nomeação do coordenador e do substituto do coordenador. Acabou aí. O  
3375restante do grupo é aberto, todos nós poderemos participar do Grupo  
3376livremente. A questão de quem custeia o quê, não é assunto aqui senão daqui  
3377a pouco a CNI vai estar discutindo se ela custeia um setor X ou Y.

3378

3379

3380**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Só quero acrescentar  
3381o seguinte, reaberto, mas quando as entidades decidem colocar representantes  
3382lá dentro a falha que está acontecendo...



3383

3384

3385 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Esse tema não  
3386 está em pauta aqui. Corto sua palavra. Esse tema não está em pauta aqui nessa  
3387 reunião, não é tema da Câmara Técnica. Me desculpa.

3388

3389

3390 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – A falha que eu  
3391 gostaria de colocar é que esquece de convocar aqueles membros que são...

3392

3393

3394 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não tem que  
3395 convocar ninguém, o Grupo de Trabalho não tem convocação, por favor. Corto  
3396 a palavra. Tiro esse assunto de pauta, é impossível gente. Vocês estão  
3397 discutindo aqui o quê? é tema de pauta dessa reunião isso que vocês estão  
3398 discutindo aqui?

3399

3400

3401 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Simplesmente porque  
3402 um assunto puxa o outro.

3403

3404

3405 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – É importante, a  
3406 participação do setor...

3407

3408

3409 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Meu amigo a  
3410 participação é livre e aberta, os senhores deem um jeito de viabilizarem a sua  
3411 participação e resolvam isso lá com o Conama e não aqui. Aqui não.

3412

3413

3414 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Presidente, então  
3415 eu vou dar sequência na minha fala, pode ser? Essa questão quando foi  
3416 colocada em pauta, alguns anos atrás houve uma manifestação do Ministério  
3417 do Meio Ambiente, no sentido de postergar a formação desse Grupo de  
3418 Trabalho, até que casa alinhasse uma discussão com relação ao tratamento,  
3419 ao uso de químicos em ambientes, e posteriormente, eu não sei a informação  
3420 na última reunião, de que realmente não havia óbice, pelo que eu entendi, por  
3421 parte do Ministério, mas nós não temos nenhum documento nesse sentido.  
3422 Então, nós fizemos um ofício, inclusive à senhora Ministra, a repercussão  
3423 interna que isso teve nos setores ambientalistas, na Sociedade Brasileira de  
3424 Liminologia, na Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência etc.. E esse  
3425 ofício foi entregue então, à Ministra. Eu passo então às mãos do Doutor Márcio.

3426

3427

3428 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu conheço o  
3429 teor. Eu vou falar a respeito desse assunto, esse assunto é um assunto que me  
3430 deixa profundamente constrangido, já me deixou ontem na reunião do Grupo  
3431 de Trabalho e me deixa novamente constrangido. Esse tema nós temos  
3432 discutido aqui nessa Câmara Técnica muito antes dele entrar em pauta, ele

3433 entrou em pauta na reunião de dezembro, Doutor Bocuhy estava presente na  
3434 reunião, assinou a lista de presença. Na reunião de dezembro nós discutimos  
3435 esse tema, e naquela ocasião eu fiz um histórico de criação desse grupo, esse  
3436 grupo foi trabalhado em 2010, ele já teve pauta aqui no Conama duas vezes,  
3437 esse assunto. Em 2010 o Ibama encaminhou novamente ao Conama, e esse  
3438 documento que o Doutor Bocuhy faz referência, do Ministério do Meio  
3439 Ambiente, é de 2010. Em 2010 o Ibama encaminhou esse assunto ao  
3440 Ministério do Meio Ambiente, e na época SMCq se manifestou dizendo que  
3441 com base no histórico que havia das tramitações anteriores deste tema na  
3442 Câmara Técnica de Qualidade era importante que a área ambiental do  
3443 Ministério tivesse consenso com relação às necessidades de criação do grupo  
3444 ou não. Essa é a manifestação que o Ministério do Meio Ambiente fez através  
3445 da SMCq, a qual o Doutor Bocuhy faz referência agora. Por conta disso eu  
3446 estou repetindo o que eu já disse na reunião de dezembro, por conta disso o  
3447 Ibama e o Ministério do Meio Ambiente promoveram 6 reuniões envolvendo  
3448 ICMBio, Agência Nacional de Águas, SBF, do Ministério do Meio Ambiente e  
3449 Ibama, inclusive SBF do Ibama, e DBFlor do Ibama, e a Diretoria de Qualidade  
3450 Ambiental do Ibama. Depois de 6 reuniões houve consenso do grupo em  
3451 relação à necessidade de se criar um Grupo de Trabalho para se discutir o  
3452 tema, não houve consenso em relação à mínima de proposta que nós  
3453 trouxemos para esta Câmara em dezembro, mas houve consenso no sentido  
3454 da criação de um Grupo de Trabalho. Tudo isso está documentado no  
3455 processo, e foi trazido à Câmara Técnica na reunião de dezembro na qual o  
3456 senhor estava presente. Naquela ocasião então nós trouxemos o assunto para  
3457 decisão da Câmara Técnica e a Câmara Técnica decidiu por criar o grupo, e  
3458 nomeou a mim como coordenador do grupo, ao Doutor Aldo como meu  
3459 substituto, e a Agência Nacional de Águas como relatora do Grupo de  
3460 Trabalho. A partir daí em todas as reuniões nós temos feito relato do que está  
3461 acontecendo no grupo, e as reuniões, como eu disse, são abertas. Também  
3462 causa muita estranheza que o vice-presidente da Câmara, desta Câmara se  
3463 manifeste à Ministra dizendo que ele não conhece isso, uma reunião que ele  
3464 estava presente. Então, eu lhe peço esclarecimentos agora, porque o senhor é  
3465 custeado para vir aqui na reunião, como é que o senhor não sabia o que estava  
3466 acontecendo? Por favor.

3467

3468

3469 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Se for necessário,  
3470 Senhor Presidente, nós podemos ler a ata da reunião. Em nenhum momento,  
3471 por favor, Presidente, em nenhum momento na ata da reunião consta que  
3472 houve esse consenso interno do Ministério do Meio Ambiente, com relação ao  
3473 parecer anterior que havia, e isso para nós provocou uma dúvida. No dia da  
3474 reunião eu não me atentei para isso, nós estávamos discutindo a proposta de  
3475 uma Minuta alternativa para a questão dos micronutrientes. Agora nós estamos  
3476 sofrendo uma grande demanda interna da sociedade civil, a Sociedade  
3477 Brasileira de Liminologia está reiterando...

3478

3479

3480 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Ela faz parte do  
3481 Grupo de Trabalho e foi em três reuniões do Grupo de Trabalho, vocês deviam  
3482 ir também.

3483

3484

3485 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Nos mandaram a  
3486 proposta de moção contrária à aplicação de químicos para controle em  
3487 ambientes hídricos e mais, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
3488 assinou conjuntamente pelo que eu soube. Então, essa foi a informação que foi  
3489 me dada, foi demandada nesse sentido e nós começamos a trabalhar nesse  
3490 processo. Então, eu sinto muito, Senhor Presidente, se em um determinado  
3491 momento eu mudei de posição, ou eu deixei de a minha posição de não estar  
3492 atento porque eu não havia me dado conta de que no passado o MMA tinha um  
3493 parecer contrário, até que se nivelasse a informação. Eu não tinha esse  
3494 conhecimento. Então, eu gostaria de distribuir aos Senhores Conselheiros, dois  
3495 documentos, que é a moção da Sociedade Brasileira de Liminologia e o ofício  
3496 do Proam encaminhado à Ministra do Meio Ambiente pedindo esclarecimentos  
3497 com relação à mudança de comportamento do MMA. Eu sinto muito se o  
3498 Senhor se sente atingido por esse tipo de...

3499

3500

3501 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu fico  
3502 pensando o que fazemos aqui. Só isso. Fora isso não tenho nenhum problema,  
3503 meu único problema é o que nós fazemos aqui, porque nós já estamos na  
3504 terceira reunião depois de esse assunto ter sido discutido aqui. E aí se repete o  
3505 que aconteceu hoje de manhã na questão do Proconve. Quer dizer, quando o  
3506 assunto está sendo discutido, que é o momento das organizações se  
3507 manifestarem, quando os organismos estão discutindo o assunto, há omissão.  
3508 Depois de que o assunto já está evoluindo, que nós estamos já na terceira  
3509 reunião, então aí um membro da Câmara se acha no direito de rever uma  
3510 discussão que já está lá na frente, nós não podemos trabalhar dessa forma. É  
3511 só isso que eu estou lhe dizendo, nós não podemos trabalhar dessa forma. Ou  
3512 na hora que o senhor é chamado a dar opinião o senhor dá, ou depois cale-  
3513 se, porque o senhor vai ter que concordar com a decisão desse fórum.

3514

3515

3516 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Não é meu papel.

3517

3518

3519 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – É o seu papel  
3520 sim senhor, ou então o senhor não faça parte do Conama. Porque ou o senhor  
3521 acredita no Conama, no papel democrático do Conama ou não acredita. Agora  
3522 quando o senhor perde a votação aí recorre de uma forma extemporânea, fora  
3523 do grupo de pauta. E aí não dá.

3524

3525

3526 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Não se trata disso,  
3527 eu tenho liberdade de opinião, por favor, Presidente.

3528

3529

3530 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Então, o senhor  
3531 me explique como é que pode...

3532

3533

3534 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu tenho liberdade  
3535 de opinião. Eu só estou querendo maior participação e trabalhar esse  
3536 processo. Então, eu gostaria de comunicar...

3537

3538

3539 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – A participação  
3540 está aberta no Grupo de Trabalho, o senhor, por favor, vá no Grupo de  
3541 Trabalho discutir, leve à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
3542 porque a Sociedade de Liminologia já está lá desde a primeira reunião nós já  
3543 estamos na...

3544

3545

3546 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – O que eu queria  
3547 dizer aqui o tempo todo era isso, nós vamos participar do Grupo de Trabalho, e  
3548 vamos levar alguns especialistas para ampliar a discussão, porque nós  
3549 gostaríamos de ter aprofundamento científico disso.

3550

3551

3552 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Então faça isso,  
3553 aliás, científico é o que mais está faltando da sua parte. Eu lhe peço que o  
3554 senhor tenha um comportamento científico.

3555

3556

3557 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu pretendo ter se  
3558 o senhor me der oportunidade inclusive de fazer uso do meu espaço da  
3559 palavra.

3560

3561

3562 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não sou eu que  
3563 dou. Eu não dou nada.

3564

3565

3566 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Então eu gostaria  
3567 de solicitar, como membro dessa Câmara Técnica, que o pessoal do  
3568 DConama, e aqui me refiro à Maíra, que nos convoque, o Proam vai participar  
3569 desse grupo técnico e vai trazer alguns assessores para essa discussão. Era  
3570 isso, Senhor Presidente, sem nenhuma questão pessoal, por favor.

3571

3572

3573 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu não estou  
3574 tratando de questão pessoal não, pelo contrário, eu estou tratando aqui de  
3575 questões institucionais. Eu acho que nós temos aqui uma instituição chamada  
3576 Conama, temos regras aqui na dentro da Câmara Técnica de Qualidade, temos  
3577 uma pauta, temos a presença dos conselheiros, colocamos o assunto em  
3578 pauta; votamos, discutimos, nós podemos passar três dias aqui discutindo essa  
3579 Resolução, isso foi aprovado sumariamente, depois que está aprovado, está no  
3580 terceiro, na terceira reunião, aí um Conselheiro se acha no direito de mandar  
3581 uma carta para a Ministra, como se nós tivéssemos feito um ato espúrio aqui.  
3582 Foi isso sim, leia a sua carta, por favor. Eu vou lhe pedir, leia a carta.

3583

3584

3585 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu não vou ler a  
3586 carta agora, eu estou entregando aos Conselheiros cópia.

3587

3588

3589 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu estou lhe  
3590 pedindo que o senhor leia a carta.

3591

3592

3593 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – O senhor pode me  
3594 pedir, mas o senhor não pode exigir.

3595

3596

3597 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – E aí os demais  
3598 Conselheiros vão julgar se o que eu estou dizendo é verdade ou mentira. Eu  
3599 quero que leiam a carta. Então, eu vou ler a carta. Aí os senhores julguem  
3600 quem é que tem razão aqui, se sou eu ou se é o Doutor Bocuhy. Eu não vou  
3601 prolongar esse tema porque ele não está em pauta aqui, a ideia era só dar um  
3602 informe, o informe está dado, isso eu devo dizer que eu estou realmente fora  
3603 de controle, e eu fico fora de controle com essa situação, porque eu não aceito  
3604 esse tipo de comportamento. Eu não aceito esse tipo de comportamento. Eu  
3605 acho que quando nós fazemos parte de um Grupo de Trabalho, nós  
3606 assumimos responsabilidades em relação aos nossos companheiros de  
3607 trabalhos, e precisamos ser coerentes com aquilo que nós assumimos. Essa  
3608 carta poderia ter sido endereçada a mim, esse assunto poderia ter sido trazido  
3609 para a Câmara Técnica de Qualidade, esse assunto poderia ter sido  
3610 questionado na reunião passada quando eu dei relato da segunda reunião, na  
3611 reunião retrasada quando eu dei relato da primeira reunião, desde a primeira  
3612 vez que eu manifestei a importância desse tema eu salientei que esse tema era  
3613 muito mais polêmico que o de micronutrientes. E que eu achava que esse tema  
3614 merecia a atenção de todos os Conselheiros, porque ele era um tema que de  
3615 fato ia trazer muito pano para manga das nossas discussões aqui. No entanto,  
3616 para a surpresa minha, não houve essa discussão aqui na Câmara Técnica,  
3617 como as Organizações Não Governamentais não compareceram a nenhuma  
3618 das três reuniões, com exceção da Abes, em nenhuma das três reuniões do  
3619 Grupo de Trabalho. Aí eu sou surpreendido na terceira reunião com uma carta  
3620 com esse teor. Questionado se o Ministério do Meio Ambiente concordou com  
3621 a criação do Grupo de Trabalho, mas isso vindo do vice-presidente da Câmara  
3622 onde isso foi aprovado. Lamento muito, isso me tira do sério porque eu não sei  
3623 de fato eu acho que nós para fazer parte do Conama, e fazer parte dessa  
3624 Câmara Técnica, temos que ter o mínimo de compromisso com as decisões  
3625 que são tomadas aqui, o mínimo de compromisso. Não podemos aqui, eu acho  
3626 que nenhum de nós aqui participando desse grupo temos o direito de sair daqui  
3627 e negar as coisas que foram feitas aqui dentro. É só isso que eu estou  
3628 chamando atenção. E não é pessoal, Doutor Bocuhy, não é pessoal, é  
3629 simplesmente uma questão ética e de comportamento que eu acho que eu vou  
3630 exigir sempre de quem se relaciona comigo em qualquer forma, profissional,  
3631 pessoal ou de qualquer outra natureza. Eu acho que nós temos que ter uma

3632postura coerente com aqueles compromissos que nós assumimos de  
3633representação em relação ao nosso papel social.

3634

3635

3636**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – O senhor me  
3637permite, se de alguma forma eu feri a ‘ascetibilidade’ do presidente, eu peço  
3638desculpas, porque na verdade não foi essa a intenção. Eu não tive em nenhum  
3639momento essa intenção, mas o que me cumpre como papel da sociedade civil  
3640é trabalhar fortemente a questão da segurança química, e nesse sentido nós  
3641temos elementos que nos levam agora a esse acompanhamento. Então, se o  
3642envio do ofício à Ministra não foi a questão mais adequada em função da  
3643urgência e da demanda que houve para o Proam nós tomamos essa atitude. E  
3644não é pessoal, Doutor Márcio, pelo contrário, isso não tem nada pessoal, por  
3645favor, não tem.

3646

3647

3648**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não estou  
3649tratando isso como pessoal, eu me sinto aqui na condição de presidente dessa  
3650Câmara e é em nome da honra da Câmara que eu estou me manifestando, não  
3651da minha, pessoal. Eu vou dizer o que está escrito aqui em um parágrafo. Em  
3652que pese esses importantes requisitos, não foi informado à Câmara Técnica de  
3653Qualidade e Gestão de Resíduos, do Conama, durante o processo de criação  
3654do referido GT se tais consensos foram alcançados, como pode ser conhecida  
3655e estudada a correspondente, quais foram as tratativas e seus termos e, por  
3656fim, quais foram e os fundamentos e embasamentos científicos adotados. Isso  
3657ocorreu em dezembro e decorridos 4 meses, já há esboço de uma Resolução  
3658que mais se assemelha a uma colcha de retalhos. Bom, eu vou dizer a vocês  
3659que a minuta de Resolução foi apresentada nessa Câmara na reunião de  
3660dezembro, esse esboço que parece uma colcha de retalhos foi trazido aqui e  
3661aprovado aqui, como ponto de partida para criação do Grupo. Então, vocês eu  
3662acho que termos dessa natureza desclassificam o nosso trabalho aqui, não é a  
3663mim pessoalmente. Eu não vinculação pessoal com esse trabalho, eu tenho  
3664vinculação institucional, o Ibama foi quem promoveu a trazida desse tema para  
3665o Conama, e baseado e você fala aqui em embasamento científico, nós  
3666trouxemos todo o embasamento que motivou isso. E isso foi discutido aqui  
3667nessa Câmara.

3668

3669

3670**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Essa  
3671fundamentação que nós queremos, Senhor Márcio. Essa fundamentação.

3672

3673

3674**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Então, o senhor,  
3675por favor, volte no passado e venha para cá na reunião de dezembro que foi  
3676quando isso foi discutido.

3677

3678

3679**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu não estava  
3680nessa.

3681

3682

3683 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Pois é. Deveria  
3684 estar. Então é isso, eu não vou remeter aos demais temas que estão  
3685 apontados aqui, porque esses são os assuntos que estão sendo discutidos lá  
3686 no Grupo de Trabalho, se tinha essa urgência toda bastava ir na reunião, a  
3687 reunião foi ontem, foi aberta, o senhor poderia ter ido lá, eu li essa carta ontem,  
3688 fiz questão de ler, eu dei publicidades às suas dúvidas, dei publicidade à sua  
3689 manifestação, mas também fiz a ressalva de que o senhor estava presente na  
3690 reunião em que foi aprovado tudo isso e que o senhor tinha, conhecimento, ou  
3691 pelo menos deveria ter de todo esse conteúdo aqui. Eu fiz isso. Eu fiz com toda  
3692 a justiça, da mesma forma como estou fazendo aqui agora. e vou continuar  
3693 tendo esse comportamento, eu já disse isso, eu já comentei isso em várias  
3694 ocasiões, eu realmente em relação a essas questões eu sou intransigente, eu  
3695 acho que quando nós vimos para um Grupo de Trabalho nós temos um  
3696 compromisso, temos um compromisso institucional e temos um compromisso  
3697 com os colegas aqui. E esse compromisso, ao meu ver, com esta carta, cm  
3698 esse teor e desta forma, foi quebrado. E eu estou aqui declarando que o meu  
3699 incômodo em relação a essa situação, mas da minha parte não há problema  
3700 nenhum, isso não é pessoal, agora, eu clamo que o senhor esteja presente na  
3701 próxima reunião do grupo de Trabalho, acompanhe os trabalhos e possa  
3702 criticar sobre alguma coisa que o senhor conhece e não sobre uma suposição  
3703 da forma que foi feito aqui.

3704

3705

3706 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Posso  
3707 complementar então, Doutor Márcio? Nós entendemos, como o senhor disse,  
3708 bem o senhor disse na formação do grupo em dezembro que essa é uma  
3709 questão tão ou mais polêmica do que a questão de micronutrientes, ela trata de  
3710 adição de produtos químicos em reservatórios, muito deles são reservatórios  
3711 destinados a consumo de água por populações. Então, há realmente uma  
3712 grande preocupação e nós vamos nos debruçar sobre esse tema, nós vamos  
3713 estar presentes às reuniões, por isso a minha questão de saber quem estaria  
3714 sendo pago pelo Ministério, porque nós somos um setor que depende disso  
3715 para deslocamento, por isso não estava fora da pauta, mas sim uma questão  
3716 operacional. Então, comunico aos senhores conselheiros que nós vamos  
3717 passar a fazer esse trabalho de acompanhamento, e espero, Doutor Márcio,  
3718 que isso seja compreendido como uma forma de cooperação, e não como  
3719 ameaça, por favor. Porque eu acho que são atos do Conama, são atos públicos  
3720 zelar pela transparência do processo e debate científico, e nós queremos fazer  
3721 o debate científico, nós podemos contribuir sim, vamos fazer.

3722

3723

3724 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Ok. Espero que  
3725 vocês contribuam no fórum adequado. Muito bem. O segundo processo é a  
3726 proposta de Resolução que dispõe sobre a gestão ambientalmente adequada e  
3727 a eliminação adequada de *Bifenilas policlorados* e de seus resíduos.

3728

3729

3730 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Esse Grupo de Trabalho está  
3731 sendo presidido pelo Ministério do Meio Ambiente, na figura do Diretor Ariel

3732Pares, que é Conselheiro desse Conselho. E a nossa expectativa é a  
3733Resolução, naquela Minuta de Resolução que nós trouxemos aqui á Câmara  
3734Técnica já foi bastante acrescida de diversas sugestões. A nossa expectativa é  
3735talvez nós consigamos concluir na próxima reunião, ela está bem adiantada.  
3736Então, está faltando só algumas colocações do setor elétrico, nós já fizemos  
3737esse pedido formalmente ao Ministério das Minas e Energia, que tragam as  
3738contribuições da Aneel. E a nossa expectativa, eu não me lembro quando que  
3739ficou marcada a próxima reunião, vocês lembram? É maio, não é? E maio, final  
3740de maio, meados de maio. Mas de qualquer sorte, não sei se nós conseguimos  
3741concluir até... Vai depender da data que nós marcarmos a reunião de junho,  
3742pode ser que nós consigamos já trazer. Que dia que é? 27 de maio,  
3743dependendo que nós marcarmos a próxima reunião, pode ser que consigamos  
3744trazer essa Minuta de Resolução, presidente, na próxima reunião.

3745

3746

3747**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Vamos ter uma  
3748pauta cheia na próxima reunião, provavelmente já peço que nós quando formos  
3749marcar as datas já pensemos em dois dias de participação e procuremos  
3750viabilizar a presença nos dois dias. Item 4.3 então, é o processo referente à  
3751proposta de recomendação para adoção do Programa Nacional de Gestão, é  
3752proposta recomendação para adoção do Programa Nacional de Gestão,  
3753Controle e Prevenção de Fundos de Contaminação, de Sedimentos, em  
3754complementação à Resolução Conama 344/004. Doutor Robson Calixto pediu  
3755que eu o chamasse para essa manifestação, ele está se dirigindo agora aqui.

3756

3757

3758**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Dconama)** – Como nós não  
3759temos o poder da obiquidade, alguma coisa assim, e tem lei impenetrabilidade,  
3760nós temos que correr aqui. (*Risos!*). Bem, esse assunto referente à proposta de  
3761recomendação, ela tem origem dentro do Grupo de Trabalho que discutiu a  
3762revisão da Resolução 344, sobre dragagem, dentro desse Grupo de Trabalho  
3763havia alguns setores que gostariam de ver dentro do texto da Resolução algum  
3764comando que dissesse que os órgãos de meio ambiente teriam que fazer um  
3765controle maior poluição sobre poluição difusa e não difusa em relação àquele  
3766aporte dessa poluição para os portos. Que muita coisa nós sabemos é gerada  
3767do porto, mas alguma coisa também não é gerada, e acaba... É gerada a  
3768montante e acaba sendo carregado para o porto, e isso para no sedimento e  
3769muitas vezes o porto encontra alguns contaminantes em seus sedimentos, isso  
3770foi verificado durante o processo de dragagem e as análises que são feitas,  
3771aparecem alguns contaminantes que não são originários da atividade portuária,  
3772são de fora. Então, havia esse desejo de que esse comando, tivesse alguns  
3773desses comandos dentro da Minuta de Resolução. Acontece que a Minuta de  
3774Resolução tratava sobre gestão de dragagem. Então, houve um entendimento,  
3775inclusive da própria Câmara Técnica, de que aquele comando não era  
3776pertinente para colocar dentro da Minuta de Resolução que tratava de gestão  
3777de material de dragagem. Gerenciamento de material de dragagem. Então, isso  
3778foi retirado. Entretanto, esses setores que gostariam de ver isso, que tinham  
3779essa preocupação, digamos assim, capitaneados e também levando à CNT, a  
3780própria CNT apresentou uma Minuta de recomendação para que fosse criado  
3781um programa de gestão ambiental, um programa ambiental que pudesse fazer



3782um controle maior, mais sobre as fontes fixas, eles diziam não difusas, se não  
3783são difusas, só podem ser as fixas. Como esse assunto é pertinente, digamos  
3784assim, tem uma interface com essa Câmara, o DConama resolveu informar a  
3785esta Câmara Técnica o assunto, caso alguma Conselheiro, algum membro  
3786dessa própria Câmara tenha alguma coisa a acrescentar à proposta de  
3787recomendação. Acontece que na reunião que teve essa semana da Câmara de  
3788Controle, essa matéria que estava sendo discutida lá, ela foi sobrestada até a  
3789próxima reunião, em função das discussões que ocorreram, houve uma  
3790divergência entre o proponente e o próprio Ministério do Meio Ambiente, o  
3791próprio Ministério do Meio Ambiente, achava que aquilo estaria não muito  
3792pertinente em função, digamos assim, para você estabelecer um programa  
3793ambiental, isso envolve questões de recursos, envolve estar dentro do PPA,  
3794envolve uma série de coisas que não estão hoje em dia dentro, inclusive, do  
3795portfólio do Ministério do Meio Ambiente em relação ao seu trabalho que está já  
3796comprometido com o PPA, e o próprio Ministério do Meio Ambiente, o DGE, já  
3797estava fazendo um trabalho em relação a isso, e também gostaria de sugerir  
3798uma outra redação à proposta de recomendação. Então, essa matéria, o  
3799próprio autor, o próprio setor, a própria CNT, pediu para que esse assunto  
3800fosse sobrestado até a próxima reunião. Então, é esse o informe que eu  
3801gostaria de dar. Se essa Câmara Técnica, porventura, tiver alguma  
3802colaboração está sendo informada que poderá ser caminhada à própria  
3803Câmara de Controle.

3804

3805

3806**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Só não entendi  
3807bem, Robson, a ideia é criar... Onde é que o Conama entra nisso? Isso que eu  
3808não entendi, é um Programa Nacional de Gestão de Controle e Prevenção de  
3809Fontes de Contaminação e Sedimento, como é que isso veio parar no  
3810Conama?

3811

3812

3813**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Dconama)** – Isso. É uma das  
3814discussões, mas isso veio dentro do GT. Como eu estava explicando  
3815inicialmente...

3816

3817

3818**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu até vi o  
3819processo, o que eu entendo disso? E vou colocar aqui a minha opinião para  
3820você também avaliarem. Na verdade o que aconteceu? Durante o processo,  
3821pelo o que eu pude depreender do processo e pelo que eu li do processo,  
3822durante o processo de discussão da resolução de Dragagem sobrou, “digamos”  
3823para o ente responsável pela dragagem assumir o passivo ambiental da  
3824contaminação dos sedimentos que foram feitas ao longo de 100 anos de  
3825industrialização no País, ou mais, dependendo da reunião que nós estivermos  
3826falando. Eles então se sentem desconfortáveis porque agora eles querem  
3827dragar para usar para um outro uso menos impactante, como, por exemplo,  
3828navegação e daqui eles são obrigados a se deparar com um passivo ambiental  
3829do qual eles não são responsáveis. É natural que eles se sintam dessa forma,  
3830mas por outro lado nós sabemos que passivo ambiental é assim mesmo. aí o  
3831que eles pedem? Eles pedem: “Olha, eu quero um programa nacional que evite

3832que esse passivo historicamente venha a cair no meu colo”. Eu estou sendo  
3833assim bem sumário, mas eu acho que ajuda a entender o pano de fundo.  
3834Solicitaram isso ao Ministério na forma da criação de um Programa Nacional de  
3835Controle de Gestão das Fontes de Contaminação de Sedimentos, nós  
3836sabemos que são difusas e concentradas. As concentradas já têm programa  
3837nacional, políticas, gestão, o “escambau” e não funcionam. As difusas são  
3838difíceis de fazer e se não fossem não seriam (*Risos!*).

3839

3840

3841**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Dconama)** – O próprio Roberto  
3842Monteiro que está aqui se posicionou várias vezes que o que estava propondo,  
3843já existiam vários programas, que se preocupavam com isso, estavam focados  
3844para isso. Então, por isso que não houve consenso dentro do GT e a própria  
3845Câmara Técnica também não aceitou, mas como o setor tem essa mesma  
3846visão que ele acaba segurando o bebê, ficando com o bebê no colo, algumas  
3847coisas que não são geradas, não funciona a sua atividade, mas vem de fora,  
3848de uma montante. Então, eles gostariam de ter isso. Agora não foi uma  
3849encomenda só para o Ministério do Meio Ambiente, ele pede também que a  
3850SEP e o Ministério dos Transportes e isso, então todos, e alguns desses  
3851órgãos nós não temos como dar comandos, a área ambiental não tem como  
3852dar comandos.

3853

3854

3855**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – na verdade essa  
3856situação é uma situação, ao a meu ver, eu vou dar minha opinião, aliás,  
3857formalizei isso no processo, eu entendo que essa é uma questão que são os  
3858desafios da área ambiental, e que volta e meia se deparam com ações  
3859contrárias às ações de prevenção. Quer dizer, como é que se evita isso?  
3860Primeiro dizer assim, eu tranquilizaria em primeiro lugar o setor dizendo o  
3861seguinte: “olha, passivo igual a esse que vocês estão encontrando vocês não  
3862vão encontrar mais”. Porque esse passivo aí muito ele, se tratando aí de  
3863elementos que são conservativos, você não tem depois de... De 80 para cá vai  
3864encontrar muito menos, até 80 isso tinha muito pouco controle. Então, nos  
3865últimos 20 anos com certeza já houve uma redução significativa dessas fontes  
3866que passaram a ser controladas e que antes não tinham controle nenhum. As  
3867outras questões dizem respeito à gestão mesmo de margem de rio, de áreas  
3868de preservação permanentes, de uma série de medidas que não por acaso  
3869estão na nossa legislação, estão lá justamente porque elas preveem ocorrência  
3870de fenômenos desse tipo. As fontes fixas estão razoavelmente regulamentadas  
3871e controladas, e mais do que isso só incrementar o controle e a fiscalização,  
3872porque é muito mais do que a nossa legislação preconiza. Eu acho não virá de  
3873um programa desse tipo. O programa pode ser um programa... O que nos falta  
3874fazer, o tema de casa para área ambiental hoje são as cargas difusas. Estou  
3875falando do ponto de vista de legislação, claro que do ponto de vista de  
3876operação e controle é infinita essa tarefa, não cessa nunca. Do ponto de vista  
3877de regramento de carga difusa é muito complicado, mas é o tema que nos  
3878resta aí do ponto de vista, estou falando de legislação porque nós estamos no  
3879Conama, por isso eu digo assim, eu acho que nós trazermos esse tema para o  
3880Conama, tem muito pouco que o Conama possa fazer do ponto de vista de  
3881regulamentação dessas questões. Do ponto de vista de um programa de

3882gestão, ele não só foge de um setor ou de outro, como ele cai nos três níveis  
3883da federação. Então, isso também é uma coisa que teria que ser coordenada,  
3884se assim se entender, pelo Ministério do Meio Ambiente, e necessariamente,  
3885criando aí políticas de incentivo, controle de cargas difusas, alguma coisa do  
3886gênero. Então, eu confesso, esse assunto foi para o Ibama opinar em relação  
3887ao tema, a nossa opinião como o Ibama foi essa, e como o Conama eu posso  
3888dizer, eu não vislumbro aqui uma medida que essa Câmara, por exemplo,  
3889possa tomar com efetividade agora, do ponto de vista de regulamentar essas  
3890questões. Não sei.

3891

3892

3893**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Dconama)** – Também tem outro  
3894ponto, quando nós desenvolvemos a própria Minuta de Resolução que é agora  
3895a Resolução 454, a grande preocupação foi estabelecer claramente o processo  
3896de monitoramento, de forma que para o porto tendo com essa massa de dados  
3897já começando a 344 que já passou para licenciamento ambiental, se o porto  
3898colocar isso numa boa base de dados, e trabalhar, monitorar, ele vai dizer:  
3899“olha isso está aqui e não é meu”. Mas, infelizmente, tem o passivo, por  
3900exemplo, tem portos que nós descobrimos recentemente que está cheio de  
3901Mercúrio, sedimento, por exemplo, o caso do Rio de Janeiro, mas é uma  
3902realidade que tem que ser trabalhada, infelizmente, mas o monitoramento vai  
3903ajudar bastante nessa questão. Mas eu também tenho a mesma opinião, vai  
3904ser muito difícil implementar um programa dessa monta, sem todo um trabalho  
3905de articulação entre os três níveis de Governos, envolvendo os outros  
3906Ministérios, o Ministério das Cidades. Então, mas está na Câmara Técnica  
3907sobrestada e vai ser rediscutido na próxima reunião.

3908

3909

3910**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Alguém mais  
3911gostaria de se manifestar? Bom, nada mais havendo, não sei se tem algum  
3912informe mais? Ah sim! Lembrei agora, realmente tinha um informe a mais a ser  
3913dado, mas é só para quem não está acompanhando a questão. Na última  
3914reunião da Câmara Técnica, da Câmara de Assuntos Jurídicos foi aprovada  
3915aquela Minuta que saiu, a proposta de Resolução que saiu dessa Câmara em  
3916relação à questão de micronutrientes. Então, esse será tema da plenária do  
3917dia... Final de maio, do Conama. Então, conclamo aos conselheiros a se  
3918fazerem presentes, os membros da Câmara, quero destacar aqui novamente a  
3919atuação do Doutor Alfredo e da Doutora Zuleica que foram fundamentais para  
3920que chegássemos a bom termo com relação à Resolução, inclusive a sua  
3921aprovação na Câmara Jurídica e aí tem muito o trabalho da Doutora Zuleika,  
3922aquele trabalho estafante do final nosso GT, foi quase um GT, o que nós  
3923fizemos aqui na Câmara, que levou, assim, a uma passagem com algumas  
3924modificações, eu peço até que vocês verifiquem lá no site, porque foram  
3925alterados alguns artigos, mas não mudou em essência a nossa proposta. E a  
3926maior parte dos artigos teve a situação sem nenhum reparo pela Câmara  
3927Jurídica do ponto de vista de redação, de clareza da redação e tudo mais.  
3928Então, mais uma vez eu cumprimento o trabalho principalmente do Alfredo e da  
3929Zuleica, mas de todos nós na construção dessa Resolução. E vamos agora ao  
3930plenário discuti-la novamente em outro fórum. Bom, precisamos marcar a  
3931nossa reunião, temos, como eu comentei, pode colocar maio só para ilustrar o

3932que eu tinha colocado. Essa é a agenda do Conama, em maio, e por isso, eles  
3933nos pediram para nós... O DConama solicitou que nós procurássemos tentar  
3934viabilizar a reunião em junho. Eu na primeira semana de junho, na quarta feira  
3935especificamente, aí tem outra solicitação... Tudo bem. Nós comemoramos aqui,  
3936não tem problema. Eu só quis dizer o seguinte, quarta feira, dia 05 eu tenho...  
3937Eu tenho tentado marcar as reuniões do GT de Ambientes Hídricos justamente  
3938em função da polêmica do tema e também para tentar viabilizar a presença dos  
3939Conselheiros, o Doutor Aldo tem participado ativamente, outros membros  
3940dessa Câmara têm participado, a Mônica tem participado também em algumas  
3941reuniões, eu tenho procurado fazer a reunião do GT de Ambientes Hídricos na  
3942sequência das reuniões da Câmara Técnica, ou antes, ou após. Para que nós  
3943possamos ter o máximo de membros da Câmara participando do GT, também.  
3944Nesse sentido a minha proposta inicial para você seria que nós fizéssemos, a  
3945Doutora Zuleica está com problemas nas sextas feiras. Então, a ideia de ao  
3946invés de fazermos na quinta e na sexta, a primeira consulta que eu faço é essa,  
3947se nós poderíamos fazer na quarta e quinta-feira? Pode ser? E aí uma data  
3948sugestiva seria essa de 12 e 13, nesse caso nós remarcaríamos a reunião do  
3949GT, que em princípio isso já estava sendo agendado para o 5, para os dias 11  
3950ou 14.

3951

3952

3953**O SR. WANDERLEY BAPTSTA COELHO (CNI)** – Márcio, nós vamos estar  
3954num grande evento em Ouro Preto, Minas Gerais, a semana toda, na segunda  
3955semana de junho. Então, vai surgir uma demanda lá no Governo de Minas,  
3956porque nós vamos estar em evento grande, em discussão sobre licenciamento  
3957ambiental. Possivelmente, será convidada, mas a questão toda é que eu tenho  
3958viabilidade a partir da segunda semana, eu não como vir, na terceira semana  
3959desculpa, terceira ou quarta semana, mas aí é com vocês.

3960

3961

3962

3963**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
3964**Paulo)** – 19 e 20 então.

3965

3966

3967**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu antevejo  
3968dificuldades, mas não tenho ainda... Bom, a proposta seria então, 19 e 20 de  
3969junho. É isso? Bem lembrado. Muito bem. Então, ficaremos. Então, com 19 e  
397020. É isso? Isso vai nos dar quase 2 meses de defasagem.

3971

3972

3973**O SR. WANDERLEY BAPTSTA COELHO (CNI)** – Márcio, essa Câmara  
3974Técnica sempre se reuniu não todos os meses não, era mês sim, mês não, no  
3975máximo 6 reuniões ao ano, já estamos na quarta.

3976

3977

3978**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Mas isso foi  
3979antes de nós termos uma pauta tão atrativa. É a proposta, não sei se está...

3980

3981

3982 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Senhores  
3983 Conselheiros, no dia 05 de junho nós vamos promover no Congresso Nacional,  
3984 na Comissão de Desenvolvimento Urbano, um seminário sobre metrópoles  
3985 saudáveis e capacidade de suporte, vai ser bem interessante, estamos trazendo  
3986 gente de outros países. Vai ser um evento que vai agregar bem para essa  
3987 questão de indicadores ambientais também.

3988

3989

3990 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Dia 05 de junho  
3991 14h30, no Plenário 10, Sala das Comissões, da Câmara dos Deputados. Bom  
3992 senhores, se não há mais nenhuma questão a ser colocada, eu agradeço a  
3993 presença de todos e a celeridade com que nós avançamos a nossa pauta de  
3994 hoje. Já adianto aos interessados e já houve manifestação nesse sentido, eu  
3995 vou propor a reunião do GT de Ambientes Hídricos para o dia 21, para ficar na  
3996 sequência após a reunião, nesse caso seria após a reunião da Câmara técnica  
3997 por uma questão de tentar ajustar aí o calendário. Então, em princípio a  
3998 reunião do GT de Ambientes Hídricos é dia 21. Facilita a presença de todos.  
3999 Muito obrigado a todos. Está encerrada a reunião. Obrigado.